

ATENTOS/AS E FORTES NA QUARENTENA:

Resistências em defesa dos Direitos Humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas em tempos de pandemia da covid-19

Organizadoras:

Rosemeire dos Santos
Vanda Micheli Burginski
Alana Barbosa Rodrigues e
Francisca Benigno de Lima

ATENTOS/AS E FORTES NA QUARENTENA:

Resistências em defesa dos Direitos Humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas em tempos de pandemia da covid-19

Organizadoras:

Rosemeire dos Santos
Vanda Micheli Burginski
Alana Barbosa Rodrigues e
Francisca Benigno de Lima

Universidade Federal do Tocantins

Reitor

Luis Eduardo Bovolato

Vice-reitora

Ana Lúcia de Medeiros

Pró-Reitor de Administração e Finanças (PROAD)

Jaasiel Nascimento Lima

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis (PROEST)

Kherley Caxias Batista Barbosa

Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos

Comunitários (PROEX)

Maria Santana Ferreira Milhomem

Pró-Reitora de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas

(PROGEDEP)

Vânia Maria de Araújo Passos

Pró-Reitor de Graduação (PROGRAD)

Eduardo José Cezari

Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESQ)

Raphael Sanzio Pimenta

Conselho Editorial

EDUFT

Presidente

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Membros por área:

Liliam Deisy Ghizoni

Eder Ahmad Charaf Eddine
(Ciências Biológicas e da Saúde)

João Nunes da Silva

Ana Roseli Paes dos Santos

Lidianne Salvatierra

Wilson Rogério dos Santos
(Interdisciplinar)

Alexandre Tadeu Rossini da Silva

Maxwell Diógenes Bandeira de Melo
(Engenharias, Ciências Exatas e da Terra)

Francisco Gilson Rebouças Porto Junior

Thays Assunção Reis

Vinicius Pinheiro Marques
(Ciências Sociais Aplicadas)

Marcos Alexandre de Melo Santiago

Tiago Groh de Mello Cesar

William Douglas Guilherme

Gustavo Cunha Araújo
(Ciências Humanas, Letras e Artes)

Diagramação e capa: Gráfica Movimento

Arte de capa: Gráfica Movimento

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



<http://www.abecbrasil.org.br>

*“É preciso estar atento e forte,
Não temos tempo de temer a morte!”¹*

1 Música “Divino Maravilhoso”, composta por Caetano Veloso e Gilberto Gil, em 1968, interpretada por Gal Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação – CIP

A864

Atentos/as e fortes na quarentena: resistências em defesa dos direitos humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas em tempos de pandemia da covid-19 / organizadores: Rosimeire dos Santos, Vanda Micheli Burginski, Alana Barbosa Rodrigues, Francisca Benigno de Lima. – Palmas: EDUFT, 2021.

81 p. : fots. color.; 21 x 29,7 cm.

ISBN 978-65-89119-33-3

1. Direitos humanos. 2. Brasil, direitos. 3. Política social, pandemia. 4. Movimentos sociais, pandemia. I. Rosimeire dos Santos. II. Vanda Micheli Burginski. III. Alana Barbosa Rodrigues. IV. Francisca Benigno de Lima. V. Subtítulo.

CDD – 303

Dedicatória

À assistente social Francisca Romana Chaves, primeira vítima da covid-19 no estado do Tocantins.

Ao Coletivo de assistentes sociais críticos/as “Atentos/as e Fortes” pelas batalhas que lutamos e pelas que ainda virão.

SUMÁRIO

Prefácio	9
Apresentação	11
Introdução	13
1. Neoliberalismo, Política Social e Pandemia	16
<i>Notas introdutórias para o debate - Rosemeire dos Santos</i>	<i>16</i>
<i>Debatedora: Maria Santana Milhomem</i>	<i>17</i>
<i>Debatedora: Vanda Micheli Burginski</i>	<i>20</i>
<i>Debatedora: Clarissa Alves Fernandes Menezes</i>	<i>24</i>
2. O SUS em tempos de pandemia	28
<i>Notas Introdutórias para o debate - Alana Barbosa Rodrigues.....</i>	<i>28</i>
<i>Debatedora: Heleni Duarte Dantas de Ávila</i>	<i>29</i>
<i>Debatedora: Hellen de Paula Ribeiro</i>	<i>32</i>
3. Movimentos Sociais e Educação Popular na América Latina	36
<i>Notas Introdutórias para o debate - Vanda Micheli Burginski.....</i>	<i>36</i>
<i>Debatedora: Roberta Traspadini.....</i>	<i>38</i>
<i>Debatedor: Messias Vieira Barbosa.....</i>	<i>42</i>
4. Universidade e formação profissional em Serviço Social em tempos de pandemia	45
<i>Notas Introdutórias para o debate - Raí Vieira Soares</i>	<i>45</i>
<i>Debatedora: Juliana Melim</i>	<i>46</i>
<i>Debatedora: Esther Lemos.....</i>	<i>50</i>
5. Serviço Social no judiciário e o acesso aos direitos sociais em tempos de pandemia	54
<i>Notas Introdutórias para o debate - Maria Helena Cariaga Silva</i>	<i>54</i>
<i>Debatedora: Thaís Berberian</i>	<i>55</i>
<i>Debatedora: Darlin Didiane.....</i>	<i>58</i>

6. Política de Assistência Social e seu papel na pandemia	61
<i>Notas Introdutórias para o debate - Rosemeire dos Santos</i>	<i>61</i>
<i>Debatedora: Leana Oliveira Freitas</i>	<i>62</i>
<i>Debatedora: Aline Pereira Dias</i>	<i>66</i>
7. Violência, Exploração Sexual, Raça/Etnia e Gênero em tempos de pandemia	69
<i>Notas Introdutórias para o debate - Vanda Micheli Burginski e Débora de Paula Bolzan .</i>	<i>69</i>
<i>Debatedora: Mônica Pereira Brito</i>	<i>70</i>
<i>Debatedora: Milena Carlos de Lacerda.....</i>	<i>74</i>
<i>Considerações finais.....</i>	<i>79</i>
<i>Referências.....</i>	<i>80</i>

PREFÁCIO

Apresentar os resultados de um projeto de extensão intitulado *Atentos/as e fortes na quarentena: resistências em defesa dos Direitos Humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas em tempos de pandemia da covid-19*, é uma tarefa inspiradora e ao mesmo tempo chega como estímulo para continuar nas trincheiras das lutas coletivas em um cenário tão adverso que obstaculiza o acesso aos direitos humanos conquistados pela classe trabalhadora ao longo dos anos.

Os textos transcritos a partir de diálogos em encontros virtuais, que compõem o e-book apresentam ao leitor/a o compromisso do corpo docente do curso de Serviço Social da UFT, com a indissociabilidade das ações de ensino, pesquisa e extensão, sintonizados com a defesa dos princípios historicamente defendidos pelo Serviço Social enquanto profissão e a articulação com os movimentos sociais, materializando assim a função social da universidade pública e socialmente referenciada. Elementos dessa natureza são importantes para o enfrentamento não só da pandemia da covid-19, como também estratégicos para analisar com criticidade os ataques às liberdades democráticas, bem como, o cenário ultraneoliberal e ultraconservador que assolou o mundo e o Brasil.

Essa produção coletiva demonstra ainda que mesmo cumprindo o distanciamento/ isolamento social, o trabalho remoto, e o necessário aprendizado do uso de novas tecnologias os sujeitos individuais e coletivos protagonistas desse projeto superaram esses óbices e brindam agora os/as leitores/as com debates profícuos e atuais acerca do momento presente. Essa força que mobiliza e se realiza também pode ser inspirada na célebre frase: “*A vida só nos exige coragem*” (Guimarães Rosa).

Os debates e reflexões aqui apresentados acerca do Serviço Social, da política social, dos movimentos sociais e da universidade pública, tendo como pano de fundo o cenário ultraneoliberal e ultraconservador revelam a singularidade dos impactos da pandemia da covid-19 no cotidiano da população brasileira e tocantinense, e analisa a transversalidade das dimensões de classe, gênero, étnico-racial e geracional à luz da criticidade teórica e dos fundamentos argumentativos necessários para que possamos compreender que o mesmo vírus impacta de forma diferenciada diferentes territórios e populações.

O coletivo de autores e autoras apresentam reflexões da conjuntura atual e dão concretude ao compromisso político assumido pelo Serviço Social brasileiro e tocantinense sem perder o rigor acadêmico e teórico de forma crítica e dialética tão necessários diante da falacioso negacionismo do conhecimento científico, da desvalorização das ciências sociais e do desrespeito as universidades públicas. Ademais, essa produção materializa a força do coletivo de autores(as), organizadoras, docentes, discentes, pesquisadores(as) envolvidos nesse importante e profícuo projeto de extensão e como afirma João Cabral de Melo Neto: “*um galo sozinho não tece uma manhã*”.

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos*

*que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.*

*E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.*

(Tecendo a Manhã, João Cabral de Melo Neto)

Salvador – Ba, Jardim Apipema, Outubro de 2020.

Jucileide Ferreira do Nascimento²

2 Profª. Dra. do Curso de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Política Social e Territórios da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB).

APRESENTAÇÃO

Rosemeire dos Santos³
Vanda Micheli Burginski⁴
Alana Barbosa Rodrigues⁵
Francisca Benigno de Lima⁶

O presente livro apresenta a sistematização das experiências com o desenvolvimento do projeto de extensão, na modalidade de eventos, sob o título “Atentos/as e fortes na quarentena: tecendo resistências em defesa dos Direitos Humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas”, promovido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Proteção Social e Famílias (GEPPSFAM) e pelo Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS)⁷, ambos da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e vinculados ao Curso de Graduação em Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação. O projeto teve por objetivo central propiciar um espaço de debates e reflexões sobre o Serviço Social, a política social e temas transversais relacionados ao impacto causado pela pandemia da Covid-19 nas condições de vida da população, abordando as dimensões de classe, gênero, étnico-racial e geracional. Os(as) pesquisadores(as) realizaram debates, através de *lives* no canal do *youtube*, que foram transcritas, aqui, para a forma textual, possibilitando o compartilhamento de reflexões sobre o atual momento histórico, bem como a divulgação do registro acadêmico e teórico para o acesso de profissionais e estudantes aos temas abordados e às pesquisas em curso.

A virada do ano de 2019 para 2020, prometia, mais um ano como todos os outros, com atividades acadêmicas presenciais, com o calendário acadêmico sendo cumprido normalmente nos semestres, a convivência diária e coletiva entre docentes, discentes e técnicos administrativos no espaço universitário, etc., mas o que não se previa era a chegada de um vírus - o coronavírus - que transformaria toda essa rotina. A rápida disseminação da doença logo atingiu o estágio de pandemia, resultando na suspensão das atividades coletivas e presenciais de ensino, pesquisa e extensão, em março de 2020.

Devido à chegada da pandemia ao Brasil, e sua incidência na particularidade do estado do Tocantins, com as atividades presenciais suspensas, foram autorizadas somente as atividades que

-
- 3 Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, Docente do Curso de Graduação em Serviço Social, Coordenadora do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Serviço Social e Política Social e Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Líder do GEPPSFAM, Membro da Gestão ABEPSS 2019-2020 “Resistir e Avançar na Ousadia de Lutar!”
- 4 Professora Adjunta da Universidade Federal do Tocantins, Docente do Curso de Graduação em Serviço Social, Docente do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Serviço Social e Política Social e Docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS), Líder do GEPOSS.
- 5 Assistente Social, Mestranda em Serviço Social pela Universidade Federal do Tocantins, membra do GEPOSS, Mestre em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Compõe a Gestão ABEPSS 2019-2020 “Resistir e Avançar na Ousadia de Lutar!”
- 6 Graduanda em Serviço Social na Universidade Federal do Tocantins, membra do GEPPSFAM.
- 7 O Grupo passou por atualização e reformulação nos meses de julho e agosto, durante as atividades o grupo era nominado como Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Sociais, Intersetorialidade e Interdisciplinaridade (GEPSI).

não envolvessem o contato ou a aproximação física entre as pessoas para resguardar a saúde e impedir a proliferação do contágio. Hoje, após sete meses de convívio com a doença e a triste marca de mais de 140 mil vítimas, permanecemos trabalhando com as atividades acadêmicas e administrativas de forma remota, resistindo e lidando com as dificuldades, levando adiante várias decisões colegiadas e o desenvolvimento das atividades pedagógicas, muitas vezes, avolumando a quantidade de trabalho.

Nesse contexto turbulento, o projeto propiciou que os vínculos entre os(as) pesquisadores(as) fossem mantidos e não se distanciassem da comunidade acadêmica e da sociedade, promovendo reflexões sobre os impactos da covid-19 no cotidiano, a partir de análises críticas das políticas sociais voltadas para proporcionar a manutenção das condições básicas de sobrevivência humana. Com vistas nesta perspectiva, o GEPPSFAM e o GEPOSS, com o apoio do Fórum Tocantinense contra a Privatização da Saúde e do Coletivo Atentos/as e Fortes, organizaram coletivamente a preparação das *lives* transmitidas no canal do *youtube*, aqui transcritas e sistematizadas, para contribuir com os debates e fortalecer as resistências e os campos de lutas em prol dos Direitos Humanos e dos Direitos Fundamentais, em defesa das políticas sociais e das liberdades democráticas em tempos repressivos, obscuros e de pouca esperança em face do conservadorismo e da omissão do Governo Federal frente ao avanço da doença.

INTRODUÇÃO

Esse livro consiste na transcrição, sistematização e organização das intervenções produzidas nos encontros realizados *on-line*, em formato de *lives*, no período de junho a julho de 2020, durante a quarentena e em função da pandemia da covid-19. Por meio do projeto de extensão intitulado “Atentos/as e fortes na quarentena: tecendo resistências em defesa dos Direitos Humanos, das políticas sociais e das liberdades democráticas”, o corpo docente do curso de Serviço Social, cujos membros integram o GEPPSFAM e o GEPOSS, encontrou uma alternativa para manter os vínculos acadêmicos e fortalecer o diálogo com os estudantes da graduação, pós-graduação, profissionais das políticas sociais, com destaque para assistentes sociais, pesquisadores da UFT e de outras universidades parceiras, militantes e ativistas dos movimentos sociais, com a intenção de produzir reflexões acerca da pandemia da covid-19 e seus impactos nas expressões da questão social na realidade brasileira e tocantinense.

Os encontros virtuais proporcionaram debates sobre temas de importância e relevância para o Serviço Social e para o aprofundamento teórico, bem como, necessários para garantir o direito de acesso à informação no cenário atual, em que o acesso às políticas sociais, como a saúde, pode ser única alternativa de sobrevivência dos setores mais fragilizados da população brasileira, num contexto em que os direitos civis, políticos e sociais estão sendo atacados cotidianamente pela onda reacionária do autoritarismo e do conservadorismo, bem como pela crise estrutural e política do capital.

Por ser um projeto de extensão, o projeto buscou a sintonia com o artigo 207 da Constituição Federal de 1988, onde consta que “[...] as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. A UFT como universidade pública, laica e gratuita tem como premissa defender a produção, a acumulação e a disseminação do conhecimento e da ciência, respeitando a perspectiva de autonomia didático-científica e de acordo com a Pró-reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários (Proex):

A Extensão Universitária é a ação da Universidade junto à comunidade que possibilita o compartilhamento, com o público externo, do conhecimento adquirido por meio do ensino e da pesquisa desenvolvidos na instituição. É a articulação do conhecimento científico advindo do ensino e da pesquisa com as necessidades da comunidade onde a universidade se insere, interagindo e transformando a realidade social (PROEX, 2020).

O debate sobre a extensão universitária defendido pelo curso de Serviço Social da UFT é aquele que constitui uma dimensão estratégica, no sentido de afirmação de princípios éticos e valores comprometidos com a classe trabalhadora, que vai ao encontro do previsto no Projeto Ético-Político Profissional do Serviço Social, com vistas no fortalecimento dos movimentos sociais, nas organizações e lutas populares, bem como, com o compromisso com as articulações da categoria profissional com a população usuária dos serviços sociais públicos⁸.

O Plano Nacional de Extensão Universitária, vinculado ao Ministério da Educação (MEC) e aprovado em 2001, reafirmou aspectos importantes relacionados à função social da universidade como a transformação da sociedade, seu necessário vínculo com os movimentos sociais e o compromisso

⁸ Sobre o conceito de extensão universitária que vimos trabalhando ver em: BURGINSKI, V. M.; CARIAGA, M. H. Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 779-807, 2019.

com os setores das classes populares. Em 1993, foi instituído o Programa de Fomento à Extensão Universitária (PROEXTE), que formalizou essas prerrogativas e financiou as ações extensionistas até 1995, quando foi interrompido. Em 2003, esse programa foi retomado com a denominação de Programa de Extensão Universitária (PROEXT) e tem vigorado, desde então (BRASIL, Política Nacional de Extensão, 2012). Esse ponto merece atenção, porque grande parte das articulações entre o conhecimento acadêmico e a sociedade é realizada por práticas de extensão universitária em universidades federais e estaduais (DURIGUETO, 2014; FARAGE, 2014; MARRO, 2011, 2014).

Em tempos de pandemia e de imposição de um ajuste fiscal duramente regressivo e de ataques ao conhecimento científico e à universidade pública, torna-se extremamente necessário reafirmar o fortalecimento da função social da universidade pública na transformação da sociedade, estreitando os vínculos com os movimentos sociais, com as organizações da sociedade civil e a categoria profissional, abordando temas centrais colocados na urgência que o tempo atual nos impõe, desnudando o caráter de classe dos conflitos sociais acirrados. A luta entre a vida e os lucros se estabelece nessa quadra histórica, perante a vigência da contrarreforma do Estado e do aprofundamento do projeto neoliberal. A pandemia exacerbou todas as contradições da atual fase do desenvolvimento capitalista, atuando como catalisador de uma crise estrutural sem precedentes, evidenciando as catástrofes humanitárias emergentes da crise sanitária que, no Brasil e pelo mundo afora, desnudou situações de populações que sequer têm acesso a água para manter a higiene pessoal.

No enfrentamento ao coronavírus, a necessidade do isolamento social expôs as diferentes realidades sanitárias e as condições de vida, atingindo de forma exponencial os mais pobres, periféricos e a população negra, demonstrando que a covid-19 é atravessada pela questão de classe e étnico-racial. Trata-se de um encontro explosivo da pandemia com a realidade brasileira, expondo a nú o racismo e o patriarcado estrutural, nossas heranças sócio-históricas do colonialismo escravista e da dependência.

Diante desse contexto, a defesa das políticas sociais e a luta por direitos seguem ocupando destaque importante nos embates econômicos e políticos, pois omissão do poder público ou mesmo a sua ausência tem colocado em risco a vida de milhares de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros/as. Sabidamente, o coronavírus não tem cura e, até o momento, o isolamento social tem sido a estratégia adotada em diferentes países para conter o contágio e evitar o colapso dos sistemas de saúde. O estado de pandemia acentuou o que estava dissimulado nos discursos, ferrenhamente disputados no universo das práticas políticas, educacionais e ideológicas da sociedade burguesa: que o trabalho é a única fonte de valor e de produção de riqueza na sociedade capitalista e são os trabalhadores que mais estão desprotegidos com o avanço da doença.

A conjuntura política brasileira, especificamente, tem se demonstrado extremamente desfavorável, no sentido de adotar medidas governamentais que possam conter a pandemia via ações coordenadas e estratégicas de fortalecimento das políticas sociais, particularmente da política de saúde, o que agrava ainda mais as condições sociais e psíquicas dos/as trabalhadores(as).

Vimos dois ministros da área técnica da saúde sem condições para se manter à frente do Ministério da Saúde em função da obrigação de seguirem orientações que estão na contramão de protocolos mínimos no combate à crise sanitária. Sem o devido respeito à ciência médica, para além dos vieses ideológicos do Governo Federal, nenhum profissional da área técnica quis pôr em risco sua carreira profissional e trajetória científica para assumir a pasta, o que revela o grau máximo de valores anti-ciência instaurado naquela que deveria ser a instituição central de enfrentamento à pandemia.

O Ministério da Saúde (MS) foi militarizado e o ministro interino ficou quatro meses nessa condição, assumindo oficialmente apenas em setembro de 2020. Um General do exército à frente da pasta da saúde, bem como outras patentes assumindo cargos de área técnica, em posições estratégicas, com a explícita função de favorecer a omissão, aprofundando os problemas de subnotificação e ocultação de dados sobre a pandemia. Tal situação revela a ausência de uma orientação nacional para o combate da pandemia e a ausência de um plano emergencial com diretrizes para os estados e os municípios.

Devido à omissão do Governo Federal, as políticas sociais no combate à pandemia passam por um retrocesso jamais visto, que já vinha se exacerbando, a partir de 2016, com a aprovação da Emenda Constitucional (EC) nº. 95, que adotou um novo regime fiscal, congelando as despesas primárias do governo com todas as políticas sociais, exceto as despesas financeiras com o pagamento de juros e amortizações da dívida. Além disso, a aprovação das contrarreformas trabalhista, previdenciária, a lei de terceirizações fragilizaram ainda mais a seguridade social, prevista na Constituição Federal de 1988.

As políticas neoliberais aprofundaram o fosso das contradições, desde então, tanto que muitos pesquisadores apontam que estamos em uma fase ultraneoliberal, de intensificação da destruição das políticas sociais, notadamente as de seguridade social (saúde, previdência e assistência social) e as de educação, afetando o mínimo de proteção social que o estado brasileiro permitiu estruturar com a CF de 1988. Desde os anos 1990, a agenda neoliberal está em curso, perpassando por todos os governos que ocuparam o Palácio do Planalto.

Entretanto, cabe destacar que as contrarreformas se deram de maneiras distintas, a depender dos governos, em função do grau, do ritmo e da intensidade dos ataques às políticas sociais. Pois, desde os anos 1990, as tendências de contrarreformas não se reverteram em função do ajuste fiscal, com a permanência de mecanismos como a dívida pública, a desvinculação das receitas da união (DRU) e, sobretudo, a intensificação pela disputa do fundo público.

No contexto das contrarreformas, a pandemia encontrou campo fértil para se alastrar, agravando a situação da classe trabalhadora, que não foi e nem está sendo devidamente assistida pelo Governo Federal, pelo contrário, está sendo obrigada a enfrentar a doença provocada pelo vírus e a doença da desinformação, a negação dos direitos e da ausência de políticas de assistência social.

Evidencia-se, dentre as poucas medidas adotadas pelo governo no combate à pandemia, a renda emergencial básica, que consistiu no pagamento de um valor de R\$ 600,00 por cinco meses para os trabalhadores(as) desempregados(as) e em situação precária (com previsão de prorrogação até dezembro de 2020, com o valor reduzido para R\$ 300,00), ação que nasceu insuficiente e com tendência a piorar, já que a redução do valor da parcela obriga os(as) trabalhadores(as) desempregados a abandonar o isolamento social e se arriscar em subempregos, colocando-se em risco e a sua família em contraírem a doença.

Outro aspecto que cabe destacar é que a política de saúde vivenciou historicamente um subfinanciamento crônico. Salvador (2020), em trabalho recente, mostra que a saúde perdeu 12,86% de seu orçamento, em 2008, e 11,60% em 2018. Os primeiros impactos da EC nº. 95 foram sentidos ainda em 2016, pois a política de saúde perdeu espaço no orçamento federal, reduzindo sua participação de 5,22% (2016) para 5,11% em 2019. E, nesse sentido, registra-se os retrocessos históricos do país nas políticas sociais, que os debates em curso no projeto, aqui transcritos, evidenciam com ênfase e denunciam as condições inaceitáveis a que foram reduzidas.

1. NEOLIBERALISMO, POLÍTICA SOCIAL E PANDEMIA

Rosemeire dos Santos

Notas introdutórias para o debate

Na atual conjuntura em que a democracia se encontra fragilizada diante da ascensão ao poder por forças conservadoras e autoritárias, a tendência neoliberal fortalece o modo de produção capitalista. Nestas notas introdutórias do primeiro encontro virtual, formato *live*, intitulado “Neoliberalismo, política social e pandemia”, destaco a importância do projeto de extensão, nesses difíceis dias de pandemia da covid-19, já em fins setembro, contabilizando a marca de 4.812.375⁹ pessoas infectadas e de 143.873 brasileiros/as que perderam a vida, deixando famílias arrasadas e rompendo vínculos afetivos abruptamente.

As vidas continuam a ser perdidas, escancarando a ausência de um estado de proteção social diante da crise sanitária, associada à crise econômica e política para precarizar ainda mais a condição humana. O projeto de extensão universitária, nesse cenário, cumpre o seu papel de proporcionar à comunidade acadêmica e a sociedade um momento para refletir sobre os impactos desse momento histórico nas várias esferas da vida.

A *live* conta com as falas da coordenadora do projeto, Professora Vanda Micheli Burginski, da Pró-Reitora de Extensão, Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins, Professora Maria Santana Milhomem, e da Professora Clarissa Alves Fernandes de Menezes, que é docente na Universidade Estadual do Tocantins (UNITINS) e militante do Fórum Tocantinense Contra a Privatização da Saúde e do Coletivo de Assistentes Sociais Atentas/os e Fortes. Todas mulheres que militam e batalham por uma sociedade mais justa e igualitária, sem distinção de credo, raça/etnia e classe social e que engrandecem o debate sobre o tema.

Maria Santana Milhomem é doutora em Educação (UnB), mestra em Educação (UFS), graduada em Pedagogia (UFT), professora adjunta II e Pró-Reitora de Extensão Cultura e Assuntos Comunitários da Universidade Federal do Tocantins, coordenadora do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior (FORPROEX), da região Norte. É pesquisadora com estudos sobre decolonialidade, etnia/raça, educação intercultural e currículo, com ênfase em comunidades tradicionais.

Vanda Micheli Burginski é doutora em Política Social (UnB), mestra em Educação (UFMT) e graduada em Serviço Social (UFMT), professora adjunta II na Universidade Federal do Tocantins, na graduação e no mestrado em Serviço Social. É líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado, Política Social e Serviço Social (GEPOSS/UFT), pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Fundo Público, Orçamento, Hegemonia e Política Social (FOHPS/UnB). Atua na área da Política Social, com ênfase na formação profissional em Serviço Social,

⁹ Disponível em: <https://www.google.com/search?q=mortos+coronavirus+brasil&oq=mortos+&aqs=chrome.3.69i57j0l7.5942j0j7&sourceid=chrome&ie=UTF-8> Acessado em 30 set. 2020.

Estado, capitalismo dependente, políticas sociais, fundo público e orçamento das políticas sociais, em suas interfaces com a questão agrária, a violência de gênero e o feminismo.

Clarissa Alves Fernandes de Menezes é doutora em Serviço Social (UERJ), mestra em Saúde Coletiva pelo Instituto de Estudos em Saúde Coletiva (IESC/UFRJ) e graduada em Serviço Social (PUC-SP), com trajetória acadêmica e profissional nas temáticas de gênero e trabalho, política de saúde e movimentos sociais.

Cabe salientar que os debates giraram em torno da defesa das políticas sociais, principalmente, da saúde e da educação, com ênfase na saúde e na educação públicas de qualidade para a classe trabalhadora.

Debatedora: Maria Santana Milhomem

Boa noite! Obrigada, pelo convite! Quando a Micheli me convidou dizendo que “é só uma participaçãozinha no início e tal”, na hora topei, apaguei tudo na agenda e, depois, falei “meu Deus estou numa *live*, preciso saber o que é mesmo”. Fiquei preocupada depois, porque fazemos as coisas no automático”. Depois que parei e pensei. Mas é um prazer imenso estar aqui com vocês e compartilhar, o quê nós, enquanto universidade, temos feito nesse momento de pandemia. A UFT é uma universidade extremamente jovem, mas suas ações têm contribuído para o desenvolvimento do estado do Tocantins. Claro que nós temos outras instituições de Ensino Superior no Tocantins, mas eu falo do chão em que vivo. E nossa universidade tem se destacado realmente, porque temos bons profissionais e competentes, muita vontade, muita garra, e acho que isso é importante.

Quero cumprimentar a professora Micheli, uma guerreira que está conosco, sempre, no trabalho de extensão, uma defensora da extensão. Fico muito feliz em ter mulheres valentes que defendem a extensão. A educação precisa de pessoas, principalmente de mulheres que estejam firmes e com muita vontade de fazer com que a universidade chegue onde realmente ela precisa chegar. Cumprimento a Clarissa, da UNITINS. Não a conhecia, estou conhecendo. É um prazer imenso estar aqui contigo, nesse momento. Gosto muito da Kylde, a Pró-Reitora de extensão da UNITINS.

O convite foi feito para conversarmos sobre a extensão. Hoje, eu sou coordenadora do FORPROEX, da Região Norte, e o quê nos preocupa é o que tiram de nós, devido aos problemas que enfrentamos. Apesar de ser uma região rica, é cheia de dificuldades, principalmente, por causa do acesso. Aqui no Tocantins temos dificuldade em chegar nas comunidades, imaginem no estado do Amazonas, Pará, Roraima. Temos realizado trabalhos nas comunidades e não é fácil, tem lugares que levamos três ou quatro dias para chegar, depois pega um cavalo. No Tocantins também é assim. E para fazer extensão, eu sempre digo o primeiro passo, para fazer extensão precisa querer, ter motivação, no sentido literal, ou seja, é a vontade que faz com que a universidade chegue nos lugares mais difíceis. É isso que motiva a fazer extensão.

Eu não trabalho com extensão pelo viés do assistencialismo, penso que precisamos evoluir, pois a época da extensão assistencial, em que “eu te dou, e você tem que receber” não existe mais. Hoje, trabalhamos numa perspectiva Freireana, como numa via de mão dupla, ou seja, para realizar uma atividade de extensão precisamos ouvir a comunidade, considerar as suas demandas e se é o quê as pessoas desejam. Os dados quantitativos e qualitativos são indicadores, mas o ponto principal é conhecer a comunidade e estabelecer o diálogo. Paulo Freire é o nosso digamos “Guru”

da extensão. Quando o fórum começou suas atividades, em 1987, foi nesse viés que a extensão começou, em todas as Instituições de Ensino Superior públicas da região norte, estabelecendo diálogos e saberes, numa via de encontro.

Nós trabalhamos com essa perspectiva de extensão, como o pontuado em nosso fórum. Nós seguimos essas diretrizes na UFT, porque a extensão tem diretrizes. Ao fazer extensão fazemos ciência, porque ciência é cultura, de um ponto de vista antropológico, e precisamos compreender isso para evitar os “achismos”. E achismo no Ensino Superior é complicado.

Hoje, a Universidade Federal do Tocantins está presente num estado com 139 municípios e nosso raio de atuação, com as atividades de extensão, atinge 83 municípios. Esses dados são dados do mês passado. Quando eu falo da extensão, refiro-me também aos professores, pois as ações de extensão são institucionais. Os professores escrevem os seus projetos e vão para as comunidades. A Pró-Reitoria mapeia todas as vezes que os professores cadastram seus projetos, que passam por uma avaliação. Assim, sabemos que estamos presentes em 83 municípios do estado e, eu diria que não estamos felizes, por que eu gostaria que estivéssemos nos 139 municípios. A universidade poderia desenvolver atividades de extensão em todos esses locais.

Estamos presentes, também, com os polos da Educação à Distância (EaD) e organizando a extensão a partir desses polos. Nesse ponto, não tem sido fácil, porque tem toda uma concepção diferenciada de Educação à Distância que dificulta a realização dos projetos nessas localidades.

Em relação à atuação da UFT, nesse momento da covid-19, temos realizado ações, também, de assistência social, embora não seja papel da universidade desenvolver essa política. O fato é que em algumas situações, temos de considerar as ações primeiras, isto é, como é que vamos chegar numa comunidade e dizer para ela que precisa participar do projeto de extensão, se nem comida ela tem? Então, é um ponto que, enquanto extensão, precisamos considerar, não como prioridade, mas como uma consequência, e a universidade assume.

Atuamos em comunidades tradicionais indígenas, quilombolas e ribeirinhas e levamos alimentos que foram arrecadados pelo “UFT Solidária”. Assim, nesse período de pandemia, desenvolvemos projetos vinculados à produção de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), como a confecção de máscaras. Num dos projetos, um professor de Araguaína produz máscaras para os professores e para a comunidade. Também trabalhos com a orientação, um projeto da universidade intitulado “Orienta mais covid”, envolvendo estudantes e professores dos cursos de Medicina, Enfermagem e Ciência da Computação, em que os estudantes atendem pessoas a partir de um 0800 que implantamos na UFT. É uma ação de orientação que tem dado certo, que atende todo o estado e qualquer pessoa em qualquer localidade pode ligar gratuitamente e dispor de um serviço de qualidade.

Da mesma forma, atuamos em atividades de formação, como este momento, aqui agora, em que os professores, não só da UFT, mas de muitas universidades, compartilham saberes e promovem a formação através de debates em *lives*. Em virtude dos problemas que estamos vivendo, para manter a saúde mental, os recursos tecnológicos podem e devem ser utilizados para auxiliar nas ações de extensão. Desde o início da pandemia, só na extensão são mais de 50 ações rápidas, como a que acontece aqui, agora. A universidade tem protagonizado os problemas mediante os projetos de pesquisa e de extensão, lembrando que as atividades de extensão sem pesquisa são “atividades mortas”. Sempre digo, que as atividades de extensão compreendem o ensino e a pesquisa

em ação. Não existe atividade de extensão sem a pesquisa, pois ela supõe investigação com e sobre a comunidade.

Um trabalho que vale a pena ser mencionado, vinculado à extensão, e que estamos com alguns editais abertos, se referem à produção de tecnologia social. Temos dez projetos em andamento que visam desenvolver tecnologias sociais, alguns diretamente vinculados com a questão da covid-19. São recursos tecnológicos, aplicativos, projetos direcionados às comunidades indígenas, aos feirantes, etc., que vão gerar produtos.

Quando me refiro aos produtos, na tecnologia social, é diferente de um produto tecnológico, pois pode ser o desenvolvimento de uma metodologia, de uma técnica inovadora que envolva as pessoas, considerando a inovação com saber popular, o saber tradicional da comunidade. A ideia é fazer a vinculação entre o conhecimento científico e os conhecimentos e saberes tradicionais, populares. Estamos aprendendo ainda, enquanto universidade, a trabalhar nessa linha, e já observamos o crescimento do interesse dos professores em atuar nas comunidades.

Temos oito áreas temáticas na extensão, que são áreas prioritárias, dentre elas Direitos Humanos e justiça, que dialoga de forma interdisciplinar e transversal com outras áreas, como a educação e a saúde, por exemplo. É importante destacar que extensão pode trabalhar com variadas temáticas, desde que mantenha o caráter científico e de inclusão das comunidades e da sociedade como focos. Assim, o primeiro passo para fazer uma boa ação de extensão é pensar que as pessoas precisam ser incluídas.

Na Política Nacional de Extensão trabalhamos com áreas temáticas e linhas prioritárias, mas também com dois conceitos fundamentais: território e grupos. Por exemplo, o conceito de território, pensado por Milton Santos, pode contribuir quando se trabalha com grupos vulneráveis. Enfim, precisamos trabalhar em territórios e identificar o local junto com o pertencimento do grupo, das pessoas que participam das ações. Porque, muitas vezes, falamos o seguinte: “Poxa o território quilombola, ah mas ele tem tudo lá!” Será que eles tem tudo? Sabemos que nesses territórios há carências de políticas públicas como saúde, educação, etc., e que todas as pessoas têm direito a essas políticas como forma de garantir a cidadania. Nesse sentido, trabalhamos com os grupos mais vulneráveis.

A universidade, por meio do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, tem feito um trabalho muito bacana, de incluir as pessoas que mais precisam das ações extensionistas. A universidade precisa dialogar com os movimentos sociais e promover ações com foco nos Direitos Humanos, justiça, educação, saúde, estabelecendo um diálogo com esses movimentos organizados da sociedade civil. A outra questão importante é o diálogo com as políticas públicas. Claro a professora Micheli conhece muito bem esse tema e vai aprofundá-lo, mas é um dos pontos primordiais na extensão. Porque enquanto universidade, com nossos projetos de extensão, podemos auxiliar o estado no desenvolvimento e implementação de políticas públicas, como a criação políticas públicas de inclusão, por exemplo.

Certamente, não é papel da universidade implementar políticas públicas, porque isso é papel do governo, mas nós, enquanto universidade, podemos auxiliar nesse processo. Há vários exemplos de políticas públicas implementadas a partir dos debates com a universidade em diálogo com as comunidades.

De modo geral, é muito importante que a universidade acompanhe o processo de cadastro e implementação dos projetos de extensão e reconheça os seus impactos sociais, criando indicado-

res de avaliação qualitativa para as ações. Caso contrário, fazemos muito, mas não conseguimos sistematizar as ações em resultados.

O curso de Serviço Social tem um trabalho na área de avaliação de projeto de políticas públicas. É importante conhecer os indicadores de avaliação para dizer se uma ação de extensão, para a qual foi mobilizado um grupo de professores e uma comunidade, realmente obteve os resultados esperados, se houve transformação social, isto é, se é possível mensurar o impacto social. O impacto e a transformação social são pontos extremamente importantes para a extensão. É importante realmente ter ação com o “pé no chão”, conhecendo as categorias sociais como indicadores de avaliação.

Penso que é isso, deixarei as meninas falarem, pois elas são *best-seller* no assunto de hoje, cabendo a mim, apenas trazer para a nossa reflexão o papel da extensão, nesse contexto triste de pandemia vivenciado pela humanidade. Finalizo afirmando que a extensão é libertadora e nos dá a possibilidade de sentir o que é o mundo fora dos muros da universidade, os muros imaginários que precisam ser transpostos para levar até a sociedade o que essa instituição, chamada Universidade Federal do Tocantins, tem de melhor: o conhecimento científico.

Debatedora: Vanda Micheli Burginski

Boa noite. Primeiro, cumprimento e agradeço à professora doutora Maria Santana Milhomem, grande parceira na universidade, digo que ela é “uma pérola negra” nessa universidade, particularmente na gestão. É muito bom trabalhar com a professora Maria Santana nas questões da extensão, porque, além do compromisso com a extensão universitária, ela é uma militante. É uma pessoa muito séria e de trânsito fácil para trabalhar. Não dificulta os processos e abraça a ideia de pensar a extensão junto às classes populares e aos movimentos sociais. Nesse ponto, ela é uma parceira fundamental para nós, do curso de Serviço Social, sobretudo para continuarmos com a difícil tarefa de fazer extensão, num contexto de pouca valorização das atividades práticas junto à sociedade, principalmente, considerando o parco orçamento se comparado com a pesquisa. Só pela questão da pouca valorização, percebe-se a escassez dos recursos que partem do próprio Governo Federal. Fazemos extensão mesmo na garra, na vontade.

Cumprimento a professora Rose Santos, parabenizando-a pelo trabalho nesse projeto de extensão “atentos/as e fortes na quarentena”. Cumprimento, também, a professora Clarissa Menezes, que também integra o GEPOSS e é uma amiga de militância acadêmica em outros espaços. Cumprimento a todos os demais colegas do curso de Serviço Social da UFT que estão aqui, colegas de outros lugares do Brasil, os alunos do curso de Serviço Social regular e do curso de Serviço Social PRONERA. Esse projeto, que promove os encontros virtuais, por meio das *lives*, é uma estratégia para nos aproximarmos uns dos outros em tempos tão difíceis de pandemia, para nos humanizarmos e compartilharmos ideias nos debates, ainda que por meio das mídias. Nesse momento bastante difícil, tivemos que parar todas as nossas atividades presenciais, mas esperamos suprir nossas carências por contato intelectual com o uso mais intensivo das mídias.

Agradeço aos professores e as professoras que integram o GEPOSS, em especial, a professora Maria Helena Cariaga, que tem feito um trabalho excelente na extensão junto aos movimentos sociais. Juntas, desenvolvemos extensão nos assentamentos rurais na região central do Tocantins e tivemos que parar por causa da pandemia, mas, assim que possível, vamos retomar as visitas aos

assentamentos e aos acampamentos de reforma agrária e de luta por reforma agrária no estado do Tocantins.

O tema de abertura desse projeto é “Neoliberalismo e Política Social em tempos de pandemia”, mas o que esse tema traz para nós? O que podemos abordar a partir disso? É um tema extremamente relevante que toca no debate da conjuntura atual. Portanto, falar sobre a pandemia e do que nós estamos vivendo, hoje, é falar do primeiro aspecto que temos que abordar - a crise do capital -, que não chegou no Brasil com a pandemia, mas agravou nossa situação.

Muitos pesquisadores e teóricos do Serviço Social brasileiro que abordam essa temática alertam que a crise não chegou com a pandemia, ou seja, não foi a pandemia que causou a crise. Esse é um primeiro aspecto, que nunca é demais lembrar - a pandemia é um elemento catalisador de uma crise estrutural capital. Tal crise vem sendo abordada, desde a década de 1970, por teóricos importantes como Mandel¹⁰ e Mészáros¹¹, que apontam que as crises são expressões de uma crise estrutural do capital.

Em 1973, o catalisador daquela crise foi a chamada “Crise do Petróleo”. Então, as crises são constitutivas do sistema capitalista, fazendo parte desse sistema, não sendo possível eliminá-las mantendo o sistema. Em resumo, as crises são inerentes ao próprio sistema capitalista e ocorrem devido aos processos de superacumulação e de superprodução, de forma que uma pandemia, como a vivenciada hoje, apenas acentua esses processos. Já estávamos imerso na crise, tanto que o Brasil vivenciava uma alta taxa de desemprego, tínhamos uma previsão de crescimento econômico para o ano de 2020 de um pouco mais de 1% (um por cento) de crescimento do PIB. Um crescimento muito pífio, o que indicava que não estávamos em um processo de retomada de crescimento, mas em crise, que a pandemia vai acirrar exponencialmente. Então, é preciso entender, primeiro, que as crises sempre são estruturais do capitalismo.

Em 2008, tivemos um período de forte crise do capital devido à bolha imobiliária nos EUA, um catalisador que deu proporções à crise e a fez circular em outras partes no mundo, chegando ao Brasil em 2013. E mais uma vez, quando ocorre uma grave crise do capital, o Estado é chamado a intervir, de maneira que reafirmamos que o projeto neoliberal não implica em Estado mínimo. Na verdade, o Estado nunca deixou de intervir, pelo contrário, sempre intervém para a própria manutenção e expansão do desenvolvimento capitalista. Ou seja, o Estado na fase de desenvolvimento do capitalismo atual cede às exigências do capital, realizando os processos de reestruturação produtiva, por exemplo, como vem fazendo desde o acirramento da crise estrutural, nos anos 1970, tentando sempre elevar das taxas de lucro.

Sabidamente, em 2008, o Estado injetou um recurso de quase três trilhões de dólares nos bancos privados para que não fossem a bancarrota, inclusive com o discurso de preservar os empregos. Então, o Estado, na realidade, tem colocado um grande aporte do fundo público à disposição para o capital privado, principalmente, em momentos de crise. De lá para cá, costumamos dizer que o neoliberalismo, nada mais é do que um sistema de Estado máximo para os mais ricos, para os setores da burguesia, sobretudo para as frações rentistas do capital, e um Estado mínimo para os trabalhadores.

10 MANDEL, E. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Editora da Unicamp/ Editora Ensaio, 1990.

11 MÉSZÁROS, I. *A Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.

No Brasil, o neoliberalismo chega de forma mais contundente a partir dos anos 1990, perpassando vários governos, Collor e, depois do seu impeachment, Itamar Franco, depois os governos de Fernando Henrique Cardoso (FHC), quando, particularmente, com o plano real o neoliberalismo se efetivou no Brasil, com o processo de contrarreforma e de ajuste fiscal permanente. O que aconteceu no Brasil? Tivemos, com a Constituição de 1988, um título que prevê a Seguridade Social, além das outras políticas, como a política de educação, de habitação, etc.

Contudo, o neoliberalismo vai exigir uma reconfiguração do Estado e também uma reconfiguração profunda dessas políticas sociais, postando-se de forma contrária aos preceitos elencados na Constituição, sob o discurso de que as políticas sociais são muito onerosas e que o Estado não deve garanti-las. É um discurso que ataca as intervenções do Estado junto às políticas sociais. Isso ocorreu em todo mundo, o neoliberalismo impactou e reconfigurou as formas de proteção social. Na Europa teve um profundo impacto, por exemplo, nos sistemas de proteção social europeus.

Na particularidade brasileira, essas reconfigurações atacaram profundamente a perspectiva universal das políticas sociais. Houve uma confluência entre a culminância do neoliberalismo com o processo de construção da Seguridade Social que impediu o seu processo de implementação, segundo os preceitos constitucionais, ou seja, o pouco que se conseguiu avançar, formalmente, na Constituição, com a Seguridade Social, ele vai desconstruir, na verdade, vai atacar o caráter de universalidade da seguridade.

O neoliberalismo é um projeto de reestruturação capitalista e, mais do que um projeto econômico, é também um projeto social e político que se tornou hegemônico no Brasil e na América Latina, principalmente a partir dos anos 1990.

No Brasil, a sua hegemonia vem permitindo a implementação das contrarreformas, desde então. Behring (2008), no livro intitulado “Brasil em contrarreforma”¹², utiliza o conceito de contrarreforma para qualificar esses processos, particularmente, a partir dos anos 1990. A perenidade é um aspecto marcante das contrarreformas brasileiras, mantidas por todos os governos que passaram pelo Palácio do Planalto, sendo a dívida pública um elemento importante desse processo, pois todos os pagamentos com juros e amortização da dívida foram mantidos, em detrimento do orçamento destinado às políticas sociais. A DRU (Desvinculação das Receitas da União) retira recursos da Seguridade Social, principalmente da Previdência Social, para compor o *superávit* primário. Houve até uma intensificação da disputa pelo fundo público, concentrando a luta de classes em torno dessa disputa, como uma marca desse projeto neoliberal, configurando uma tendência que Behring (2008) aponta como sendo o “da vigência de um ajuste fiscal permanente”.

Ora, as políticas neoliberais e as contrarreformas estão em marcha no Brasil, mas sendo implementadas de maneiras diferenciadas, de acordo com os diversos governos. O fato é que esses mecanismos de composição do *superávit primário*, como a manutenção da desvinculação das receitas da união, manteve-se em todos os governos. Evidencia-se, dessa forma, que o neoliberalismo também não surge no Brasil com o golpe de 2016 (que levou ao *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff), como se houve. Na verdade, o golpe de 2016 aprofundou o projeto neoliberal, hoje, em seu estágio mais avançado, chamado de ultraneoliberal.

A partir do governo Temer, os ataques às políticas sociais foram retomados com mais intensidade, principalmente após a promulgação da Emenda Constitucional nº. 95, que adotou um novo

12 BEHRING, Elaine Rosetti. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2008.

regime fiscal que adotou o congelamento de todas as despesas primárias do governo com todas as políticas sociais, exceto as despesas financeiras como o pagamento dos juros da dívida pública. O Sistema Único de Saúde (SUS), por exemplo, perdeu muito recurso, desde a implementação dessa emenda.

Cabe ressaltar, nesse sentido, que os governos anteriores, do Partido dos Trabalhadores (PT), embora trouxessem elementos positivos no que tange a expansão das universidades públicas, algumas políticas de cunho focalizado, no âmbito da assistência social, que são consideradas “avanços”, não romperam com a perspectiva neoliberal, e nem houve as reformas estruturais. Porém, com o golpe de 2016 (é importante demarcar isso), as políticas sociais estão cada vez mais fragilizadas, intensificando-se, inclusive, as parcerias público-privadas, principalmente a saúde, a educação e a assistência social. A relação público-privada, no âmbito dos novos modelos de gestão social na saúde, por exemplo, precarizou as relações de trabalho e aumentou a exploração dos trabalhadores.

Tem um capítulo de livro escrito pelo professor Evilasio Salvador¹³, da Universidade de Brasília (UnB), em que aborda exatamente a questão do orçamento para o SUS, apontando que, desde 2002, não houve aumento das despesas com ações e serviços de saúde, como consequência direta dos impactos Emenda Constitucional nº. 95, nas políticas de saúde: “em termos reais no período de 2016 a 2019 a política de saúde perde espaço no orçamento federal reduzindo sua participação de 5,20% de 2016 para 5,11% em 2019.”

Então, a saúde vivencia um processo de subfinanciamento que não vem de hoje. E, a pandemia do novo coronavírus, está acontecendo numa conjuntura de profunda fragilização das políticas sociais, se levarmos em conta a vigência da Emenda Constitucional nº. 95 e a retirada de recursos das políticas sociais. A contrarreforma da Previdência Social e a lei de terceirização fragilizaram o pouco que se conseguiu garantir desde a Constituição Federal de 1988.

De maneira geral, as demandas por políticas sociais, no contexto da pandemia, estão muito além da sua capacidade de serem atendidas. A partir de 2016, a contrarreforma trabalhista, e não dá para deixar de citar essa contrarreforma, implicou em total desproteção social dos trabalhadores. Particularmente, cito as populações camponesas, as populações ribeirinhas e indígenas, que não possuem inserção nas relações de produção capitalistas. Como fica a situação desses brasileiros, e de outros milhares, diante das contrarreforma trabalhista e da previdência? Como fica a situação da classe trabalhadora com a supressão dos investimentos nas políticas de assistência social? Esse processo de expropriação das condições de vida da classe trabalhadora, em todos os seus aspectos, vai ter sérias consequências a médio e longo prazo.

Notadamente, os aspectos marcantes da perversidade das políticas ultraneoliberais se acirraram ainda mais durante a contexto de pandemia, por que, como se nota, as ações e medidas emergenciais efetivas do Governo Federal para enfrentar a crise sanitária não aconteceram. A omissão do Governo Federal e as milhares de vidas perdidas têm relação com esse tipo de política. Na verdade, o que se percebe é que o governo está se aproveitando desse contexto para aprofundar, cada vez mais, a sua agenda ultraneoliberal, não só para as políticas de saúde, mas também para as políticas de meio ambiente e educação.

13 SALVADOR, Evilasio. Fundo Público e Financiamento da Política de Saúde em tempos de austeridade fiscal. In: ANDRADE, Roberta Ferreira Coelho de; PINHEIRO, Hamida Assunção; VALLINA, Kátia de Araújo Lima (orgs). *Campo Minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira*. Alexa Cultural: São Paulo: Manaus, 2020.

No campo da educação, para mencionar apenas um exemplo, o ataque à autonomia das universidades públicas, em franco desrespeito aos princípios constitucionais, tem seu fulcro quando se deu poder para o Ministro da Educação indicar os seus reitores.

Para encerrar, vimos que a pandemia chegou ao Brasil e se juntou a uma realidade explosiva em face das fragilizadas políticas sociais. E tal cenário, precisamos analisar e compreender, como o projeto neoliberal está assumindo novas facetas para gerir as crises - social, política, ambiental, sanitária, etc. - num processo turbulento de retirada de direitos e de profundas regressões sociais.

Debatedora: Clarissa Alves Fernandes Menezes

Boa noite a todas e todos! Quero agradecer o convite e parabenizar a iniciativa desse projeto de extensão, bem como elogiar publicamente a programação organizada pelos grupos de pesquisa do curso de Serviço Social da UFT. Agradeço, especialmente, as professoras Rose e Micheli. Cumprimento a professora Maria Santana, que está à frente da Pró-Reitoria de Extensão da UFT, e contribuindo com os debates virtuais, nesse momento tão importante e desafiador que exige de nós a criação de espaços de reflexão e organização da resistência em defesa do direito à saúde, como já salientou a professora Micheli, fazendo um resgate da política social na constituição da Seguridade Social.

Então, estamos diante de um momento de organização e resistência do direito à saúde, como de toda a Seguridade Social, porque o que está colocado é o aprofundamento do projeto ultraneoliberal e genocida do governo Bolsonaro, para o conjunto da classe trabalhadora, que favorece somente os interesses do capital. Desde o início do seu mandato, ele tem feito ataques brutais à imensa maioria da população, que se acentuaram durante a pandemia, colocando os lucros acima das vidas humanas.

Vimos nos pronunciamentos e na postura adotada pelo presidente, que condena o distanciamento social e faz coro junto às manifestações em espaços públicos, conclamando a população para retornar às suas atividades econômicas em meio à pandemia. Dentre outros vários pronunciamentos, os anti-científicos, que contrariam as evidências científicas como, por exemplo, dos impactos positivos que o isolamento social traz para evitar a contaminação e a superlotação dos sistemas de saúde, em franca contradição com as medidas que outros países estão adotando, diante dessa crise sócio-sanitária e econômica. Vivenciamos uma profunda crise mundial que, para nós da Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde (FNCPS), exige o compromisso de lutar contra o desprezo que o governo tem pela vida humana.

As medidas tomadas pelo governo reforçam apenas o compromisso com o imperialismo norte-americano e com os interesses do grande capital, dado que favorecem e fortalecem a relação do Brasil com o imperialismo norte-americano, embora o presidente Trump, às vezes, desdenhe o presidente do Brasil.

Esse momento de crise está sendo usado para aprofundar os ataques aos direitos da classe trabalhadora e para destruir as políticas públicas, aprofundando o processo de privatização do Sistema Único de Saúde (SUS), além de supervalorizar o setor privado, em detrimento do público. Um exemplo pessoal: não sei se isso acontece com vocês, mas na casa dos meus pais, recebemos várias ligações de planos de saúde, de alguns novos e outros antigos, ofertando a compra de planos. Observo, nesse contexto, uma política bastante agressiva dos planos de saúde que, desde 2015,

quando a Presidenta Dilma Rousseff aprovou a inserção do capital estrangeiro na saúde, deu-se um processo de inserção rápida dos investimentos estrangeiros na área da saúde no Brasil.

Por exemplo, a privatização do SUS com a criação da Agência para o Desenvolvimento da Atenção Primária à Saúde (Adaps), e várias outras ações, que representam ataques frontais ao sistema de saúde, num momento em que o SUS precisa ser fortalecido e não destruído. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) abriu uma linha de crédito de dois milhões para socorrer os hospitais e laboratórios privados que têm dificuldades financeiras, em meio à pandemia, um recurso que deveria ser utilizado para intensificar e melhorar o atendimentos nas instituições públicas, já que o setor hospitalar privado já tinha sido contemplado com uma linha de dois bilhões de reais para compra de equipamentos. Essa é uma constatação de como o setor privado tem sido agraciado nesse governo, num momento em que precisamos resgatar a reforma sanitária.

A reforma sanitária sempre trouxe a questão da saúde pública em contraposição aos mandos e desmandos do setor privado da saúde, portanto, resgatá-la, nesse momento, para defender o SUS é salutar, pois já ultrapassamos, por meses seguidos, a casa das mil vidas perdidas diariamente. O Brasil é um dos países considerados epicentro do coronavírus.

O professor Gilberto Calil¹⁴ apresenta dados importantes sobre a evolução do coronavírus no Brasil. No mês de maio, houve um percentual de 390% de casos ativos do coronavírus no país; numa comparação entre os meses de maio e junho, em maio tínhamos 71 mil casos, em junho saltou para 353.379 casos ativos, um aumento de quase 300%. E mesmo diante desse cenário, vemos prefeitos e governadores cedendo aos apelos economicistas e pedindo a reabertura do comércio. Nesse caso, tem-se que reforçar as iniciativas de fiscalizações nos estabelecimentos comerciais, para que as atividades não essenciais permaneçam fechadas ao público como medida sanitária.

Então, nós da FNCPS, temos realizado uma campanha denunciando o Governo Federal pela política de morte, quando nega a ciência e minimiza os impactos da pandemia na vida humana, quando fala “e daí?”, quando militariza o Ministério da Saúde, quando ignora as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS), quando prioriza a economia em detrimento da vida, quando apregoa o uso indiscriminado de remédios, como cloroquina, contrariando a medicina legal na voz de especialistas, etc. Nós lançamos uma campanha em defesa da vida com o *slogan* “a vida está acima dos lucros!”, num cenário de evolução da doença, em que o Brasil, se comparado a outros países, é um dos que menos testa para investigar os níveis de contaminação, com apenas cerca de 296 testes por milhão de habitantes, segundo dados do Ministério da Saúde.

Sabidamente, para minimizar o avanço da contaminação é preciso a testagem massiva, sobretudo entre os trabalhadores da saúde que estão na linha de frente do enfrentamento à covid-19. Contudo, contrariamente a essa recomendação, vivenciamos um ataque aos direitos dos trabalhadores, inclusive aos trabalhadores da saúde, já afetados diretamente pelos perigos do contágio, com um índice altíssimo de mortes. Uma notícia, na semana passada, apontou um percentual de 600% do aumento de mortes entre trabalhadores da enfermagem. É fundamental que se intensifique as medidas de segurança para trabalhadores da saúde, bem como assegurar a garantia de direitos contra as demissões. Emergencialmente, que sejam distribuídos EPIs de qualidade para os profissionais e em quantidade suficiente e não duas máscaras por dia, como se denuncia nos meios de comunicação.

14 <https://esquerdaonline.com.br/tag/numeros-da-pandemia/>

Além disso, estudos já indicam que o Brasil pode ter até 15 vezes mais casos de covid do que vem à tona nos meios de comunicação. Se temos uma evolução de quase 400% de casos, e considerando que é possível termos 15 vezes mais números de casos, trata-se de uma situação alarmante, para não dizer desastrosa. Não podemos tolerar que o Governo Federal siga banalizando a vida das pessoas.

Segundo a OMS, a pandemia está piorando na América Latina, sobretudo no Brasil, no México e no Peru. Segundo dados do início da semana, a Universidade Johns Hopkins, os casos de contaminação pela covid-19, no planeta, já tinham ultrapassado a marca de sete milhões, e ultrapassado a triste marca de 400 mil mortes. Após a tentativa de esconder os dados relacionados às mortes, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal determinou que o Ministério da Saúde, agora comandado pelo general Pazzuelo, que não conhece o clima na região Norte e Nordeste do país, voltasse a publicar os números de casos de mortes acumulados pela covid-19. Veja-se a que ponto chegamos, ter a intervenção do judiciário para que o Ministério da Saúde, simplesmente, divulgue os dados sobre a situação da pandemia.

Devido à omissão do estado, várias iniciativas independentes foram surgindo, como o consórcio imprensa, as iniciativas do próprio Conselho Nacional de Secretários de Saúde, dentre outras, a própria Fiocruz, que também tem um site que monitora e divulga os dados. Trazer à tona essas informações, mesmo a omissão do estado, é importante para mostrar como o país está enfrentando a crise sanitária, nesse momento histórico.

Chegamos à marca de mais de mil óbitos diários - conforme dados de segunda e terça-feira -, com 32 mil casos, acumulando quase 40 mil mortes e mais de 700 mil casos conhecidos no Brasil. Nós, que defendemos a reforma sanitária e lutamos pelo direito à saúde, por democracia, vemos a necessidade e importância de agregar as forças para impedir a reabertura do comércio e reforçar as iniciativas em prol do isolamento social, a garantia de condições de existência para as pessoas de baixa renda (para que cumpram isolamento social e contribuam para diminuir os índices de contaminação), o fornecimento de EPIs regular nos hospitais e a divulgação da informação nos meios de comunicação.

Hoje, dois problemas são emergentes. O primeiro tem a ver com a falta de medicamentos, o próprio Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS), divulgou que 24 estados têm relatado dificuldades no abastecimento de um desbloqueador muscular, que é utilizado no processo de intubação de pessoas com complicações decorrentes da doença, complicações respiratórias. No total, dos 13 medicamentos listados pelo Conselho, 11 estão em falta. O setor privado também tem relatado dificuldades, principalmente, nas empresas do Norte e Nordeste, apontando que 17 tipos de sedativos estão em falta no mercado brasileiro. O segundo problema é ambiental. De acordo com o Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia, o fogo aumenta a presença de material particulado na atmosfera, ocasionando um aumento de pessoas internadas com problemas respiratórios, num contexto de pandemia, isso pode gerar uma situação de calamidade pública.

Os estados mais afetados e onde se concentram a maior parte das áreas desmatadas, alvos das queimadas, são Pará, Mato Grosso, Rondônia, Amazonas, que já têm fragilidades no serviço de saúde. Com a chegada da seca e das queimadas no Tocantins, esse problema de saúde pública tende a se intensificar, se não forem tomadas medidas de combate às queimadas. Vale ressaltar que já existe um estudo de Harvard que mostra a correlação entre a poluição do ar e aumento da taxa de mortalidade por covid-19.

Esse quadro também é preocupante e nos leva a pensar que se deve reforçar outras medidas de emergências que devem ser adotadas pelos governos nas esferas municipais, estaduais e federal, visando ampliar as redes de serviços instaladas para enfrentar a covid-19, mas sem descuidar de problemas correlatos, como os problemas ambientais.

Diante de tudo o que já foi dito, considero que o isolamento social, o uso de máscaras, dentre outras recomendações da OMS, precisam ser seguidas rigorosamente para que haja um retardamento na intensificação da contaminação, mesmo que o Governo Federal não apoie tais medidas e ameace se retirar da OMS; o próprio diretor do programa de emergências da OMS afirmou que a parceria com o Brasil vai continuar, mesmo com as declarações da presidência da república. O que tem de ser levado em conta é que os estudos e as pesquisas sobre possíveis vacinas ainda não apresentam uma previsão de vacinação em massa, não se sabe como será a distribuição, quais países vão receber e como vai ser feita o processo de vacinação em cada país.

Considerando a emergência, a OMS está orientando que se use máscaras com três tipos diferentes de tecido com o intuito de diminuir o contágio, além das medidas usuais de higiene individual, além do isolamento social.

Um último ponto a ser tratado, e não menos importante, é a organização política para garantir a Seguridade Social, considerando que as condições para o enfrentamento da covid-19 são insuficientes, e que as pessoas que se encontram em situação de injustiça social, econômica e sanitária, diante da sua condição de vida, de trabalho precarizado, sem acesso à emprego, renda, alimentação, moradia, ao abastecimento de água, ao saneamento básico, etc., tenham acesso às políticas sociais. O estado precisa garantir os direitos essenciais para que as pessoas possam sobreviver e enfrentar a pandemia. A luta contra a redução do auxílio emergencial faz muito sentido nesse contexto, junto com a luta pela não redução de salários.

A pandemia escancarou a enorme desigualdade social no Brasil, mostrando que uma parcela considerável da população brasileira vive em condições precárias, sendo necessário reivindicar a manutenção de políticas sociais para minimizar o sofrimento. Algumas iniciativas importantes de solidariedade nos bairros estão sendo organizadas, mas isso não substitui a responsabilidade do Estado.

Vivenciamos um momento muito triste para a humanidade, mas também temos que entender esse momento como pedagógico, como um momento marcante para a luta anti-racista, contra o machismo, por uma sociedade mais justa, mais solidária e preocupada com os povos tradicionais - os povos indígenas, quilombolas, ribeirinhos e assentados -, que estão em situação de maior risco e possuem menos acessos às políticas públicas. Por fim, estamos vivos e vamos defender o significado da vida frente às posturas que priorizam o lucro. A luta pelo SUS público e gratuito, com a qualidade e para todos, é uma luta de todos os dias.

2. O SUS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Alana Barbosa Rodrigues

Notas Introdutórias para o debate

Em 2020, o Sistema Único de Saúde (SUS) completou três décadas de legalidade, se considerarmos a regulamentação da Lei Orgânica da Saúde, Lei nº. 8.080/1990. Então, já são décadas de luta e resistência da classe trabalhadora por um sistema de saúde público, universal, gratuito e de qualidade. Ouso dizer que muitas outras tantas décadas de história vão transcorrer, mas os militantes e os movimentos sociais persistirão pautando a necessidade de uma política de saúde que considere as determinações sociais no processo de adoecimento.

Historicamente, essa relação saúde *versus* doença sempre foi determinada por fatores como a cor, a raça, o gênero, a classe social, etc., e a pandemia de covid-19 deixou evidente a existência dessas desigualdades sociais. Ficou evidente a desigualdade no acesso aos leitos clínicos e aos leitos de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI) na rede pública e privada de saúde. A pandemia também acentuou a crise do capital que nos assola, acirrando o conflito entre as classes sociais, como uma cruel face do capitalismo, tal como o representado pelo atual governo ultraconservador e fascista brasileiro, que banalizou as milhares de vidas perdidas pela contaminação do novo coronavírus.

Entretanto, foi essa mesma pandemia que revelou a extrema importância de um sistema público de saúde, seja pelo robusto sistema de vigilância, seja pela capacidade de desenvolver pesquisas científicas no interior das escolas de saúde pública.

Diante de uma perspectiva de que as vidas importam mais que os lucros, a pandemia reacendeu o debate sobre o fortalecimento do sistema de saúde, fomentado por diversas categorias e profissionais da saúde, por entidades, conselhos de classe, universidades, movimentos sociais, usuários, partidos políticos, etc. Nesse contexto, os grupos de estudo e pesquisa GEPOSS/UFT e GEPPSFAM/UFT, com o apoio do Fórum Tocantinense e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, contribuíram com os debates, trazendo à tona excelentes reflexões sobre a temática nesse projeto de extensão com palestras e participações virtuais, em formato de *lives*.

A mesa virtual intitulada “O SUS em tempos de pandemia”, composta por Heleni Duarte Dantas de Ávila, assistente social e professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), militante da Frente Baiana e da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, apontou para a importância do SUS nesse contexto de pandemia, destacando os ataques históricos à política de saúde, em especial o desmantelamento do SUS, durante o período de disseminação da COVID-19, além do desfinanciamento acelerado, ocasionado pela Emenda Constitucional nº. 95/ 2016 e pela implantação dos inúmeros modelos de gestão privados e de terceirizações no interior do SUS. Somam-se às contribuições da mesa, a importante fala da assistente social Hellen de Paula Ribeiro, que atua em uma Unidade Básica de Saúde (UBS), na Prefeitura Municipal de São Paulo-SP, que acrescentou ao debate a realidade dos trabalhadores da

saúde, em especial os que estão na linha de frente no enfrentamento à covid-19, com destaque para os/as assistentes sociais. Ressaltou, ainda, a gestão das Organizações Sociais (OS) em diversas UBS da cidade de Saúde Paulo, expondo a fragilidade dos vínculos empregatícios e a ausência e/ou redução de ações e serviços de saúde na atenção primária sob gestão da OS.

O debate evidenciou a importância do SUS e a contribuição histórica dos/as assistentes sociais na construção e consolidação da política de saúde no Brasil. A atual conjuntura de barbárie e de retrocessos nas políticas sociais impõe a urgente defesa do SUS, sendo necessária a articulação com os movimentos sociais e com a sociedade civil. Nesse sentido, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNPS) ganhou destaque ao articular diversos atores e entidades que se posicionam na defesa de um SUS 100% público, pautando-se nos princípios da reforma sanitária. Trata-se de uma frente de caráter suprapartidário e anticapitalista, e contra todos os projetos de saúde privatistas e que flexibilizam o SUS.

Por fim, essa mesa virtual reafirmou a nossa luta cotidiana: “O SUS é nosso, ninguém tira da gente, direito garantido não se compra e não se vende”.

Debatedora: Heleni Duarte Dantas de Ávila

Quero agradecer o convite e falar da importância de realizar essa atividade, discutindo a prática do Serviço Social na política de saúde, nesse contexto de desmonte de políticas sociais e de negação dos direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora. Então, é fundamental que estejamos “atentas e fortes” para enfrentar essa situação. Hoje, debater questões relacionadas ao SUS é fundamental e nunca viu tanto falar sobre o SUS, como ultimamente, inclusive setores que se posicionavam contra o SUS, pregando a desregulamentação e defendendo o sistema privatista.

Observo que a pandemia tem uma coisa a nos informar, primeiro sobre a importância do SUS, segundo, sobre a importância de um Estado forte com atuação voltada para a proteção dos direitos fundamentais dos brasileiros. Porém, não vemos esse processo de desproteção, senão a desregulamentação das conquistas históricas e a negação dos direitos. Não se pode negar, entretanto, que estamos imersos numa grave crise sanitária que, por sinal, não é a causadora dos problemas econômicos que enfrentamos, ao contrário do que prega o governo Bolsonaro. Na verdade, já estávamos vivendo uma crise econômica, já vínhamos vivendo as crises próprias do modo de produção capitalista e a pandemia do coronavírus agravou essa situação.

O Brasil tem plenas condições de enfrentar essa pandemia através do SUS, primeiro pelo seu caráter universal, segundo pela sua capilaridade, pela sua própria estrutura, princípios, e pela sua condição de inclusão social. Se olharmos, hoje, o SUS e a política de saúde é uma das políticas sociais que apresenta a maior inclusão social. A respeito disso, vemos que o SUS, desde que foi criado, vem sofrendo um processo de desmonte, que eu penso ser um ponto-chave para discutirmos a questão do desfinanciamento da saúde. Por que, algumas pessoas afirmam: “Ah, mas agora tá aparecendo!”, “estão fazendo algumas coisas!” Obviamente, o SUS tem a condição de enfrentar a pandemia, fazendo o que rede privada não teria condições de fazer, senão apenas para quem pudesse pagar, conforme a lógica privatista.

O SUS foi criado em meio a uma disputa entre a corrente que defende os princípios do movimento da reforma sanitária e o movimento privatista. Nós, que defendemos exatamente que

as vidas valem muito mais do que o lucro, não consideramos a saúde como uma mercadoria, mas como um direito.

A disputa continua, mesmo em meio à pandemia, com pessoas que defendem o fim do SUS, bem como o corte de recursos para a atenção básica, sendo essa uma das principais disputas na Conferência Nacional de Saúde. Hoje, o Ministério da Saúde possui alguém que está à sua frente, um ministro que não sabe nem o que é hemisfério sul e hemisfério norte. E, ainda mais grave, militarizado e voltado para desmontar a estrutura do SUS, retirando os técnicos em saúde, que têm um papel fundamental para a manutenção da lógica e da organização do SUS, inclusive para o enfrentamento da pandemia.

Estamos vendo estupefatos os problema da subnotificação e da omissão das informações sobre a pandemia e, por outros meios escusos, as chamadas *Fake News* ganham espaço para desinformar com um bombardeio de informações equivocadas e falsas.

Vale lembrar que essa situação de desinformação e da negação de informação aconteceu no Brasil, na década de 1970, durante ditadura militar (1964-1985), quando houve uma epidemia de meningite. Hoje, não menos grave, além da desinformação, das notícias falsas, houve o problema da omissão do Governo Federal em dispor dos dados sobre a covid, de maneira que se formou um consórcio das empresas de comunicação para suprir essa carência. É esse consórcio que tem disponibilizado as informações para toda a sociedade, porém essas empresas de comunicação estão ligadas a setores da burguesa e não representam instrumentos de comunicação populares.

Hoje, no Brasil, há mais de 1 milhão de casos confirmados da doença e muitos leitos de UTI, do sistema público de saúde, não possuem vagas e o número de mortes já passa de 48 mil pessoas¹⁵, uma média de 1.200 óbitos por dia. Então, essa crise sanitária demandaria um planejamento e uma organização que o Governo Federal não está disposto a fazer, isentando o Ministério da Saúde de prestar qualquer informação, num contexto de um país continental e com diferentes realidades regionais.

A região norte enfrenta problemas, sobretudo a população indígena vem sofrendo com os altos índices de contaminação. Outra questão que se ouve falar: “Ah! Mas o vírus é democrático e atinge todas as pessoas”. Ora, o vírus pode atingir qualquer pessoa, mas quem está sofrendo com mais intensidade é a população preta, pobre e que mora nas periferias dos grandes centros aglomerados. Sabemos que essa é uma outra questão, mas há que se compreender que a discussão sobre a política de saúde, nesse cenário, leva-nos a refletir sobre as políticas sociais, aqueles que conferem cidadania a quem precisa de proteção.

Nessa perspectiva, garantir uma renda digna para a sobrevivência é fundamental, ao menos para que as pessoas fiquem em casa e cumpram o isolamento social e evitem a contaminação e a disseminação da doença. Mas como exigir que as pessoas fiquem em casa, se elas não têm o que comer, se elas não têm emprego, se elas não têm onde morar, se elas não têm uma condição social mínima para se manter? Enfim, o Brasil aprovou um auxílio emergencial de 600 reais, mas como ter condições de sobrevivência com 600 reais? Como acessar esse direito através de um aplicativo de celular? Quem tem acesso a *internet*? Quem tem acesso a um aparelho celular? Muitas pessoas têm celulares, mas essa não é uma condição que possa ser generalizada.

15 *Live* que foi ao ar no canal do *youtube*/GEPPSFAM, em 18 de junho de 2020.

O que se observa é que não dá para falar da saúde de forma isolada, tem que se fazer uma articulação com as outras políticas setoriais. Nota-se, no entanto, um desconhecimento da situação de vulnerabilidade da população, devido ao negacionismo do Governo Federal, que recusa a admitir a gravidade da doença, nega o conhecimento científico e os especialistas das diferentes áreas que produzem o conhecimento.

Até agora, trouxe e elenquei alguns pontos que são fundamentais para o debate sobre a política de saúde, procurando mostrar que ela caminha pela transversalidade e que, portanto, não pode ser pensada isoladamente.

Um ponto fulcral para o debate é o desfinanciamento da saúde e, hoje, tem uma bandeira de luta pela revogação imediata da Emenda Constitucional nº. 95. Precisamos de mais financiamento para política de saúde e, para tanto, precisamos discutir a questão da Desvinculação das Receitas da União (DRU), utilizando esse recurso para a saúde e não para pagar dívidas. A prioridade não pode ser a lógica privatista, nesse momento, mas a estatização dos leitos de hospitais privados para serem utilizados pelo SUS, bem como o financiamento de pesquisas acadêmicas sobre a covid-19.

Para discutir saúde é fundamental que se discuta também a política de educação e a forma como a educação foi tratada e está sendo tratada. Ao negar a universidade e ter professores e estudantes como seus inimigos interfere no financiamento de pesquisas e inviabiliza o conhecimento científico, inclusive para a própria política de saúde, pois nega-se formas de enfrentamento da pandemia. As universidades estão desenvolvendo muitos equipamentos tecnológicos, ou até itens mais simples, como álcool gel e máscaras, bem como tecnologias sociais que podem contribuir sobremaneira para diminuir os impactos da doença, enquanto não houver cura.

Para discutir as questões da saúde temos que garantir, segundo a Micheli, as pautas históricas da Seguridade Social, isto é, condições dignas de trabalho para os profissionais de saúde, que não têm EPIs suficientes, não são respeitados, não têm os seus salários pagos em dia, não têm a sua remuneração garantida como direito, etc.

A saúde é um direito e não uma benesse. Precisamos compreendê-la como uma conquista histórica presente Constituição de 1988 e prevista como saúde pública, estatal e de qualidade. Lutamos por mantê-la como prevê a Constituição e contra a sua privatização. O SUS não pode se tornar uma mercadoria. Estão aqui Alana e Micheli, que são companheiras/ camaradas da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. Em sua fala, Alana comentou que essa atividade de extensão tem o apoio da Frente e do Fórum Tocantinense contra a Privatização da Saúde e, nesse momento, é fundamental também o engajamento das pessoas na frentes contra a privatização da saúde nos seus estados. Essa pandemia está provando cada dia mais que o SUS é nosso, e o SUS tem que ser público, 100% público e estatal. Não adianta ter um hospital que o SUS construiu e que tenha profissionais contratados de forma precária pelas escusas parcerias público-privado, que não conseguem estabelecer vínculos com os seus usuários, não conseguem se aproximar dessa população.

O meu papel, enquanto debatedora, é “jogar” algumas questões e eu quero encerrar com algumas bandeiras. Primeiro, a revogação imediata da Emenda Constitucional nº. 95, para que o SUS se fortaleça e a política de saúde ocorra como defendemos, que as vidas valem mais do que o lucro, a defesa que “o SUS é nosso, ninguém tira da gente, direito garantido não se compra e não se vende”, que o SUS não é mercadoria, e “a nossa luta é todo dia”. Então sigamos na luta. Estamos abertas para debater e para levar essa discussão mais adiante. Por fim, vi agora uma notícia que,

em São Paulo, o governador João Doria está dizendo que vai ter a vacina e será a de São Paulo em parceria com a China, com um laboratório chinês, mas há 11 mil casos subnotificados e escondidos pelo seu governo. Nesse sentido, São Paulo não está numa situação melhor, a situação permanece grave em todos os estados.

Debatedora: Hellen de Paula Ribeiro

Boa noite a todas e a todos. Eu já fui apresentada, mas vou me reapresentar, para me sentir mais à vontade com vocês. Eu me chamo Helen, moro na capital de São Paulo e atuo como assistente social na região norte da cidade, no bairro chamado Jardim Ipanema, na região periférica da cidade, que atende cerca de 155 mil habitantes em situação de baixa renda e de vulnerabilidade social. O que quer dizer que, em sua grande maioria, são moradores dependentes do atendimento do SUS como única assistência à saúde. Eu atuo nessa unidade há alguns anos e tenho aqui o compromisso e a responsabilidade, hoje, com vocês, de trazer um pouco de como tem sido a realidade do trabalhador de saúde nesse cenário de pandemia. Eu quero antes de qualquer coisa dizer que eu vou falar da minha experiência. Nós somos muitos trabalhadores e somos divergentes em muitas maneiras de enxergar como isso está se dando. Então, eu vou procurar centrar a minha fala na minha experiência e dividir um pouco com vocês o que eu tenho vivenciado no dia a dia do meu trabalho.

Estou numa Unidade Básica de Saúde (UBS) e acho importante dividir com vocês, ela é nível primário de atendimento, ou seja, é a porta de entrada para todos os outros atendimentos de saúde prestados pelo SUS, é vinculada à Secretaria Municipal de Saúde que, em São Paulo, organiza-se por meio de coordenadorias regionais, ou seja, cada região da cidade tem uma coordenadoria e essas coordenadorias estão vinculadas às supervisões que são descentralizadas. Então, coordenadorias e supervisões juntas compõem uma gestão que tem a função de acompanhar os trabalhos e a assistência em saúde ofertada, para garantir que esteja de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Secretaria Municipal de Saúde e pelo Ministério da Saúde. Esses atendimentos são atendimentos básicos vinculados à pediatria, ginecologia, clínica geral, enfermagem, odontologia. Algumas unidades possuem equipe multiprofissional, na sua composição têm um quadro de funcionários como assistentes sociais, psicólogos, fonoaudiólogos, dentre outros.

Esses atendimentos contemplam programas que atendem a população em geral, então, atende crianças, adolescentes, adultos (homens e mulheres), portadores de deficiência. São programas que contemplam o atendimento à saúde mental, pessoas em uso abusivo de álcool e outras drogas, enfim, são atendimentos previstos para a população no geral. É também na UBS que são realizados serviços de vacinação, alguns exames, práticas integrativas complementares (PICs), por exemplo, acupuntura, relaxamento, práticas alternativas, que temos chamado de cuidado à saúde, atividades educativas na linha sexual e reprodutiva, atividades terapêuticas, atividades físicas, ações de promoção à saúde comunitária, orientação sobre o uso racional de medicação, distribuição de medicação, tem uma lista de atendimentos previstos realizados pelas unidades básicas de saúde e, com isso, garante-se o atendimento integral à saúde da população vulnerável.

Entendemos que a UBS tem o compromisso de diagnosticar, tratar, prevenir e promover saúde. Quando se fala desse momento que temos vivenciado de perda de direitos, é possível entender o papel e a importância que uma unidade básica de saúde têm para garantia de direitos, para o acesso à saúde dessa população que está na condição de maior vulnerabilidade. Ainda sobre UBS, acho importante ressaltar que tem, hoje, diversos tipos de organização dessas unidades em

São Paulo. Não sei como está a realidade no país, mas em São Paulo nós temos diversos tipos de organização e eu vou citar algumas.

Temos as UBS tradicionais, que são vinculadas diretamente à Secretaria Municipal de Saúde, então, são unidades que têm a sua composição de RH, em sua grande maioria, são 100% composta por servidores públicos, por profissionais concursados, assim como a sua gestão, e possuem uma característica de atendimento de um território mais abrangente e maior que as unidades de Estratégia de Saúde da Família, que é a próxima que eu vou falar. Hoje, na cidade de São Paulo, é a que tem em menor número, porque temos uma tendência a implantação das unidades de Estratégia da Saúde da Família, que são unidades estruturadas a partir do Programa Saúde da Família, cujo modelo se diferencia pelo atendimento, pelos instrumentais, pelas metodologias, pelas equipes, ou seja, é uma maneira organizacional do trabalho diferente da UBS tradicional, numa área/território menor, o que em tese possibilitaria uma aproximação e um vínculo maior com as comunidades, com esse público atendido por cada UBS.

Eu coloco em questão a maneira como essas UBS estão estruturadas hoje na cidade de São Paulo, e em sua maioria por meio de Organizações Sociais Sem Fins Lucrativos, e não tem servidores públicos atuando nessas unidades ou tem um número muito pequeno de servidores públicos, começa um debate sobre a rotatividade de funcionários e com isso a dificuldade de fortalecimento de vínculo com o território, embora seja esse um dos objetivos do programa Estratégia de Saúde da Família.

Temos a UBS mista como o próprio nome já diz que tem esses dois modelos em uma única unidade, então, uma parte do território é contemplado com atendimento no modelo tradicional e outra parte do território é contemplado com atendimento no modelo estratégia saúde da família. E temos as unidades integradas, que é o caso da unidade em que eu atuo, atualmente, que são unidades que fazem atendimento de nível ambulatorial e também de pronto-atendimento. Essas são ainda mais complexas, porque tem nelas servidores públicos e a organização social. Embora tenham nelas os dois tipos de trabalhadores, a proposta é que esse trabalho se dê de maneira integrada, por isso o nome AMA/UBS integrada, que é UBS com atendimento ambulatorial e AMA com pronto atendimento de maneira integrada no território.

Diante desses apontamentos, dos diferentes tipos de UBS existentes, acho que o mais importante é que elas, embora sejam diferentes e estejam organizadas de formas diferentes, elas compõem o SUS e têm como princípio o atendimento e à promoção de saúde. O princípio delas é o mesmo, apesar delas estarem organizadas de maneira diferente. Trazendo um pouco dessa organização, fiquei pensando o que eu poderia dizer para vocês a respeito do cenário que vivenciamos. Eu pensei em trazer os dados estatísticos, o que tem acontecido de bom e de ruim em relação aos números, mas eu achei que era mais importante trazer as minhas sensações e as minhas percepções de como se dá esse trabalho e de como o trabalhador da saúde têm se organizado para que ele aconteça.

A primeira coisa que eu acho importante dizer, em relação a isso, é que ao contrário do que tem se dito na *internet*, que “o SUS parou tudo para atender a covid-19”, o que vivenciamos não é isso, é a continuidade do atendimento de todas as outras demandas com a covid-19 associada. Então, temos uma coisa a mais para oferecer, temos uma coisa a mais para tratar, e é uma coisa que desconhecemos e que temos que aprender a trabalhar. Então, a nossa organização de trabalho muda diariamente, começamos a trabalhar de um jeito e terminamos trabalhando de outro. E começa um dia de um jeito, e termina o dia de outro, porque muda na medida em que vamos descobrindo

como trabalhar a questão da covid-19. Por isso, reforço e quero dizer que as unidades de saúde não deixaram de atender as outras demandas para atender a covid-19.

Associou a covid-19 a outras demandas, e inclusive em um cenário de quadro de RH enxuto, que já vinha em um desmonte de RH e agora com a questão da pandemia, esse RH é cada dia mais enxuto, porque temos um aumento de licenças médicas, e essas licenças médicas não estão associadas somente a contaminação por covid-19, estão associadas a outras doenças, inclusive, as questões de sofrimento psíquico, porque trabalhamos nesse serviço com pessoas com medo, com ansiedade, com insegurança, como qualquer outro ser humano. Então, esses trabalhadores têm sofrido as mesmas questões psíquicas que as demais pessoas da sociedade têm sofrido e pedido licença médica em função disso.

Tenho entendido que além de todas essas questões individuais, de medo, de fragilidades individuais, ainda temos a responsabilidade e o peso de serem “super-heróis”. Eu, pessoalmente, não gosto do conceito “super-herói”, porque não tem, no meu ponto de vista, super-herói, eu não sou super-herói, eu sou uma pessoa, sou um ser humano, comprometida com o meu trabalho e com aquilo que eu me propus a fazer. Não tem nada de sublime nisso, não tem nada de espetacular, eu sou uma trabalhadora cumprindo com a função, nas condições exigidas pelo trabalho. O que eu tenho visto e reforço, são pessoas comprometidas com a sua atuação profissional, pessoas comprometidas em salvar vidas, independente de como esse sistema esteja estruturado.

Para falar um pouco do dia a dia, tivemos os atendimentos presenciais diminuídos, o que não quer dizer que o trabalho diminuiu, porque o fato de eu não estar em atendimento, não significa que eu não tenha a demanda, e quando tem a demanda e não tenha um atendimento; eu tenho um outro tipo de trabalho e pensar numa outra maneira de ofertar esse atendimento, porque não posso negligenciar e impedir que ele aconteça, eu sou alguém que está ali para garantir direitos.

E uma questão bastante pessoal, eu, nos últimos meses, deixei de atuar no atendimento social para cobrir a gerência da unidade. Então, atualmente, eu tenho a responsabilidade de não só executar, mas de pensar e de planejar ações que contemplem a garantia do direito, a garantia de acesso à saúde do meu território e da minha equipe. Então, é uma responsabilidade bastante grande e desafiadora. Ainda sobre organização de trabalho, temos um grande número de tele-atendimentos, atendimentos em grande número por telefone, porque precisamos estar alinhados com o que defendemos, que é o isolamento.

Nós precisamos desmotivar as pessoas a saírem na rua e isso mudou, hoje, pois soubemos que os atendimentos irão retomar a semana que vem, mas até aqui tivemos um grande número de atendimentos feitos por telefone. As consultas presenciais para os pacientes mais graves foram mantidos, para os pacientes crônicos, idosos, crianças menores de dois anos e que precisam de um olhar mais cuidadoso, e as demais, foram realizadas por telefone. Tem um telemonitoramento, atualmente, e cada unidade entra em contato diariamente com todos os pacientes sintomáticos respiratórios do seu território para saber como eles estão, tomando junto com eles a melhor conduta, se precisam de alguma outra intervenção, se o isolamento e a medicação que foram prescritos estão sendo o suficiente, se precisa entrar com uma nova medicação, se precisa de nova avaliação médica. Fazemos isso diariamente e tem uma equipe de telemonitoramento, não é necessariamente composta por médicos, tem toda a equipe atuando no telemonitoramento, tem assistente social e outros profissionais.

O maior desafio que eu tenho vivenciado nos últimos dias, é que o SUS, oportuniza e garante a vida, que é desafiador fazer o SUS funcionar, e é difícil fazer as pessoas acreditarem que o SUS funciona. É nosso papel, enquanto trabalhadores, dialogar para que essa sociedade entenda a importância do SUS, que o defenda; que a sociedade entenda o papel do SUS, e ainda atenda a população em extrema vulnerabilidade..

Precisamos de mais saúde na rua e a unidade de saúde em que eu trabalho tem ido para a rua com medidas de prevenção diariamente, mas precisamos de muito mais para que essa pandemia perca a força, reduza cada vez mais, até vencermos essa batalha e essa dor que a pandemia tem trazido para cada um de nós. Meu tempo já deu e aguardo as próximas falas. Obrigada!

3. MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO POPULAR NA AMÉRICA LATINA

Vanda Micheli Burginski

Notas introdutórias para o debate

Escrever essas notas introdutórias, que prefiro aqui me referir a tom de carta aos convidados e convidadas para o debate, não foi tarefa fácil. Ao mesmo tempo em que surge a emoção também chega uma grande responsabilidade com aqueles e aquelas que compareceram para o diálogo sobre movimentos sociais e educação popular na América Latina. Gentes de diversas regiões do país, do campo, da cidade, das universidades, das escolas, dos serviços sociais públicos, das resistências e trouxeram a “boniteza da esperança”, parafraseando Paulo Freire, em tempos tão duros.

Registro que as condições pedagógicas e humanitárias em que se realizou o encontro virtual são marcadas pelo contexto de uma pandemia, a covid-19. No Brasil teve a primeira confirmação em 25 de fevereiro de 2020 e à época em que realizamos os debates virtuais, em especial, sobre movimentos sociais e educação popular atingíamos mais de 56 mil mortes, vítimas da covid-19¹⁶. O conhecimento acerca do vírus, suas formas de contágio e de tratamento, apesar dos avanços científicos, ainda não são decisivos para conter a rapidez da contaminação. O isolamento e o afastamento social seguem como as medidas mais eficazes para atenuar o contágio, evitar as mortes e salvar vidas. Com a chegada da pandemia, o que se escancara nessas duas primeiras décadas do século XXI é a comprovação de que a economia capitalista e sua ideologia neoliberal sequer é (nunca foi) capaz de garantir parâmetros mínimos de direito à vida.

É o sintoma mais evidente que essa forma de organização societária esgotou as possibilidades civilizatórias fundadas em princípios éticos fundamentais como o respeito à vida dos seres humanos. A economia capitalista parece se mostrar frágil diante de suas crises econômicas estruturais inerentes, agora agravadas por uma crise sócio sanitária devido à possibilidade de travamento, ainda que momentâneo, da circulação de pessoas e de mercadorias. Sua raiz perversa e malvada se desnuda e revela o essencial: que o trabalho é a única fonte de valor e de produção de riqueza na sociedade capitalista. Mas, é riqueza que socialmente produzida é apropriada privadamente pelos detentores de todos os privilégios. E contraditoriamente, o que parece ser sua fraqueza em termos de organização societária reside também seu triunfo. Se a ideologia neoliberal foi infeliz nas respostas às crises do capital, ela foi vitoriosa na perspectiva de seu caldo cultural, arrebentando os laços de solidariedade e reforçando o individualismo para muito além do mundo do trabalho, que se revela na ausência de empatia e do reconhecer-se no outro enquanto ser.

Uma das conotações fortes dos discursos governamentais no Brasil é a recusa sistemática pelo direito de viver das pessoas pobres, do direito ao futuro e da afirmação pela morte e pelo lucro que, necessariamente sacrificam a esperança. São tempos duros, em que a ética do mercado não

16 Referente ao dia 25 de junho de 2020, em que o encontro sobre movimentos sociais e educação popular foi realizado virtualmente.

tem mais pudores e sem rodeios protagoniza publicamente os/as que devem morrer. A negação, a minimização, a subnotificação dos dados da pandemia e a militarização do Ministério da Saúde (MS) são ações do Governo Federal que tem empreendido uma falsa normalidade, a banalização de milhares de mortes e a negação da ciência.

Ao contrário do que se deveria estabelecer, a pandemia não tem servido para fortalecer o combalido Sistema Único de Saúde (SUS). Aproveitam para “deixar a boiada passar” e com sua política de negligência incrementam as táticas de descaso com as populações pobres das periferias das cidades, indígenas, camponeses, quilombolas e emplacam a ligeira destruição da natureza. Na ponta do SUS fragilizado encontra-se uma categoria de servidores públicos que enfrentam cotidianamente a pandemia em condições precárias, salários defasados e ânimos desgastados, sem contar que são os que mais se submetem aos riscos de contaminação da covid-19. Mas, que são considerados os parasitas do Estado brasileiro.

O momento atual parece ser o pior dos mundos possíveis. A covid-19 se encontra com a desigualdade social extremamente explosiva da histórica realidade brasileira. As diferentes condições sanitárias e de vida são decisivas para decretar a morte de milhares de pessoas, quem mais morre na pandemia são idosos, pobres, negras e negros, indígenas, quilombolas, sujeitos LGBTQIA+, população em situação de rua, informais, privados/as de liberdade.

É nesse sentido que no presente se encontram as contraditórias marcas do nosso passado colonial, escravocrata e de dependência, que Ruy Mauro Marini contribui para pensarmos que “a história da América Latina não é uma história à parte em relação à história dos países desenvolvidos, mas sim um elemento integrado e indissociável do sentido de totalidade posto em movimento por um determinado grupo no afã de internacionalizar e protagonizar seu modelo” (TRASPADINI; STÉDILE, 2011, p. 31)¹⁷. Desse lado de cá, a superexploração do trabalho se nutre da necessidade de utilização de mecanismos de coerção violenta, mesmo diante de regimes formalmente democráticos. E como lindamente nos trouxe Roberta Traspadini, são esses rostos, corpos, mentes, culturas, vivências, tessituras de vida e modos de ser mais e suas histórias, os sujeitos da educação popular.

Penso que o pessimismo da razão também deve conter o germe do otimismo da vontade. É na concepção de que a “história é tempo de possibilidade e não de determinismo” e sabemos que o futuro que se aponta é problemático, mas não definitivo (FREIRE, 2000, p. 113)¹⁸, que estou convencida que o encontro virtual “movimentos sociais e educação popular na América Latina” foi um desses momentos que a educação esteve a “serviço da boniteza da presença humana no mundo”. A serviço de gente que se forja na luta pela sobrevivência cotidiana, que deseja ter direito a futuro e nesse caminhar, a solidariedade ocupa um lugar importante nessa pandemia.

Não se trata da solidariedade do mercado que se erige da doação pontual aos mais pobres que, na verdade é um desfazer-se gente, transfigurada em objeto de piedade burguesa. Trata-se das ações de solidariedade que eclodem das periferias das cidades e do campo, particularmente organizadas pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Aliás, esse último tão bem representado por Messias Vieira Barbosa que nos trouxe nesse dia a façanha dos que acreditam na necessidade da luta e da feitura da história. Mulheres e homens que não se entregam aos discursos oficiais de fatalismo, que inconformados e

17 Ver em TRASPADINI, Roberta & STÉDILE, João Pedro. (orgs.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição, 2011.

18 FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

em sua determinação por ajudar, organizaram suas bases, produziram, arrecadaram e distribuíram toneladas de alimentos para os que têm fome.

Na certeza de que mudar é difícil, mas é possível é que nossa convidada Roberta Traspadini, professora da Universidade Latino-americana (Unila), integrante do Observatório de Educação Popular e Movimentos Sociais da América Latina (Obepal), coordenadora do Grupo de Pesquisa Saberes em Movimento: um encontro entre Ruy Mauro Marini, Paulo Freire e Augusto Boal na luta por terra e trabalho no Brasil e o nosso convidado Messias Vieira Barbosa professor do curso de Serviço Social Proneza da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e integrante do MST nos trouxeram a importância e a necessidade da educação popular. Através de parcerias e diálogos entre grupos de pesquisa, mas também de afetos mútuos que não surgem de hoje, mas de um processo de construção pedagógica, acadêmica e científica que tem na extensão universitária uma estratégia privilegiada de engajamento político e social com os movimentos sociais e populares, que esse encontro foi possível.

Debatedora: Roberta Traspadini

É um prazer socializar com vocês esses processos e construir em tempos tão difíceis redes de solidariedade e apoio em um momento em que o padrão da comunicação parece ser a morte em vida ou a real morte da maioria das pessoas que dependem de um sistema público que tem sido ao longo da história sucateado. É um prazer e agradecimento à Micheli e ao coletivo atentas e fortes pela iniciativa, pelo diálogo e pela construção. Ressalto a presença do Observatório de Educação Popular e Movimentos Social da América Latina (Obepal).

Para contextualizar como é nosso trabalho com a educação popular é necessário fazer um exercício didático **sobre o que não é a educação popular**, devido às tensões e disputas. E depois apontar o que é a educação popular. Iniciando por um exercício didático:

- *Educação popular não é um pacote fechado e pronto para alfabetizar analfabetos ou levar conhecimentos à ignorantes;*
- *Para nós, não é educação popular um modelo que se encaixa em qualquer realidade à luz da compreensão de alguns poucos que educam para alguns muitos que receberão dita educação;*
- *Não é Educação popular também uma receita pronta ou manual em que se abre e está tudo escrito, o “abc” do educador e da educadora popular;*
- *Não é também educação popular uma metodologia, como insistem em dizer em metodologia da educação popular, ainda que tenha método e metodologia não se caracteriza por isso;*

Se a educação popular não é esse movimento pronto e feito de explicar a vida como ela se apresenta na sua tessitura complexa, **o que é a educação popular? A partir do que é educação popular, quem são sujeitos políticos da educação popular? E por que ela pode e deve estar também na educação formal?**

O primeiro ponto é que a educação popular tem que ser explicitada e enraizada num processo histórico concreto, ela é histórias e não história. No caso da América Latina, depois eu vou explicar um pouquinho mais, essas histórias se definem no marco de quem eram os sujeitos que produziam

sua relação com a natureza, na forma de tecerem modos de produção muito específicos que os definiam como sujeitos ontológicos e o que virou num processo de mercantilização da vida pós período colonial, pós invasão de todo esse ambiente. O primeiro exercício é definir a educação popular como processo histórico demarcada por uma consolidação de modos de produção de vida, que definem outros movimentos para além desse suposto único caminho que é o caminho do capital que é contra o trabalho e a natureza.

É também educação popular o movimento que narre nas histórias da história uma complexidade de elementos que não são inicialmente apreendidos pela maioria de nós, porque são movimentos que ocorrem diretamente nos territórios. Então, a educação popular na sua complexidade se explicita nas múltiplas experiências que a compõem e, que acessamos à medida em que se tem conhecimento, relação, conexão com esses outros territórios, nesse processo contínuo de circular ideias, valores de uso, de circular vida. Porque o movimento de ir e vir próprio dos oceanos, como a gente estudou essa semana junto com o Roberto Weffort sobre os portos, é um movimento que não traz só mercadorias, ainda que se apresentou como sendo só isso.

Também é educação popular para nós no Obepal e no Saberes essa complexidade de experiências ainda que não conhecidas, devem ser reconhecidas na sua feitura e na sua tessitura. Também é e compõe a educação popular esse processo de conformação de múltiplas consciências. Isso é muito interessante porque a educação popular parte (pelo menos a que nós defendemos na disputa) da compreensão de que Freire tinha razão ao defender que ninguém sabe tudo e ninguém sabe nada, que ambos sabem algo, mediados por um mundo ainda a ser apreendido e, portanto conformando-se uma nova síntese. A educação popular tem como referência os diversos estágios da ciência, por isso a ciência é fundamental. Não qualquer ciência. Mas, a ciência entendida como aquela que a serviço da humanidade não despreza nem o humano nem a natureza.

Também define a educação popular para o nosso grupo três marcos que seriam os marcos dialógicos a partir dos quais eu gostaria que dialogássemos hoje. Três características das nossas histórias. Nós temos uma história processual anterior à invasão que narra as raízes da agroecologia, as raízes do bem viver, as raízes da Abya Yala, da Pachamma, as raízes da conformação de vários sujeitos que viviam e disputavam, conviviam, conflitavam em diferentes modos de produzir vida e que trazem para a nossa herança histórica de resistência e luta muito a apreender. Portanto, nos estágios da consciência recuperar a história pré-colombiana ou pré-cabraliana exige retomar as nossas raízes fundantes e, como fundas e profundas mantêm-se vivas ainda hoje no processo de mercantilização, não sem luta pela vida. Então, a primeira, a raiz da educação popular tem a ver com o princípio de não negar a história. A história não começa com a conformação dessa ideia rígida de fronteira nacional é anterior a ela. E tem a ver com a história dos povos incas, astecas, maias, mapuches tupis, guaranis, quéchuas, uma infinidade de culturas indígenas originárias que com o processo da invasão colonial violenta foram destruídos. Suas memórias coletivas foram apropriadas de forma violenta e ou destruídas. Então isso narra uma história que não começa agora e que está muito ancorada na tamanha destruição cultural da história da América Latina, como sustenta o venezuelano Fernando Báez. Ela está muito no marco da história oral, porque na história oficial se destruíram os arquivos, se destruíram todos esses processos que poderiam permitir que a gente hoje tributasse de maneira mais contínua e tranquila esses que a gente hoje entende como condenados da terra do passado, que ainda é presente na nossa vida, na nossa cotidianidade.

Então a história pré-colombiana tem muito a nos ensinar, inclusive sobre o papel das mulheres nessa história. Não só das mulheres na forma patriarcal de conceber como a responsável

por educar os filhos ou por cuidar da casa, mas as mulheres como guardiãs de sementes, como produtoras ontológicas de saberes e conhecimento, como curandeiras, como médicas da sua época, como benzedoras. Toda essa cultura popular que a herança histórica das nossas vidas têm muito a nos ensinar, em especial em tempos de pandemia.

A segunda tem a ver com a fase específica desse período violento de invasão colonial, que vai do final do século XV até meados do século XIX quando ocorre as nossas várias e diferentes tonalidades de guerras de independências na América Latina. Nesse período se consolida um momento em que a educação popular vai se apresentar nessas raízes históricas, como a história das resistências contra os genocídios, contra os memoricídios, contra as catequizações e evangelizações aculturadoras ou com tentativas de aculturação. É contra todo esse movimento de negação do ser e da sua relação com o meio, o que inclui também a negação do ser com a sua concepção de divindade ou de cosmovisão, como esses povos de maneira muito bonita, séria e científica reivindicam. Porque a ciência europeia que forja a era da razão pode ter se apresentado entre os séculos XVI, XVII e XVIII na Europa. Mas, para nós a ciência e a consciência da ciência é muito anterior. Basta a gente ir em vários desses espaços que eram concebidos como espaços cerimoniais da relação ser e universo para entender que havia matemática, filosofia, geologia, arqueologia, escrita, música, poesia. Então, esse debate é muito correto que o Dussel traz e os próprios autores decoloniais reivindicar a nossa própria história para a partir daí dialogar com tantas outras que também nos forjaram. Então no momento da invasão colonial em diante, a educação popular se narra ou ela deve ser narrada a partir das histórias das resistências.

Quem foram esses povos? Quais foram esses rostos que deram sangue e suor para manter viva uma cultura anterior à invasão, em idioma, em tessitura de beleza e em tessitura de vida? Esse é o segundo ponto que parece muito importante. A centralidade na história das resistências a outro modo de “poder ser” para além do “dever ser” obrigatorial de quem ganhou a guerra, não sem muitas mortes e muito sangue sobre nossos territórios. Quem perdeu a guerra na Europa? Porque a Europa também sempre esteve, nós lemos no ano passado o livro da Federici “O calibã e a bruxa” apreendemos a partir do recorrido que ela faz das trajetórias dos grupos resistindo ao longo de todo o período da Idade Média na Europa. A isso que se concebeu como vitória do moderno que nasce de um velho que ainda não morreu, para citar o Marx. Aqui isso também ocorreu e isso é muito evidente quando se visualiza nas culturas indígenas, nas mais diversas expressões delas e também as africanas ou as europeias a continuidade de processos de manter o seu movimento, ainda quando a obrigatoriedade de tecer-se no movimento hegemônico. Então resistência é uma palavra fundamental para a educação popular, sem resistência não há reação para que recuperando o velho retomar o novo desde um outro caminhar.

E o terceiro ponto que eu queria me deter um pouquinho mais tem a ver com o momento em que na América Latina se estabelece o capitalismo particular daqui, *sui generis*, que é o capitalismo dependente, que o Ruy Mauro Marini, a Vania Bambirra e o Theotonio dos Santos nos anos 1960 nos ajudaram a compreender. Explicando que aqui diferente do que acontecia nas economias tecnologicamente mais avançadas, o capitalismo seria muito mais violento porque fundado sobre raízes em que a propriedade privada da terra e a escravidão haveriam de assentar as bases para uma exploração que não seria igual às explorações do lado de lá, ainda que tivessem elementos comuns. Exploração é exploração em qualquer lugar do mundo, mas aqui a exploração cumpre a função de resolver o lucro para o lado de lá e resolver os lucros dos capitais para o lado de cá. E aí a tessitura da educação popular ganha um outro mote que é: como resistir num continente que tem nas veias abertas a dupla função daqueles condenados da terra e daquelas que sem-terra são

obrigados a trabalhar muito para manter a produção de mercadorias que circulará no mundo? A produção de mercadorias que circulará para pouca gente dos próprios territórios e a necessidade de sobrevivência de parte expressiva da população que ficará à margem do universo dos direitos.

Então a educação popular pós meados do século XIX em diante, mas essencialmente a partir do século XX no momento em que eclodem todas as nossas revoluções, não deixa de ser história pré-colombiana, não deixa de ser resistência, mas ela vai se apresentar como um “continuum” de revolução. Isso é muito interessante, é revolução mesmo, em muitos momentos é abertura contra o modo de produção capitalista que já é imperialista, mas ela é também revolução no âmbito da sobrevivência, revolução no âmbito de “ter o que comer”, revolução no âmbito de ter como viver, portanto não tem como não nominar como revolucionária uma ocupação urbana, não tem como não nominar como revolucionária as mães que lutam na praça de maio para saber onde estão os corpos de seus filhos desaparecidos na ditadura. Não tem como não nominar como educação popular os movimentos sociais do campo que lutam pelo direito à terra, que é pelo direito à produção saudável de alimento que todos nós precisamos comer todos os dias.

Então o século XX abriu para nós um novo horizonte muito mediado pelo que está acontecendo em todo mundo de entender que não era só reforma a resistência e sim revoltas e revoluções. Claro que revolta os revoltados e os revoltosos, depende de quem está lendo a história e narrando a história, mas o que era é subversão à ordem hegemônica e desejo de uma nova ordem, onde não houvesse nem mais opressão, nem mais exploração.

Então o que é educação popular? É esse movimento contínuo de entender que ainda quando o modo de produção em que a gente vive insiste em excluir, as pessoas encontram formas e conteúdos de incluir. Incluir-se dentro da ordem é um exercício muito difícil de diálogo porque exige uma paciência histórica de entender as diferentes nuances do estágio da consciência, por isso se deveria dialogar sobre o papel da ciência. Então a educação popular é história, historicidade, complexidade, conflitividade e narrativa cotidiana daqueles que sobrevivem ainda quando na lógica da propriedade privada o capital insista defini-los e defini-las como prescindíveis. E daí que passe a boiada! Temas tão cotidianos que não são só atuais que são históricos.

Me parece que o exercício de hoje reivindicaria que a gente se perguntasse quantos sujeitos na história estão presentes quando os sem-terra, tão estereotipados ainda hoje como criminosos. Quantos sujeitos da nossa história pré-colombiana, das independências e do capitalismo dependente estão presentes nos dorsos, nos corpos daqueles sujeitos? Quantos homens e mulheres que lutaram na Nicarágua, em El Salvador, na Bolívia, na guerra do Paraguai, na guerra dos Estados Unidos contra o México na perda territorial representam nosso DNA social da história? Então o DNA da educação popular é a luta de classes e sim tem espaço para o Paulo Freire na luta de classes. Tem espaço para o Paulo Freire na luta de classes, porque se não houver espaço para o Paulo Freire, se não houver espaço para Gabriela Mistral do Chile, se não houver espaço para Carolina de Jesus, se não houver espaço para a diversidade de cores que compõem os movimentos da luta no campo na América latina, vai haver espaço para quem? A gente quer uma educação popular como um pacote pronto, como é o pacote agrotecnológico do agronegócio, ou a gente quer uma educação popular que nos ensine a aprender aquilo que a gente ainda sequer conhece? Então o exercício dialógico para hoje é esse: “cabe sempre Paulo Freire, cabe sempre Gabriela Mistral chilena incrível, num movimento que aprendendo a ouvir se pergunta sendo classe, porque não seria possível a educação popular na escola formal? Por que não seria possível educação popular nas universidades brasileiras? Por que não seria possível a educação popular nas igrejas? Por que

não seria possível educação popular nas assembleias comunitárias. E a quem a educação popular machucaria? Só machuca a educação popular aqueles e aquelas que não respiram e não se sentem povo, quem se sente o povo tem como referencial a educação popular.

Então, esses são os elementos que eu trouxe e que eu gostaria que a gente começasse depois de ouvir o Messias a estabelecer o diálogo à luz de que não sendo um pacote pronto, não sendo um agropop, é uma infinidade de experiências que se refazem ao longo do tempo e ao se refazerem, nos ensinam também que não estamos prontos, porque quando a gente aprende com as experiências e em conexão, a gente acende uma chama, a gente desperta um desejo de ser muito melhor do que ontem e hoje fomos e somos.

A educação popular é educação contínua. É sobre o saber ouvir, o liberar os sentidos e o colocar-se à disposição do outro numa sociedade que nega, mutila o encontro, porque incita o ego e a disputa. Eu acho que é isso para gente escutar o Messias e fazer um bom diálogo. Esses são os elementos que eu gostaria de colocar em discussão.

Debatedor: Messias Vieira Barbosa

Já foi apresentado um pouco da minha pessoa. Eu sou um retirante nordestino que vem do campo e continua no campo, embora fisicamente as forças do destino acabam nos levando para residir na cidade. Eu sou um lutador atípico que estou na cidade, mas a minha luta diariamente é no campo. A física talvez tenha dificuldade de explicar sobre isso, mas no âmbito da luta isso é possível. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) no estado do Tocantins e no bojo da educação popular (que a professora Roberta Traspadini contextualizou trazendo o resgate histórico) atua a partir desses conhecimentos, desses saberes vivenciados e praticados que desenvolvemos, à medida do possível, onde quer que estejamos no fronte da nossa luta cotidiana. Valorizar esses conhecimentos, esses saberes, contrapondo essa guerra existente contra a classe camponesa é um desafio muito grande, principalmente por se tratar de um Estado onde o coronelismo é muito forte. A nossa região Amazônica é muito castigada e sofrida em função dessa prática vivenciada historicamente, que infelizmente ainda continua.

O movimento no estado do Tocantins chega nos anos 90, mais precisamente no final de 1996 e iniciando suas atividades em 1997 enfrentou imensas lutas. É importante lembrar que ele se deu no contexto da luta do Padre Josimo, grande guerreiro lutador, que deu uma contribuição fantástica no processo de luta no estado do Tocantins, aliás na Amazônia e também no Brasil, especificamente na região Amazônica e territorializado na região do Bico do Papagaio. A luta do MST demarca basicamente a partir da luta do Padre Josimo. Precisamos sempre lembrar esse mártir guerreiro que muito nos ajudou.

No aspecto teórico já que nosso destaque aqui é a educação popular contrapondo-se a esse outro modelo de educação conservadora e elitista que infelizmente impera em nossa sociedade, principalmente no campo em função do imperialismo do latifúndio que é muito agressivo nós sempre referenciamos Paulo Freire. Ele é o orientador nos processos de luta, principalmente quando se trata do trabalho de base, ou seja, a forma de organicidade do movimento, quando está se preparando para enfrentar o latifúndio. Paulo Freire vem sempre acompanhado dos trabalhos da nossa organicidade, que envolve desde os cuidados e a lida com as crianças até os idosos, passando pelas mulheres, jovens e em todos os aspectos e fatores do processo de luta. Paulo Freire tem nos acompanhado muito. E quando se aprofunda um pouco nos aspectos teórico e prático do conheci-

mento acerca da luta de classe, correlacionada à formação política nós também temos uma base em Gramsci, porque buscamos a emancipação da classe trabalhadora, embora muito genérica a classe trabalhadora, mas ele também auxilia muito nesses processos de luta.

Então Paulo Freire como base da educação popular e todo o seu processo histórico, sem desconsiderar os saberes populares das benzedeiras, todos as pessoas que tem uma ancestral sabedoria e os conhecimentos que a medicina formal rejeita, ou que a sociedade capitalista rejeita, principalmente nesse momento de pandemia tem socorrido nos atendimentos em relação aos medicamentos. Esses conhecimentos estão no campo da educação popular, têm dado uma contribuição fantástica e de grande importância para nossa sociedade. A luta pela terra está sempre acompanhada de uma formação política e a educação popular precisa melhor ser compreendida em nossa base e até mesmo nós que estamos no dia a dia, temos muitos sujeitos e sujeitas experientes que nos ajudam a ensinar muito, aqueles senhores e aquelas senhoras que mal sabem escrever e ler, mas que tem muito a nos ensinar. Portanto, a educação popular e a luta pela terra estão nesse processo.

Correlacionado a isso passamos para o segundo ponto que é a produção. Esse momento de pandemia tem nos oportunizado discutir com a nossa base, de modo geral e também discutir com os companheiros e as companheiras, os trabalhadores e as trabalhadoras residentes nas periferias das cidades, onde nós temos também trabalhado numa relação de solidariedade, tanto no aspecto de levar a formação política, como também na organização dos seus trabalhos na conquista de moradia. Nesse momento agora com o auxílio à alimentação. Outro aspecto relacionado à produção é que nós enquanto movimento, também aqui no Estado do Tocantins e isso tem se repetido em todos os países, que é necessário aproveitar esse momento para conscientizar a nossa companheirada para a produção de alimentação saudável.

Entendemos que esse é um passo importante para ajudar no trabalho de conscientização que está também do campo da formação popular, que antes era muito bem praticada pelos camponeses e camponesas e, que ao longo do tempo foram contaminados pela enxurrada de venenos do capital. Então também é um momento que a gente aproveita para fazer um pouco desse resgate das verdadeiras culturas no trato com a terra, com a natureza como bem lembrado pela professora ao trazer os nossos modos de viver e de lidar com a natureza. Outro aspecto também que muito tem nos ajudado nesse processo e agora temos que nos aprofundar cada vez é o nosso trato e a nossa lida com a natureza. Precisamos também discutir a arborização do nosso cerrado que muito tem sido castigado, portanto a necessidade de recuperação dos mananciais de água. Então a plantação de árvores, a organização de viveiros de mudas e, conseqüentemente a plantação de árvores vai nos oportunizar momentos para desenvolver esse trabalho da educação popular. Dentro desse bojo, a educação popular também nos dá muita base para o desenvolvimento deste trabalho.

E envolvendo esse trabalho correlacionando no terceiro ponto estão as nossas conquistas, fruto de todo esse processo de luta que no Estado do Tocantins. Embora tenha a ignorância e a ganância do latifúndio, associados ao capitalismo e esse mal do agrotóxico do agronegócio, assim mesmo em meio a esse turbilhão de processos adversos, conseguimos conquistar quinze (15) assentamentos onde estão territorializadas em torno de mil e cem (1.100) famílias assentadas, fruto desse processo de lutas. Temos também dez (10) acampamentos distribuídos, sendo que 05 acampamentos estão distribuídos na região do Bico do Papagaio, que compreende para nós na geografia do MST no Estado do Tocantins, a regional padre Josimo, que se estende da cidade de Araguaína ao extremo Bico de Papagaio até Esperantina. E de Nova Olinda a Gurupi, passando por Dianópolis nós temos a região Sul ou a regional Analício Barros onde temos sete (07) assentamentos e

a regional Padre Josimo tem oito (08) assentamentos. Esses são fruto desse processo de luta que acabamos de falar. E desses dez (10) acampamentos, sendo cinco (05) em cada regional estão permanentemente em processo de judicialização. Então, é um enfrentamento enérgico constante com o latifúndio. Talvez pior que o latifúndio é o poder judiciário e a pandemia acabou nos dando uma trégua para respirarmos um pouco e ver os processos produtivos e a capacidade de resistência porque nós sempre defendemos que a companheirada deve ficar em suas áreas e evitar o máximo possível atividades que possa contribuir com o contágio do coronavírus. Então temos dado essa orientação.

Dentro desse processo, ainda no campo da produção, juntamente com outros movimentos urbanos organizamos a coleta de alimento nas nossas áreas. Também compra de alimentos, ou seja, temos muitos produtores que têm produtos e não tem para quem vender. Por isso os nossos agricultores, na medida do possível, organizam compras, doações e distribuem. Através desse processo de organização e organicidade que está no campo da educação popular, da solidariedade, ou seja desses princípios vivenciados historicamente nós distribuímos só no Bico do Papagaio junto com a Pató (organização para agricultura que atua no campo) três toneladas de alimentos e subdividimos em 600 cestas e atendemos os companheiros e companheiras da cidade e alguns do campo, mas mais na cidade, porque a gente entende que lá a situação é mais gritante e urgente. E aqui na região de Palmas conseguimos arrecadar em torno de 250 cestas de alimentos até o momento e distribuímos na periferia da capital. Esse é um trabalho de solidariedade, formação política, de organicidade, que envolve o trabalho de base e aponta para uma perspectiva também de resistência e luta pela terra. Entendemos que dentro desse processo, da nossa relação e ação, a luta pela terra deve continuar. Luta pela terra, produção de alimentos saudáveis, com diminuição ou extinção do uso de agrotóxico e arborização e reflorestamento das nossas áreas e de outras áreas, seja rural ou urbana, para evitar ou minimizar a degradação. Então companheiros e companheiras por aqui eu encerro e fico à disposição das colegas que estão na condução do debate.

4. UNIVERSIDADE E FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL EM TEMPOS DE PANDEMIA

Raí Vieira Soares¹⁹

Notas introdutórias para o debate

A caótica realidade social que vivenciamos, desde março do corrente ano, exigiu problematizar e pensar coletivamente os desafios e implicações da pandemia da Covid-19 para a universidade pública e para a formação profissional em Serviço Social. Sobretudo, em um contexto em que se discute o ensino remoto e/ou ensino híbrido como formas de uma pretensa garantia do acesso à educação, desconsiderando as condições objetivas e subjetivas dos trabalhadores da educação, estudantes e suas famílias, muitos padecendo cotidianamente com conjunto das desigualdades sociais e regionais, bem como, com as explorações/opressões de classe, raça e gênero intensificadas nesse período.

Foi nessa perspectiva e direção ético-política que se deram as exposições de Juliana Melim, professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e de Esther Lemos, professora do curso de Serviço Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Ambas possuem trajetórias acadêmico-profissional e de militância reconhecidas nacionalmente e que compõe a direção nacional da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS), entidade de caráter acadêmico-científica responsável pela coordenação e articulação do projeto de formação profissional na Graduação e Pós-Graduação em Serviço Social.

Reafirmamos uma concepção de universidade pública pautada no tripé ensino, pesquisa e extensão e suas contribuições para construção de conhecimento e do pensamento crítico, inclusive, com importantes contribuições para ações de enfrentamento e combate à covid-19, seja na realização de pesquisas e atividades de extensão, seja na formação de profissionais nas mais diversas áreas de conhecimento. Além disso, destacamos que, mesmo em tempos de pandemia, não podemos abrir mão do projeto de formação profissional expresso nas Diretrizes Curriculares da ABEPSS, que tem como alguns dos seus princípios: o rigoroso trato teórico, histórico e metodológico da realidade social; a adoção da teoria social crítica; a articulação entre as dimensões investigativa e interventiva na formação profissional; a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão; o exercício do pluralismo; a ética como princípio transversal; dentre outros.

O projeto de formação indicado nas diretrizes compõe um dos pilares fundamentais do nosso Projeto Ético Político Profissional e a sua defesa é estratégica na perspectiva da formação de um

19 Professor assistente do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT). Doutorando em Política Social na Universidade de Brasília (UnB). Pesquisador e vice-líder do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Estado Política Social e Serviço Social (GEPOSS/UFT). E-mail: raivieira@mail.uft.edu.br

determinado perfil profissional comprometido com os princípios ético-políticos da categoria profissional que são pautados pela articulação das entidades do Serviço Social brasileiro.

Tal projeto é um legado histórico resultante do processo de renovação profissional com a hegemonia da intenção de ruptura, que contribuiu para a consolidação do Serviço Social como profissão e área de conhecimento, e na construção de importantes subsídios para a formação e exercício profissional, com destaque para o Código de Ética Profissional, de 1993, e a Lei nº. 8.662, de 1993, que regulamentam o exercício profissional dos assistentes sociais, suas competências e atribuições privativas.

Esse projeto tem compromisso com a defesa intransigente dos Direitos Humanos, da diversidade humana, com a democracia e se posiciona contrário a todas as formas de opressão, discriminação e preconceitos. Nesses tempos de obscurantismo, conservadorismos, violências e barbárie, tal projeto profissional em Serviço Social, articulado com os movimentos sociais, é necessário e urgente para defesa da vida e para fortalecer as lutas coletivas em defesa de um Brasil menos desigual e mais humano! É esse o convite que fazemos!

Debatedora: Juliana Melim

Boa noite a todas e todos! Quero, inicialmente, agradecer o convite do pessoal do Serviço Social da UFT, especialmente, a professora Rose e o professor Raí. É um prazer estar dividindo esta *live* com a Esther! Todos estes anos em que o Raí falou de CFESS e agora na ABEPSS, foram anos ao lado da Esther, que é uma camarada que construiu a militância na nossa profissão junto comigo, tornando-se uma amiga querida e é sempre um prazer conversar com ela, discutir e estar junto, ainda que virtualmente. Quero parabenizar a iniciativa do grupo nesse projeto de extensão, que tem trazido à tona o debate de questões importantíssimas, não só para nossa categoria profissional de assistentes sociais, mas para o conjunto da classe trabalhadora. Acho que é um bom exemplo daquela Universidade que defendemos, uma universidade que esteja a serviço da classe trabalhadora, tendo em vista que quando se promove esse tipo de debate há contribuições para a luta da nossa classe. Gostaria de parabenizar muito o grupo por essa iniciativa tão importante.

O tema está na agenda de luta, pois todos os dias nos deparamos com um ataque novo e temos que responder, esperando que a nossa resposta esteja à altura. Discutir a universidade e a formação profissional no Serviço Social, em tempos de pandemia, é realmente algo bastante desafiador, porque penso que estamos vivendo o momento histórico mais complexo da nossa geração; é desafiador pensar sobre ele, e para pensar sobre ele, vou falar um pouco mais sobre a universidade e a educação superior pública no Brasil, em tempos de pandemia.

Os caminhos para essa análise podem ser muitos, mas escolhi um determinado caminho no qual aponto alguns elementos para destacar na minha fala. Porém, ao eleger alguns elementos, talvez, fiquem de lado outros, que podem ser recuperados no debate conforme sejam retomados pelas pessoas. A ideia é proporcionar um olhar sobre a totalidade e abarcar o movimento do real, fazendo uma analogia às janelas, porque tem sido das janelas das nossas casas ou das janelas virtuais, que se abrem com mais frequência para uma parcela da população, que temos assistido ao crescimento do contágio e das mortes provocadas pelo novo coronavírus, no Brasil e no mundo. No Brasil, somam-se mais de 50 mil mortes oficiais, em sua maioria corpos pretos e pobres, pessoas que se tornaram números que acompanhamos das janelas, perplexas e indignadas com a parca atuação do governo Bolsonaro e sua política econômica ultraneoliberal, sua postura de

negação da ciência, de descaso com as vidas. Sem nenhuma política pública séria de enfrentamento aos impactos sanitários, econômicos e sociais da pandemia, o Estado tem apresentado “sem máscaras”, a sua natureza de classe no capitalismo e sua natureza burguesa, enquanto isso as mortes aumentam, os números ganham nomes e rostos cada vez mais conhecidos.

Dessas janelas também temos acompanhado a movimentação governamental oportunista, para seguir com o projeto de ataques às políticas sociais, aos serviços públicos e servidores e aos direitos que foram duramente conquistados pela nossa classe. Da mesma forma, observamos as desigualdades de classe, raça, gênero e orientação sexual sendo escancaradas e agudizadas nesse momento de pandemia. Assistimos, obviamente aqueles que querem ver, muitos trabalhadores e trabalhadoras arriscando suas vidas todos os dias, povo que trabalha em serviços essenciais ou porque vivem no fio da navalha da informalidade ou dos trabalhos mais precários, e o Estado não deixa muita opção para essas pessoas, ou pode morrer se contrair o vírus ou pode morrer de fome se não trabalhar.

Na educação, especialmente na educação superior, antes da pandemia, estávamos preparando uma greve unificada, estávamos, antes da decretação da quarentena e do necessário distanciamento social, preparando atividades para o dia 18 de Março, chamando uma greve da educação superior pública no país. Estávamos nesse movimento, até porque motivos para a greve nunca nos faltaram diante da política econômica de Bolsonaro e Guedes. Os ataques às universidades públicas e aos trabalhadores do funcionalismo público, e o próprio governo reproduzindo falas de que nas universidades só existia “balbúrdia”, plantação de maconha e os professores foram chamados de “zebras gordas”, os servidores públicos de “parasitas”, naquela imoral reunião ministerial em que foi divulgado um vídeo nas mídias sociais, em que falam de colocar bomba no bolso do inimigo e o inimigo são servidores públicos. Nesse contexto, de aplicação da Emenda Constitucional nº. 95/2016 que se congelaram os recursos já insuficientes da educação superior no nosso país. O autoritarismo do Governo Federal tem golpeado a autonomia universitária, por exemplo, na universidade em que leciono, a UFES, a reitora aceita pela maioria na comunidade acadêmica não foi nomeada por Bolsonaro. Então, observa-se um autoritarismo para com as universidades e um desrespeito, ainda maior, com as comunidades acadêmicas. Enganaram-se aqueles que pensaram que os ataques ficariam em suspenso com a pandemia; nesses pouco mais de cem dias de distanciamento social, vimos os problemas se agravarem. Teve um “meme” circulando nas redes sociais que seria cômico se não fosse trágico, mas ele fala assim: “o coronavírus deveria ser o principal problema para a gente enfrentar no Brasil, mas o Bolsonaro é muito competitivo”.

A todo momento, mesmo nesse contexto complexo e duro para nossas vidas, temos de enfrentar a crise do governo e, no caso, da educação superior. Podemos listar uma série de ataques. No início de março, tivemos o confisco de parte do nosso salário por conta da nova alíquota da previdência, da “reforma” da previdência, e tivemos, nesse contexto da pandemia, a edição de algumas portarias do Ministério da Educação, todas elas autorizando a transposição daquelas disciplinas, que antes da pandemia eram disciplinas presenciais, em disciplinas com aulas virtuais. Tivemos a edição da Medida Provisória nº. 28, do Ministério da Economia, que orienta a suspensão dos adicionais ocupacionais para os servidores que estejam realizando as suas atividades remotamente e orienta a suspensão do auxílio-transporte do adicional noturno. Sabemos que há instituições de ensino que estão aplicando essas orientações da medida. Tivemos corte de bolsas de pesquisa, tanto na Graduação quanto nos cursos de Pós-Graduação, bem como, a exclusão de determinadas áreas do conhecimento de editais do CNPq, com a exclusão das Ciências Humanas e Sociais.

Algumas universidades, especialmente as Universidades Estaduais, tinham, até recentemente, trabalhadores terceirizados, técnicos administrativos e docentes com salários atrasados. O Ministério da Economia apresentou o programa de reconstrução do Estado, com foco na reforma administrativa, que nada mais é do que a destruição total do papel do Estado, enquanto função social de executor de políticas sociais, garantidor de direitos. O Governo Federal apresentou ao congresso o Programa “Future-se”, esse mesmo que foi rejeitado pela ampla maioria das instituições de ensino superior no Brasil. Junta-se a isso a desastrosa saída do Ministro da Educação devido à indicação do novo “doutor honoris quase”, porque ele mentiu sobre a sua formação quando preencheu o Currículo *Lattes*.

Diante de tudo isso, e para ver tudo isso, as nossas janelas precisam ser bem grandes, para que possamos olhar e ver o que está acontecendo com a educação dentro de um contexto de totalidade, de crise do capitalismo, de crise sanitária, de crise econômica, que agravam as expressões da questão social. Como diz o Gilberto Gil, e eu vou brincar aqui com ele, no caso, que o Serviço Social já nos deu “régua e compasso” para que possamos fazer uma análise do método crítico dialético, uma análise da totalidade e observar o movimento desse real. Mas não basta somente observar de dentro das nossas casas. Nós, enquanto classe, precisamos de organização e, no caso da educação superior pública, adensar um debate junto à comunidade acadêmica sobre esse famigerado “ensino remoto” (em alguns lugares) e “ensino remoto emergencial” (em outros). Os nomes variam, mas na verdade ele trata de uma simplificação do que é o ensino ou de uma determinada concepção de ensino que não defendemos, porque ele reduz o ensino às aulas virtuais. A pressão, hoje, dentro das instituições de ensino superior é por adotarem essa modalidade, para que se instituir o ensino remoto, já que não há condições de volta presencial das atividades acadêmicas.

Se no âmbito regional e local precisamos criar estratégias para fazer com que governadores e prefeitos não cedam à pressão do mercado e o comércio e os serviços não voltem a normalidade, enquanto não houver segurança para os/as trabalhadores/as. Em âmbito nacional, nós também vivenciamos um contexto de absoluta ausência de ações construtivas por parte do Governo Federal para melhorar a infraestrutura das nossas instituições de ensino, como a garantia das condições de biossegurança, que serão necessárias para o retorno de atividades presenciais, em algum momento. Além disso, recentemente, o MEC anunciou a redução do orçamento em 4,18 milhões de reais para o ano de 2021, e o ensino remoto aparece como um “arremedo” que está sendo apresentado como uma resposta pragmática ao período estendido da quarentena, como se fosse possível transpor as nossas aulas presenciais de um curso que é presencial para aulas virtuais. Porém, o ensino remoto não é sinônimo de Ensino à Distância, embora eles tenham uma estreita relação, e eu vou tentar falar um pouquinho disso, ainda que brevemente, depois abrimos para o debate. O Ensino à Distância tem regulamentações e está previsto na LDB, tem uma série de decretos presidenciais que o normatizam, ao contrário do ensino remoto, uma tremenda desregulamentação. As iniciativas que estão sendo propostas pelas universidades, lembro da minha tese de doutorado, que foi sobre a expansão do Ensino à distância no Serviço Social, que defendi em 2016, o Ensino à Distância era a expressão mais amadurecida da precarização da educação superior, no nosso país, servindo aos interesses do grande capital, por oferecer aos estudantes, especialmente, os filhos da classe trabalhadora, uma educação fragmentada, aligeirada e massificada, ou seja, a expressão mais amadurecida da precarização.

Contudo, a história vai mostrando o que o capitalismo tem de pior, como a capacidade de precarizar o que já era muito precário, e o ensino remoto, no caso, consegue ser pior do que o Ensino à Distância. A adesão ao ensino remoto desconsidera tanto os docentes quanto discentes

no que tange às condições diferenciadas de acesso à equipamentos, materiais virtuais, conexão à *internet*, conhecimentos e habilidades, etc., para o uso dessas ferramentas. A realidade concreta nos mostra que o Brasil tem uma das conexões de *internet* mais caras do mundo; dos 210 milhões de brasileiros, cerca de 46 milhões não possuem acesso à *internet*. Na zona rural, mais da metade dos domicílios não possuem acesso à *internet* e as famílias mais pobres, quando acessam a *internet*, é através do aparelho celular. Há que se considerar, ainda, as condições de moradia dos estudantes que, muitas vezes, são condições bastante precárias.

Então, as nossas condições de trabalho para o ensino remoto são precárias e as nossas casas não são estúdios para gravarmos aulas. Nós vamos ter de usar, muitas vezes, o nosso equipamento, nossa energia (que é cara), nossa *internet* (que é limitada e cara) para oferecer uma atividade bastante precária. Todos estamos passando por isso, sabe-se que a *internet*, no Brasil, é instável. E o ensino remoto desconsidera, também, a realidade concreta dos estudantes e dos professores, por exemplo, especialmente, dos estudantes e trabalhadores da educação, mulheres que, neste momento, estão sobrecarregadas com o trabalho doméstico, com o cuidado com as crianças, com os idosos, com algum familiar doente e ainda têm que dar conta do trabalho remoto ou das aulas, ou seja, a pandemia impacta de forma diferenciada, a depender do gênero, da raça e da classe, nos sujeitos que estão envolvidos nesse debate sobre a educação superior.

Também é importante frisar que, embora o ensino remoto não seja sinônimo de Ensino à Distância, eles têm uma relação estreita. Temos observado que a institucionalização do ensino remoto, no contexto de pandemia, pode ser um ensaio para consolidação da modalidade à distância no cenário pós-pandemia e, diante do cenário econômico e político, incluindo a Emenda Constitucional nº. 95, que congelou os recursos já insuficientes da educação, da “reforma” trabalhista, que precarizou ainda mais as relações de trabalho e retirou os direitos dos trabalhadores; que ampliou a lei das terceirizações e possibilita terceirizar a contratação dos profissionais para executar as atividades fins das instituições; da pressão do executivo federal para aprovação da reforma administrativa que vai permitir a injusta exoneração dos servidores públicos e romper com os direitos adquiridos, justificadas pela crise fiscal; o programa “Future-se”, que retoma, nesse momento, o Ensino à Distância; dentre tantos outros problemas que emergem, lamentavelmente, como a solução mercantil para os antigos e novos desafios da educação pública brasileira.

Nós sabemos que o Ensino à Distância está na pauta dos governos brasileiros há muito tempo e se tem criado uma série de medidas, de normas de flexibilizações para a expansão mercantil dele no país. Sabemos do rebaixamento da qualidade e das consequências para o ensino e a formação ou para um determinado projeto de formação que defendemos no Serviço Social, por exemplo.

Diante dessa perspectiva, o Serviço Social pode contribuir muito com o debate, porque acumulamos discussões, reunindo argumentos, sobre a temática para dizer que a formação profissional que defendemos é incompatível com essa modalidade de Ensino à Distância. Nós estamos vivendo um momento de excepcionalidade e algumas medidas também terão que ser excepcionais, nesse momento, pois o ensino remoto parece como uma falsa disjuntiva, a saber, ou implementamos o ensino remoto ou a universidade está imobilizada. Sabemos que a universidade não está imobilizada, que ela está voltada ao enfrentamento da pandemia, exercendo uma função social prioritária, já que os nossos projetos de ensino, de pesquisa e de extensão estão direcionados para minimizar os impactos desse momento complexo que vivemos.

Esse debate precisa ser conduzido de forma extremamente democrática, envolvendo todos os sujeitos que constroem a universidade no cotidiano - os estudantes, os docentes, os técnicos-ad-

ministrativos, os trabalhadores terceirizados e a comunidade que acessa os serviços que a universidade desenvolve - , para que, coletivamente, democraticamente, esses sujeitos possam traçar os caminhos da universidade durante e após a pandemia, reforçando uma perspectiva de autonomia universitária diretamente vinculada ao debate da democracia.

Algumas iniciativas e alternativas precisam ser pensadas e podem ser adotadas para reaproximar os nossos estudantes da universidade e fortalecer o seu caráter formativo, nesse momento, e que não necessariamente dependem das aulas virtuais precárias, que não vão garantir o acesso universal para todos e todas.

Finalizo essa intervenção dizendo que, embora seja um contexto extremamente desafiador para todos nós, temos muito a contribuir para fazer da universidade pública, uma universidade que esteja a serviço da classe trabalhadora. Que tenhamos muita coragem para enfrentar tudo isso e seguir vivos. Muito obrigada!

Debatedora: Esther Lemos

Boa noite! Quero dizer que é uma grande alegria participar dessa iniciativa do projeto de extensão. Juliana, é uma alegria estar com você aqui. Essa atividade que está sendo realizada neste momento é uma alternativa construída, é uma atividade de extensão que articula grupos de pesquisa, que articula profissionais que estão no Tocantins. Dizer, de imediato, que é uma grande satisfação ver essa ação sendo colocada em prática, em movimento e, alcançando o país e fazendo história nesse momento. É um momento em que precisamos registrar, também, as ações, que estamos juntas e juntos que é um nesse momento de perplexidade, como a Juliana chamou a atenção de uma complexidade singular nas nossas vidas e na nossa geração. Raí, em seu nome quero agradecer o convite de todos/as os/as colegas que estão na Universidade Federal do Tocantins. Também dizer, Juliana que é um grande prazer estar com vocês, nós trabalhamos muito e aprendemos muito juntas. E a Juliana coordenou na gestão do CFESS a comissão de formação profissional. É muito bom podermos fazer esse debate, nessa noite, porque de fato é fruto de um processo de longa duração, de um envolvimento de estudos e pesquisas, de militâncias e compromisso ético-político. Saudar a todos/as que estão acompanhando: companheira, Heleni, que também foi da gestão do CFESS, companheiro Josiley que está na gestão da ABEPSS agora, estudantes, enfim. Realmente essa tecnologia - o encontro virtual via live - é que nos aproxima nesse momento, estamos dentro de casa e é uma situação nova que tem as suas contradições, mas que estamos aprendendo a lidar com ela. Hoje, é dia 29 de Junho de 2020, nós estamos com quase 100 dias de quarentena. E, no mundo, está completando por esses dias 10 milhões de pessoas contagiadas ou contaminadas pelo coronavírus. No Brasil, já atingiu quase 1 milhão e 500 mil pessoas e já contabilizou 60 mil mortos. Observei, hoje, os dados e peguei os dados do dia 22 de janeiro, no mundo, e nós tínhamos 17 mortos pelo coronavírus, hoje, no mundo já há em torno de 502 mil mortes. Aquilo que acontecia no final do ano lá em Wuhan, na China, hoje está aqui. Estou falando da cidade de Toledo, estado do Paraná. Nesses últimos 15 dias, a região oeste e sudoeste do Paraná se tornou o epicentro do contágio da doença aqui no Paraná. Esse processo que estava tão distante, estava do outro lado do mundo, é real e está aqui na porta, está falando e gritando por uma ação e nos chamando atenção.

Precisamos falar sobre isso e pensar essa realidade que, muitas vezes, é naturalizada, que outrora tão distante, hoje, tão real e próxima das nossas vidas. Também quero, nesse momento de dor, lembrar dos/as que morreram pela negligência do Estado, pela falta da proteção social

que o Estado, deve aos cidadãos que morreram, sendo muitos trabalhadores e trabalhadoras da saúde, assistentes sociais, colegas que partiram no exercício profissional. Quero lembrar também a morte dos indígenas. Nós tivemos, nesse final de semana, nove pessoas da etnia Xavante, do Mato Grosso do Sul, que morreram com suspeita de coronavírus. Há uma população, no Brasil, de 22 mil indígenas da etnia Xavante, hoje, contando em torno de 21 mortos nessa comunidade indígena. Então, aquilo que era quase intocável e impossível de acontecer se tornou real, ameaçando e ame-drontando. Vivemos um medo constante, e isso é real, o medo que paralisa. E nós precisamos en-frentá-lo, eliminando a paralisa nos conectando através de alguma forma de contato, esse contato virtual. A internet, as conexões e a tecnologia da informação são fundamentais, mas também des-mistificando.

A universidade tem uma função social que é desnaturalizar e desmistificar a realidade pelo acesso ao conhecimento, pela produção do conhecimento, pela busca da verdade, pela ciência. Diante desse, que tem sido o maior ataque destrutivo do atual padrão de acumulação capitalista que vivenciamos, a universidade, as Ciências Humanas e Sociais parecem ser absolutamente descartá-veis. O ex-ministro da educação falando do “marxismo cultural” sem nenhum fundamento e outros ataques à universidade. Vocês todos estão acompanhando as notícias, estamos sendo atacados coti-dianamente sob o falso pretexto de implementar o chamado “marxismo cultural comunista”. Como se observa, o pensamento crítico é uma ameaça a essa conjuntura. Estamos vivendo um contexto de negacionismo, de obscurantismo, de fato, eu diria, de antiseccularismo e de fundamentalismo religioso, que permeia as nossas relações acadêmicas, afetando a nossa área do conhecimento e a profissão.

Essa realidade contraditória chama a atenção para a nossa profissão, para o campo das Ciências Humanas e Sociais e nossa aproximação com a obra marxiana, com esse método de análise da realidade e construção do conhecimento. Gostei da referência ao Gilberto Gil, feito pela professora Juliana, foi a “régua e o compasso” que nos permitiu numa conjuntura também adversa, desde o início da década de 1990, construir diretrizes curriculares que iam na contramão da história. Pensando nessa exposição, a gente já vivia um contexto de contrarreforma da educação. Essa con-trarreforma da educação que a gente vivia permeou toda a disputa de projetos de educação, que culminou na LDB, nesse processo de transição que vivemos entre 1993/1996, com a aprovação das nossas diretrizes curriculares. Eu fui um pouquinho lá atrás para pensar a nossa formação profis-sional em Serviço Social. Então, a década de 1990, que é um marco, onde nós assistentes sociais avançamos na análise do currículo de 1982, que pautou num compromisso ético-político com uma formação profissional que não se dissocia do trabalho, mas que tem como fundamento na análise e na obra de Marxiana, no contexto das Ciências Humanas e Sociais. A gente tem aí também uma compreensão da Universidade e eu recuperei um livrinho muito antigo, mas eu diria que muito atual, para pensarmos. O Caderno ABESS número 01, lá em 1993 quando ele foi publicado, tem uma produção inicial, que foi uma palestra proferida pelo Professor Luiz Eduardo Wanderley, na época reitor da PUC, em que fazia uma análise de conjuntura da Universidade, no início dos anos 1990. Chamava atenção para a função da Universidade, em um trecho: “Uma Universidade só tem sentido histórico se ela responder aos desafios postos pela realidade”. Observem, não são os desafios postos pelo mercado, são os desafios postos pela realidade. A pergunta é a seguinte: Quais são os desafios postos pela realidade brasileira e mundial, hoje?

É voltarmos a ter os planos de ensino que foram aprovados no ano passado ou início do ano letivo, mas não foram aplicados em sua integralidade, voltarmos a eles, agora, como se tudo estivesse normal? O mesmo plano de ensino das disciplinas que eram sempre dadas? Negar a con-

tradição, que estamos vivenciando hoje na realidade brasileira e mundial como se nada estivesse acontecendo e seguir a lógica de uma pressa que não é real, que não é a do nosso tempo? Uma pressa que é do que não serve para a nossa inserção no mercado de trabalho, porque esse mercado trabalho já vai ser outro?

Então eu chamaria uma primeira reflexão para isso, sobre a função da Universidade. A função da Universidade, nesse dado histórico, só tem sentido se ela responder aos desafios postos pela realidade, que clama por uma outra resposta, que não é voltarmos às atividades virando as costas para ela, para cumprirmos atividades específicas de ensino. Eu quero voltar um pouquinho para entendermos que nós temos diferentes naturezas institucionais no ensino superior. Uma coisa importante para pensarmos é que, também na década de 1990, com aprovação da LDB em 1996, vários projetos estavam em disputa, e venceu aquele projeto de FHC. Quero chamar a atenção ao Ensino Superior - temos Universidades e centros universitários -, mas como podemos caracterizá-las? O que caracteriza uma Universidade? Trata-se de uma instituição que oferta ensino, pesquisa e extensão. O que caracteriza um centro universitário? Trata-se de uma instituição cuja natureza permite ofertar apenas o ensino. A única instituição que pode garantir a autonomia universitária é a Universidade, com liberdade de cátedra e democracia interna para regular a organização interna, respeitando as normas e a Constituição. O que eu quero chamar atenção? O ensino é uma dimensão das atividades do trabalho docente, das atividades que são ofertadas para discentes na Universidade. É claro que, nem toda Universidade tinha financiamento para fazer ensino, pesquisa e extensão, nós já vínhamos lutando e brigando há muito tempo, especialmente, na nossa área de Serviço Social, que temos uma ação muito maior na extensão, com ações à comunidade, com ações externas. E realmente, há pouco financiamento para a pesquisa em Serviço Social, que sido realizada com um grande esforço dos/as profissionais que, muitas vezes, individualmente produzem produzindo com alguns recursos levantados na própria comunidade local ou mesmo com o financiamento próprio. Temos pouco financiamento para pesquisa e temos lutado nesse sentido.

Observe que eu quero chamar atenção nesse momento, estamos sendo chamados a voltar para uma ação, como que se nós não fizéssemos outra coisa, e eu concordo com a Juliana, que há uma série de atividades, alternativas e ações que podem ser realizadas e que não serão caracterizadas como o velho “pacto de mediocridade”, no chavão “eu finjo que ensino e você finge que aprende” e tudo continua sendo igual como era antes. Assim, todos que possuem um diploma vão para o mercado de trabalho. Não podemos minimizar essa questão, precisamos enfrentá-la. É claro que a Universidade, historicamente, traz essa contradição e a crítica à educação bancária, ao autoritarismo dentro da universidade. Mas, certo negacionismo já havia. O que nós estamos vivendo hoje? Aí eu quero avançar para pensar mais o Serviço Social de um ponto de vista crítico, considerando esse modelo de Universidade que está sendo proposto. É que essa Universidade que está sendo proposta pra nós, é uma Universidade que corresponde às exigências da acumulação capitalista porque ela descarta de fato os trabalhadores e as trabalhadoras.

O professor Roberto Leher, que coordena o grupo de pesquisa “Colemarx” (Coletivo de Estudos em Marxismo e Educação), na UFRJ, publicou, no final de abril, uma produção interessante que está disponível na *internet*, em que diz não ao ensino remoto, trazendo várias questões para o debate em relação ao fenômeno da educação, no contexto de pandemia, no mundo. Ele fala que “uma das principais estratégias adotadas para conter a disseminação da covid-19 engloba o fechamento das escolas, mas esta medida impacta cerca de 1.6 bilhões de estudantes em mais de 170 países, cerca de 91.3% da população mundial de estudantes. O Banco Mundial defende que a interrupção do calendário escolar por tempo indeterminado causará danos educacionais irrepa-

ráveis num cenário em que o próprio banco já caracterizava como sendo de crescente pobreza na aprendizagem. Para mitigar estas supostas perdas, o banco recomenda que sejam fornecidas oportunidades de aprendizagem remota no período em que durar a interrupção das aulas”.

E vocês sabem que quem vai fornecer o equipamento, a estrutura e a tecnologia em nível mundial, para supostamente mitigar essa pobreza na aprendizagem? São os grandes conglomerados internacionais da educação. Então, eu proponho uma reflexão nesse momento em que estamos desenvolvendo uma série de ações que interessam ao mercado. Precisamos estar atentas a isso! Para finalizar, destaco que temos uma série de ações articuladas pela ABEPSS, quero chamar a atenção que nunca foi tão importante nos conectarmos para discutir as possibilidades, porque estamos em casa fazendo trabalho remoto. Estamos trabalhando e nunca trabalhamos tanto, como nesse contexto de pandemia, procurando formas de fazer um enfrentamento, com diferentes estratégias, em diferentes instituições, mas é democratizando o processo decisório dentro das nossas universidades, coletivamente como área, que podemos avançar. Muito obrigada!

5. SERVIÇO SOCIAL NO JUDICIÁRIO E O ACESSO AOS DIREITOS SOCIAIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maria Helena Cariaga²⁰

*É fundamental diminuir a distância entre
O que se diz e o que se faz(...)
Paulo Freire*

Notas introdutórias para o debate

Como assistente social, atuando há mais de 30 anos, acompanho os debates desde a minha formação acadêmica e política, sempre ao lado daqueles e daquelas que lutam por seus direitos em nossa sociedade e, hoje, vivenciamos uma pandemia, uma crise sanitária, injusta e desigual.

Mesmo diante desse cenário, os grupos de pesquisa GEPSFAM, GEPSI (GEPOSS) realizaram várias atividades, dentre elas, essa atividade de extensão, que proporcionou vários encontros virtuais, em formato de *live*, para a comunidade acadêmica, envolvendo a participação de estudantes, professores e assistentes sociais, que estão diariamente no enfrentamento das expressões da questão social.

Ao longo desses 80 anos de existência, o Serviço Social esteve presente nas lutas sociais e muitos espaços sócio-ocupacionais foram abertos para atuação profissional com inserção na divisão sócio-técnica do trabalho, destacando-se a produção de conhecimento e os debates com outras áreas de conhecimento, como a psicologia, a economia, etc. O Serviço Social e os profissionais assistentes sociais em luta desenharam um caminho que poucas profissões conseguiram em tão pouco tempo, de produção teórica crítica e de atuação fecunda. Nesse sentido, que ao longo desta jornada, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em 2014, lançou a brochura intitulada “Atuação de assistentes sociais no sociojurídico: subsídios para reflexão”, uma direção ética, política e também uma referência aos profissionais para o trabalho social no cotidiano.

A *live* “Serviço Social no judiciário e o acesso aos direitos sociais em tempos de pandemia”, ocorreu após 100 dias de pandemia do coronavírus (Corona Virus Disease - covid-19), enfrentada com a orientação dos órgãos de saúde pública nacionais e internacionais, tendo como principal forma de prevenção, o isolamento social e a quarentena, em todo o mundo. A partir disso, grande parte dos/as trabalhadores/as formais estão em casa, desenvolvendo trabalhos conforme o chamado “trabalho remoto” ou *home office* e, muitas empresas, colocaram os/as seus/suas trabalhadores/as em férias. No entanto, muitos/as profissionais, em especial os/as que trabalham na área da saúde, não tiveram essa possibilidade. Dentre eles/as assistentes sociais que atuam no trabalho de

20 Maria Helena Cariaga é Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT)/ Campus Miracema e Doutora em Serviço Social pela PUC/SP. Coordenadora geral da Turma Especial do Curso de Serviço Social/Pronera/Incrá/UFT (2017-2019). Pós-doutoranda na Universidade de Brasília no PPGPS/SER/UnB, com a temática “Questão Agrária e Seguridade Social”. E-mail: mhcariaga@uft.edu.br

combate à doença e estão na linha de frente na saúde. Nossas homenagens aos/às profissionais em luta que partiram e aos familiares em luto..

É com imensa satisfação e alegria que apresento os textos da exposição das colegas assistentes sociais que atuam no âmbito do sociojurídico, em estados diferentes, uma no estado de São Paulo e outra no estado do Tocantins.

Thais Berberian atua no Tribunal de Justiça, na cidade de Guarulhos/SP. Ela proporcionou um momento importante de compartilhamento de experiências profissionais no campo sociojurídico, pois já havia atuado na área da saúde e reforçou a importância das políticas sociais públicas no enfrentamento à pandemia. Esclareceu que o parecer jurídico, emitido pelo/a assistente social, é fundamental para as decisões dos juízes. Ressaltou, também, a importância do trabalho social para fomentar a defesa dos direitos sociais e enfrentamento dos desafios, no âmbito da profissão, nesse momento.

A Darlin Didiane atua no Ministério Público, na cidade de Gurupi/TO. Ela contextualizou a particularidade e a diversidade que temos no estado e, também, enfatizou os retrocessos dos direitos sociais. Como primeira assistente social na comarca, apontou que foi com a Constituição Federal de 1988 que os direitos civis passaram a ter significado para a atuação do Ministério Público e a garantir o acesso às políticas públicas, pois muitos/as trabalhadores/as ainda se encontravam invisíveis para essas políticas.

Debatedora: Thaís Berberian

Nesse momento tão adverso que se enfrenta, poder compartilhar um pouco sobre as expectativas do trabalho do assistente social, com foco no campo sociojurídico, é importante frisar os diferentes territórios, o lugar de onde se fala, nesse momento de pandemia. É importante se solidarizar com todos os profissionais, não só da área da saúde, mas com todos que estão na linha de frente e trabalhando em defesa do SUS, enquanto Política Pública universal de qualidade, e reforçar um posicionamento contrário às iniciativas de sucateamento, precarização e privatização dos serviços de saúde, das políticas públicas como um todo, neste momento em que o estado neoliberal está destruindo as políticas públicas.

Há dois anos, estou vinculada ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e trabalho em uma Comarca de São Paulo. Para quem não tem muita familiaridade com o trabalho do assistente social no campo do judiciário é importante falar do cotidiano, hoje, e compor o que chamamos de setor técnico, subordinado ao juiz. O assistente social atua no campo dos serviços auxiliares e toda vez que o juiz entende a necessidade do seu trabalho é determinada a intervenção desse profissional para auxiliar na composição da peça técnica, com a apresentação de um laudo em que emite um parecer social no processo em curso, que vai subsidiar a decisão judicial.

Aqui onde trabalho é uma vara única, tem a vara da família, a vara de infância, a vara criminal, que atendem às principais demandas. Existe situações de definição de guarda ou de regulamentação de visita, em casos da vara da família, ações de interdição nas varas criminais, tem ganhado relevo, também, as situações de depoimento especial, na vara da infância, que tem múltiplas demandas, como as ações de investigação de paternidade negatória, de paternidade multiparentalidade, ato infracional, acolhimento institucional, destituição do poder familiar, as ações que versam sobre adoção, etc., perfazendo um universo muito dinâmico e amplo para a inserção do

trabalho do assistente social. Ainda para contextualizar, o estado de São Paulo é bastante diverso, muito grande e tem comarcas bastante distintas, com equipes numerosas ou menores, às vezes, equipes compostas com apenas um profissional da área. O que há de comum entre essas equipes é sobrecarga de trabalho, e em função da falta de posição dos profissionais, frisa-se que, em algumas varas, tem situações de espera e agenda de dois anos. Aparentemente, parece que esse assunto não tem nada a com o que precisa ser abordado aqui, mas se trata do acesso ao direito.

Conforme o tema proposto, o Serviço Social no campo sociojurídico e o acesso aos direitos sociais em tempos de pandemia, minha fala está organizada em três momentos: o Serviço Social, o acesso aos direitos sociais e pandemia. Quando se pensa sobre o acesso ao direito é necessário se perguntar “quem é a população que acessa aos serviços?” No nosso trabalho, no cotidiano profissional dos serviços na justiça, essa população pode ser definida a partir da classe social, da cor e do gênero. No caso, no meu cotidiano de trabalho, são as famílias da classe trabalhadora, pobres, negras e “chefiadas” por mulheres. Então, nas nossas salas de atendimento, as vidas são detalhadas nos autos processuais.

Para pensar na questão do acesso em São Paulo, em tempos normais, da pré-pandemia, por exemplo, o acesso da população aos direitos sociais e as políticas públicas já era difícil, como no Brasil todo, porque não se conseguiu implementar em sua totalidade esses serviços e disponibilizá-los a essa população. A pandemia agravou os problemas que já existiam, sobretudo, em função da crise do capital.

Agora, o acesso dessa população se dá por meio da utilização das ferramentas digitais para o atendimento e, de modo repentino, nossa categoria profissional, adentrou numa perspectiva em que precisa responder às demandas dessa forma, mesmo estando em isolamento no tribunal do Estado de São Paulo, desde o dia 18 de março, em regime de trabalho remoto. Qual a resposta a se dar? São demandadas questões institucionais e demandas da população, para responder a essa questão. As contradições se evidenciam quando temos de pensar no acesso da população para atendimento virtual, conforme o perfil que explicitamos. Cabe salientar que, pelo menos no Tribunal de Justiça de São Paulo, a adaptação não foi e não tem sido fácil, porque são múltiplos fatores para compreender, e que é apenas a partir da construção coletiva por respostas também coletivas, que se vai conseguir trilhar um caminho baseado no compromisso ético, considerando o projeto Ético Político que orienta a prática profissional, de compromisso com a classe trabalhadora e respeito aos seus direitos.

No estado de São Paulo tem-se percebido um movimento encabeçado pelo Núcleo de Apoio aos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal, que é subordinado à coordenadoria da infância, assim como a Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal, no sentido de organizar quais as respostas são possíveis para oferecer o atendimento em tempos pandêmicos. Para o conhecimento de todos, tanto o CFESS quanto os CRESS têm publicado alguns documentos, os boletins, no sentido de orientar acerca das possibilidades de trabalho e, até agora, existe um consenso de que é impossível realizar os Estudos Sociais, com emissão de Pareceres conclusivos, via remota, já que dependem de outras mediações necessárias para o atendimento de qualidade via presencial.

Entretanto, no estado de São Paulo, sabe-se que quando os juízes solicitam, nós, assistentes sociais, temos de realizar os atendimentos remotamente. Assim, no cotidiano de trabalho, quando o profissional precisa responder ao solicitado, tendo que informar ao superior que a visita domiciliar se faz necessária, por exemplo, uma inspeção na casa, porque a entrevista não satisfaz a coleta de dados, daí se percebe que o trabalho do assistente social não pode ser mensurado somente pela

dimensão quantitativa Nosso trabalho é qualitativo e se percebe o quanto o saber-fazer do Serviço Social ainda não é publicizado ou compreendido por aqueles que trabalham conosco.

É necessário mostrar para quem trabalha com os assistentes sociais, inclusive os nossos superiores, a dimensão teórico-crítica analítica da realidade que nós fazemos, não sendo mero trabalho descritivo. Esse relato pode parecer descolado do tema, mas não é, porque os processos judiciais, muitas vezes, acredita-se que dependam apenas do setor técnico, mas quando o estudo chega para nós, assistentes sociais, e a família tem a oportunidade de falar sobre a sua história, sobre a sua vida, por exemplo, a história que leva ao acolhimento de uma criança pode ter outra versão ou levar a outro desfecho, que não aquele do Ministério Público. Então, precisamos de estratégias de atendimento dessa população como forma de garantir os seus direitos, nem que seja apenas o direito de fala. Ao mesmo tempo, é uma questão que tem trazido muita angústia, pois qualquer número de processos significa que tem uma demanda real por trás, que existem pessoas, sujeitos que precisam de respostas.

Vimos, dessa forma, a necessidade de uma organização, enquanto categoria, para entender a situação e produzir quais as respostas podemos dar, neste momento, especialmente, no campo da infância e da juventude, dado que as crianças não podem esperar, e é uma esfera que toma muito tempo nas ações do judiciário. Pensando nesse público, cabe um questionamento: como deve ser o atendimento deles no acesso remoto? No atendimento presencial já é difícil.

Um estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), publicado em 29 de abril deste 2020, afirma que uma em cada quatro pessoas não têm acesso a *internet*, ou seja, isso representa cerca de 46 milhões de brasileiros que não acessam a *internet*. Observa-se, ainda, que essa questão não está relacionada com o acesso, mas com o tipo de atendimento que se vai oferecer remotamente. Então, são dois problemas.

Pelo acesso remoto, como garantir o sigilo e o compromisso ético para algumas situações? Como o profissional faz para conseguir estabelecer um vínculo de confiança com quem está sendo atendido? É possível assegurar a proteção daquele está sendo atendido, por exemplo, numa situação de violência, em que possivelmente o autor da agressão reside com a vítima, partilhando o processo criminal? Essas questões podem parecer descoladas do tema, mas tem muito a ver, pois trata-se dos impactos diretos trazidos pela pandemia para essa população que precisa do atendimento, do acesso à justiça.

Pensando nas famílias, nos processos da infância e da juventude, há a indagação, para aquelas famílias que tiveram os seus filhos acolhidos, por exemplo. Como tem sido o contato delas com as crianças que estão em acolhimento, uma vez que as visitas estão suspensas? Um exemplo emblemático daqui da nossa comarca: uma criança que tem 5 anos foi acolhida e a mãe não tem acesso a *internet* e nem celular, constituindo-se em situação corriqueira, dentre as múltiplas demandas que são trazidas. A alternativa encontrada pelo técnico do serviço de acolhimento é, uma vez por semana, ele próprio realiza uma visita na casa da mãe, leva o celular dele e faz uma vídeo chamada para que essa mãe possa ver o seu filho. Então, é perceptível a importância dessas questões para garantir os direitos fundamentais e os Direitos Humanos. Essa situação que descrevemos não é a regra, é a exceção, porque conseguimos organizar dessa forma.

Outro ponto que tem preocupado é a relevância que a temática da adoção tem na pandemia. Como se verifica em muitas reportagens na mídia, existe uma pressão, no sentido de acelerar os processos, trazendo uma crítica velada de que é sempre burocrático, devendo-se suprimir algumas

etapas que são fundamentais como, por exemplo, os encontros preparatórios dos pretendentes à adoção. Existe uma proposta de que se pode substituir estes encontros por um curso *online*, por exemplo. Porém, não interessa essa velocidade, o porquê que se tem pressa em algumas situações e em outras não tem pressa? Obviamente, não se está desconsiderando o forte impacto que traz a experiência do acolhimento institucional na vida das crianças e dos adolescentes, isso é inegável, mas precisamos considerar os múltiplos fatores que levaram uma criança para o acolhimento, bem como o olhar para a família, muitas vezes, que não pode ter pressa, ou melhor, jamais posso ter pressa, porque que, às vezes, decisões apressadas impactam de modo profundo e radical na vida dessas crianças e famílias.

Num momento em que as políticas públicas de assistência, por interferência da Defensoria Pública, mesmo reconhecendo a dificuldade de acessar a população e as demandas que ela apresenta, é muito importante que as decisões estejam amparados por pareceres conclusivos sobre essas famílias.

É certo que a pandemia agudizou uma crise que já existia, mas não se pode cair nessa falácia, de achar que a crise é culpa da pandemia, já vivíamos no estado de crise significativa e que ela é própria do capital. Então era esperada esta crise da forma como está sendo, demonstrando de modo muito visceral, a profunda desigualdade racial e social que o Brasil vive. Nesse momento, é preciso olhar para o tempo presente e se organizar enquanto categoria para tentar responder a essas questões que aparecem emergenciais em meios à pandemia, como também nas que estão por vir, tendo em vista que as crises (não somente a sanitária) vão trazer uma profunda repercussão na vida da classe trabalhadora, como já tem sido abordado em outras *lives*.

Sabemos que teremos uma parcela da população sem acesso à renda, a trabalho, a moradia adequada, a alimento, etc. Então, a pergunta que não cala é a seguinte: qual é a resposta que o Estado vai dar para essas demandas da população?

Nesse momento, o Estado está desgovernado, num contexto político em que as respostas vão recair na moralização e na culpabilização da pobreza. Diante desse quadro, a categoria profissional tem de resistir, articulando-se e procurando realizar trocas interdisciplinares para responder aos desafios e fomentar a defesa dos direitos sociais.

Debatedora: Darlin Didiane

Boa noite a todos e todas! Gostaria de agradecer pelo convite e dizer que este é momento histórico em um cenário nada favorável para a classe trabalhadora frente aos retrocessos dos direitos sociais. É necessário estarmos atentas e fortes! A fala da Thaís, representou a categoria profissional que trabalha o campo sociojurídico em São Paulo.

Eu vou trazer a realidade do Tocantins, um estado com muitas singularidades e diversidades, tanto no que diz respeito à diversidade ambiental, quanto de etnias e organização social. Agora, o meu desafio é contextualizar, em 20 minutos de fala, o trabalho do assistente social no Ministério Público Estadual do Tocantins, na Comarca de Gurupi, mostrando a importância dessa instituição para garantir o acesso à justiça, às políticas públicas e as políticas sociais, em tempos de pandemia.

Em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, o Ministério Público passou a atuar com mais ênfase na questão social, conforme requer os direitos sociais, e os assistentes sociais fazem parte desse processo junto com diversos outros profissionais, trazendo outros saberes para

a construção das peças jurídicas e fazendo parte de uma equipe técnica, porque tratar dos direitos e de vidas, exige um saber.

Como assistente social e, sendo a primeira técnica da Comarca com esta formação a implantar assessoria ao Poder Judiciário, a minha fala está contextualizada com a realidade da cidade de Gurupi. As demandas que chegam aqui na justiça são de avaliação das políticas sociais, demandas da classe trabalhadora, mas, apesar de existir uma Constituição Federal que garanta os direitos sociais, muitos sujeitos estão excluídos ou até mesmo são invisíveis para essas políticas. Dessa forma, ganha relevo a questão da judicialização das políticas de saúde, educação, etc. As demandas chegam à Promotoria de Justiça e são encaminhadas para a equipe, conforme a atuação profissional, consistindo em denúncias envolvendo a família, por exemplo, em que se alega o não cumprimento do acesso à educação, a escola, ou que a criança não tem acesso a política de saúde mental e, assim por diante.

A partir do estudo social, para nós, assistentes sociais, praticamente cerca de oitenta por cento dos casos que chegam até nós se referem a negação de direitos e, muitas vezes, não chega diretamente a nós. Primeiramente há uma reclamação e outras vezes vem por meio de uma denúncia de negligência familiar e, quando é feito o estudo social, chega-se até a territorialidade, enfatizando a questão. Quando se trata de territorialidades, faz-se um estudo da singularidade, particularidade e universalidade para verificar o não acesso, conforme aponta a denúncia, de não serem cumpridas as políticas sociais. Então, não é que uma ação judicial vai resolver o problema imediatamente, porque elas têm por objetivo emitir recomendações para que sejam resolvidas as questões no campo extrajudicial, ou seja, são recomendações para que se efetivem as políticas sociais, para que uma família, um trabalhador, por exemplo, tenham acesso aos serviços.

O desafio está na efetivação das políticas sociais e também no acesso das pessoas aos direitos fundamentais, pois o nosso público alvo é justamente o trabalhador, que precisa garantir o acesso a políticas sociais. Quando a pandemia chegou ao Brasil, em março, começaram a ser tomadas medidas de isolamento social, surgindo a necessidade de uma reorganização para o atendimento das demandas no Ministério Público. Primeiramente, chegou do Conselho Nacional do Ministério Público uma normativa em que o promotor de justiça da infância e juventude recomendava que não fossem feitas as fiscalizações e o monitoramento nas casas de acolhimento das crianças e adolescente que cumprem as medidas socioeducativas, justificando tal recomendação como medida de prevenção à covid-19.

O Ministério Público do Estado do Tocantins entrou no regime de teletrabalho, em 18 de março, quando se começou a questionar como seria um trabalho remoto, sem a presença nas territorialidades. Evidentemente, as demandas chegaram, mas como ficam as pessoas que não possuem acesso sequer a um *smartphone*, ou mesmo para aqueles que têm esse aparelho, mas não têm acesso a *internet*?

Essas são questões importantes para serem discutidas nessa *live*, como forma de compartilhar as inquietações profissionais e discutir a atuação do Serviço Social durante a pandemia. Como é a atuação do assistente social nesse contexto?

As demandas chegam e os promotores de justiça fazem o encaminhamento, mas são justamente demandas de pessoas que estão há muito tempo excluídas dos direitos sociais, muitas sequer têm renda. Diante dessa situação, começamos a montar um protocolo para garantir a segurança,

tanto dos profissionais quanto dos sujeitos que seriam atendidos, conforme as normativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), considerando a necessidade de realizar uma visita domiciliar.

Então, temos um protocolo de segurança para orientar os procedimentos dentro do Ministério Público, que começou a atuar em situação de emergência, mas os encaminhamentos para o Serviço Social continuaram chegando, tratando de violação dos direitos à saúde, aos direitos sexuais, aos direitos a atendimento às necessidades básicas, como alimentação, moradia, etc., que são demandas que normalmente chegam ao Serviço Social. Nesse sentido, precisamos cumprir com o trabalho e estamos indo a campo e fazendo o trabalho presencial, quando há segurança, tendo em vista que o parecer social é o instrumento mais importante para o Ministério Público de Gurupi tomar as decisões. Existe uma responsabilidade muito grande na elaboração do parecer social.

Durante a pandemia é importante estarmos atentos com as questões locais, mas sem descuidar da segurança, procurando informações e atentando para os decretos, como o caso de um município que faz parte da Comarca de Gurupi, que decretou *lockdown* - o município de Cariri do Tocantins. Nesse caso, as visitas ao município foram suspensas.

O importante é atender aos protocolos de segurança, porque o público que procura e é atendido pelos assistentes sociais possui um perfil específico - o idoso, a pessoa com deficiência, com transtornos mentais, a criança e o adolescente, enfim, normalmente, famílias em situação de vulnerabilidade -, que não podem esperar a epidemia passar para serem atendidos em seus direitos.

Essa população excluída que compõe o nosso público alvo é trabalhadora, a maioria sem renda e residente nas periferias, onde há ausência de serviços públicos e as políticas públicas não chegam, sem acesso à *internet*, e, muitas vezes, sem condições de se locomover para buscar os serviços. Em resumo, é uma população que não tem voz.

A nossa preocupação é que a porta se feche para eles em meio à pandemia. Nesse sentido, precisamos criar estratégias para a manutenção do espaço de atuação, considerando a nossa participação como profissionais, com ações interventivas, mas com toda a segurança, visando assegurar a universalidade de acesso à justiça e às políticas sociais, para garantir os direitos fundamentais da pessoa humana. Esse é um princípio ético fundamental que a categoria precisa manter, mesmo diante da pandemia: manter e assegurar o acesso das pessoas à justiça.

6. POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEU PAPEL NA PANDEMIA

Rosemeire dos Santos

Notas introdutórias para o debate

A discussão da política de Assistência Social, em tempos de covid-19, se faz necessário pelo contexto e atualidade, porque a pandemia escancarou as manifestações da “Questão Social” numa conjuntura que envolve estreitamente o modo de produção capitalista, colocando as famílias que vivem do trabalho e toda a classe trabalhadora em risco de vida.

A Política Social de Assistência Social exige uma discussão permeada por uma política que atenda aos direitos da classe trabalhadora, que tenha profissionais suficientes para o atendimento das demandas sociais, e que, realmente, possa efetivar a política social, conforme previsto na Constituição Federal de 1988, na Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) e na Política Nacional de Assistência Social (PNAS), que foram documentos e conquistas dos movimentos de trabalhadores, intelectuais e usuários da política de assistência social, e que nem sequer foram efetivadas e, hoje, está em processo de desmantelamento.

Não há nem como falar em desmonte da Política de Assistência Social, que segundo Sposati, em suas aulas, não há o que desmontar daquilo que nunca foi efetivamente montado, situação vivenciada em todas as políticas de proteção social no Brasil, intensificados pela ofensiva do capital e do neoliberalismo. E na política de Assistência Social, há ainda a particularidade dos ranços do conservadorismo e as marcas históricas de reprodução da sociedade burguesa, de submissão e manutenção das classes subalternas no jogo de interesse das classes sociais.

Sabidamente, a execução da política de Assistência Social depende da análise macroestrutural e política da conjuntura, mas também da atuação dos profissionais, não somente dos assistentes sociais, mas de todas as mais de 1500 profissões que estão na execução dessa política, com a responsabilidade de planejar as ações e de compreenderem a lógica do financiamento.

Cabe ainda destacar a necessidade de refletir a quem destina-se a política de Assistência Social. Nesse sentido, a LOAS, afirma “[...] a quem dela necessitar”, não somente no que tange à renda, mas também aos serviços que são oferecidos, destacando os grupos prioritários, não exclusivos da política de assistência social, ou seja, grupo prioritário, não é grupo exclusivo no trabalho profissional.

Pensar no trabalho com famílias e na matricialidade sociofamiliar, indicada na PNAS, é também avaliar que proposta de trabalho queremos - um que se desenvolva para a manutenção do *status quo* da autocracia burguesa, que impõe à classe trabalhadora o modo de ser e de viver em sociedade, ou um que se desenvolva com as famílias a participação, o protagonismo, com sujeitos que merecem e devem fazer as escolhas para sua vida e para a sociedade?

A Política de Assistência Social, assim como a saúde, é primordial, hoje, diante dessa pandemia, inclusive para fortalecer e favorecer o isolamento social. É a política de Assistência Social que deveria ter a clareza do território, a partir da concepção da PNAS, e, assim, apontar quem são e onde estão as famílias com maiores fragilidades, as que mais precisam dos auxílios emergenciais e enfrentam dificuldades de acessá-los.

E é nessa discussão sobre território que precisamos atentar para o conhecimento do “chão”, da realidade social da política - quem são e como vivem os usuários prioritários -, mas não exclusivos da política de assistência social. Nesse sentido, trago aqui algumas considerações sobre o estado do Tocantins, que é composto por 139 municípios, em que segundo o censo SUAS, 98% destes são de pequeno porte, ou seja, possuem menos 20 mil habitantes. É um estado majoritariamente com o Serviço de Proteção Social básica insuficiente em termos de profissionais e sem estruturação de serviços de Proteção Social Especial. Um Estado com uma população indígena e quilombola, assim como em outras regiões do país, que esse “desgoverno” não prioriza e nega os direitos conquistados por essas etnias.

E para esse debate, contou-se com a participação da professora Leana de Oliveira Freitas, assistente social, Mestra em Política Social, pela Universidade de Brasília (UNB), Doutora em Políticas Públicas, pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Professora Associada da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), coordenadora do curso de graduação em Serviço Social, docente do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Mato Grosso, atuando e pesquisando nas áreas de Seguridade Social, com centralidade na Política de Assistência Social, Desigualdade Pobreza e Avaliação de Políticas Públicas.

Conta com a presença, também, da Aline Dias, assistente social, Mestra em Serviço Social, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), ex-secretária municipal de Assistência Social de Monte do Carmo do Tocantins, ex-membra da Comissão de Intergestores Bipartite (CIB), membra do Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (CONGEMAS) e Técnica de Referência do Centro de Referência de Assistência Social, do município de Santa Rita do Tocantins.

Debatedora: Leana Oliveira Freitas

Boa noite! Quero agradecer a Rose, a Micheli, a Maria Helena, professoras do curso de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins. Destaco a importância de estabelecermos redes de intercâmbio, parcerias e solidariedade entre os cursos e os programas para a atualização de conhecimentos e experiências acerca realidade que vivenciamos. Mais uma vez, obrigada pelo convite e pela confiança.

Sobre o tema proposto “Política de Assistência Social e seu Papel na Pandemia”, é necessário demarcar a função essencial que a Assistência Social assume no enfrentamento da covid-19, especialmente, em ações voltadas, no caso brasileiro, a população de baixa renda. A crise sanitária mundial tem revelado que a Proteção Social, e estou me referindo aos padrões públicos de Proteção Social, em suas distintas formas de cobertura, vai definir e influenciar no modo como os governos têm enfrentado e atenuados os efeitos da pandemia, ou seja, quanto mais universais são os sistemas de Proteção Social com cobertura e alcance de suas políticas sociais, melhores serão as condições de lidar com as situações adversas, como as que vivenciamos hoje.

Os países com Estado Social forte têm se antecipado na tomada de decisão e conseguido, portanto, diminuir a curva de contágio, conter o nível da doença e diminuir o número de mortos, ao contrário, das sociedades que seguem a rigor a doutrina liberal, como é o exemplo dos Estados Unidos, cuja orientação é a mercantilização dos serviços sociais, entregando-os a caridade, a filantropia ou a iniciativa privada, revelando mais dificuldades em prover os cuidados necessários no enfrentamento à doença. Sobretudo, porque está no comando daquele país ou governo alguém que ignora as necessidades sociais e humanas. Lá como cá, as ações de enfrentamento têm demarcado controvérsias, negação e minimização sobre os efeitos devastadores da covid-19 sobre a população. De todo modo, qualquer diferença de conduta coloca em relevo a função e a importância do estado e suas escolhas. Quanto mais presente o estado na provisão e regulação de serviços sociais, mais chances tem de conter os efeitos nefastos da pandemia, cuja gravidade, como já disse, incide sobre as populações pobres.

A pandemia tem raça, cor, etnia, gênero e classe social e é o Estado que define os que vivem e os que morrem. No caso dos países latino-americanos a proteção social sempre oscilou de acordo com as estratégias econômicas adotadas, ora mais liberais, ora mais desenvolvimentistas. Como esses países foram há alguns anos atrás neodesenvolvimentistas, atualizando a clássica oposição entre políticas sociais mais universais e os direitos sociais ampliados com o enxugamento do Estado por meio de inúmeras contrarreformas, houve mudanças que impõem como consequência a perda desses direitos tão duramente conquistados. No Brasil, a trajetória da Proteção Social, consignada na Constituição de 1988, a Constituição Cidadã, que instituiu a Seguridade Social, como direito do cidadão e dever do Estado, desde sempre, foi marcada por ataques e retrocessos contínuos. Desde a instituição do SUS, nos anos de 1990, e, posteriormente, o SUAS, nos anos 2000, as conquistas desses sistemas passaram a ser explicitamente ameaçadas e atacadas e, como vimos, sofre com uma total destruição dos direitos sociais.

Na verdade, a pandemia só expõe e agrava as desigualdades que estruturam a formação social brasileira, e o contexto é resultado das ofensivas ultraliberais em curso no país, especialmente, após a crise de 2008, cujas respostas circunscritas no ajuste fiscal, expresso com a aprovação de Emenda Constitucional nº. 95/2016 e da Contrarreforma Trabalhista de 2017, da Previdência Social de 2019, associadas a um conjunto de medidas regressivas, levadas a efeito nos últimos anos, acentuando os níveis de pobreza, desemprego e a precarização do trabalho, sem contar o modo irresponsável, negacionista, ultrajante e genocida com que esse governo vem lidando com essa pandemia, contrariando todas as recomendações sanitárias e conhecidas mundialmente, como as recomendadas pela OMS, por exemplo.

Com relação especificamente a Política de Assistência Social no enfrentamento à pandemia, o decreto presidencial nº. 10282/2020 definiu que outros serviços considerados essenciais, incluem a Assistência Social e o atendimento à população em situação de vulnerabilidade. Além disso, a própria tipificação de serviços socioassistenciais já determinadas, que os serviços da Proteção Social Especial sobre estudo de alta complexidade seriam considerados essenciais em contextos de calamidade pública e emergência. Por mais crítica que seja e independente das controvérsias que cercam a Assistência Social, como política social, é inegável o seu avanço após 2004, com a constituição do SUAS que, entre outros progressos, inovou ao assumir a proteção como uma de suas funções, diria prioritária, hierarquizando, inclusive, em níveis de atenção entre Básica e Especial a partir dos quais os serviços são organizados. Há, portanto, todo um avanço na organização da política de serviços, programas e projetos, numa perspectiva de articulação e complementaridade.

Desde a LOAS, em 1993, a Assistência Social é gerida por um comando único guiado no princípio da descentralização político-administrativa e participativa e com a instituição do controle social e do co-financiamento por meio dos fundos, nacional, estaduais e municipais da Assistência Social. Então, reconhecer seus avanços é importante, mas expor suas limitações, um dever e uma obrigação. Assim, não há como negar que o desenrolar da política, durante toda a primeira década dos anos de 2000, até metade da segunda, foi marcada pela focalização e seletividade, direcionada ao alívio da pobreza imediata por meio dos Programas de Transferência de Renda (PTR) e do Benefício de Prestação Continuada (BPC), mas há que se reconhecer a positividade dessas medidas, sem negar suas ambiguidades. Os PTR foram estratégicos no enfrentamento dos índices de pobreza, sobretudo, de porte absoluto. E, aqui tocamos num ponto vulnerável da política, mesmo em sua época, que é o seu desfinanciamento, além de insuficiente, o orçamento da assistência social consiste basicamente para o financiamento dos programas como o Bolsa Família e o BPC. E os serviços que são a dimensão mais frágeis das políticas, são atendidos, sobretudo, os de alta complexidade significativamente pela rede de entidades de Assistência Social, caudatária da benemerência e da filantropia. As unidades públicas de atenção especialmente os CRAS, responsáveis pelo PAIF, e os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos no âmbito da Proteção Social Básica, padecem de infraestrutura, condições de trabalho, especialmente, de recursos humanos, que vai refletir na qualidade das atividades e do atendimento.

Só para registrar, em 2015, foram 5,2 bilhões destinados à Política de Assistência Social, num contexto já regressivo no último, governo Dilma. Em 2019, foram destinados pelo Governo Federal 2 bilhões e 700 milhões de reais, enquanto o que foi efetivamente autorizado foi 1 bilhão e 600 milhões de reais, para 2020; estava prevista na LOA para o Fundo Nacional de Assistência Social 1,34 bilhão de reais. Em 2019, ainda, o Ministério da Cidadania publicou a Portaria nº. 2.362, em que priorizou o repasse de recursos limitados a um exercício financeiro vigente, conforme a disponibilidade financeira. Todos nós sabemos da dificuldade dos municípios em manejar esses recursos, muito em função do próprio desenho do funcionamento contábil de nossas políticas, sem contar que essa mesma medida não permitiu o pagamento de dívidas relativas a exercícios anteriores 2017-2019, concretamente, significou um corte em torno de 40% para alguns municípios e todos nós sabemos igualmente que muitos municípios brasileiros dependem quase que da totalidade dos investimentos federais. Em relação ao Bolsa Família, cerca de um milhão e cem mil famílias foram desligadas do programa, entre 2019 e janeiro de 2020.

É inegável, portanto, mesmo porque é nitidamente perceptível, o aumento da pobreza, do desemprego, do trabalho informal e desprotegido e da perda de direitos trabalhistas e da proteção social decorrentes das contrarreformas implementadas nos últimos anos, situação que agrava, no contexto da pandemia.

Hoje, por exemplo, convivemos com a insegurança sanitária, a insegurança normativa e institucional, pois não sabemos se o bolsa família se manterá, tendo em vista a intencionalidade de substituição por outro programa, enfim, incertezas e inseguranças têm marcado o tempo presente. Por seu turno, há que se falar que os profissionais que atuam no SUAS, especialmente, os assistentes sociais, que estão na linha de frente no atendimento e combate à covid-19, encontram-se em situações precárias de trabalho, ainda que muitas gestões estaduais tenham elaborado guias de atuação para a Assistência Social, como recomendações e indicações de procedimentos e atendimentos. Os procedimentos e atendimentos vêm ocorrendo sem um desenho ou um protocolo de segurança que levem em conta os riscos de contaminação pelo coronavírus; os EPIs, quando há, são frágeis e poucos seguros; os CRAS assistem o aumento de demanda por cestas básicas, do-

cumentação e informações sobre o auxílio emergencial; Cadúnico, tem recebido toda a sorte de denúncias de violências agravadas pelo isolamento social.

Além disso, como ficam os cuidados com as pessoas em situação de rua? Como estão os albergues? Quais os níveis de cuidados prestados à população? E a população carcerária? Como ficam as populações indígenas que já foram alcançadas pelo coronavírus? Saiu uma matéria no Estadão escrita por dois professores da UFT, apresentando o quadro da doença no estado, sobretudo, em relação às populações indígenas no Tocantins. Diante desse quadro, quais têm sido as medidas pela política de assistência social para remediar as consequências da pandemia? A primeira é flexibilização para a alocação de recursos para facilitar a compra de suprimentos e EPIs, conforme a portaria nº. 1/2020 do Ministério da Cidadania, a segunda é o crédito extraordinário para enfrentamento do coronavírus, no valor de 2 bilhões e meio de reais, sob a forma de Medida Provisória.

Essa Medida Provisória nº. 953/2020, referente ao crédito extraordinário, autoriza a sua utilização, de acordo com a Secretaria Nacional de Assistência Social, tanto na Proteção Social Básica, como na Proteção Social Especial para a contratação de pessoal, pagamento de alimentação suplementar de usuários e equipes, pagamentos de serviços de terceiros, incrementa os benefícios eventuais, como o contratos funerários, inclusive, contratação de cuidadores, EPIs, contratação de serviço de comunicação, a criação e instalação de rede de internet, contratação de serviços para melhoria e adequação das estruturas para garantir segurança, compra de equipamentos de ventilação, eletrônicos, etc. A prioridade, segundo essa medida, seria melhorar as unidades de acolhimento públicas ou da rede conveniada, para o atendimento prioritário à população em situação de rua. Levaria em conta, também, na partilha dos recursos, a dimensão do fenômeno nos municípios. O desafio seria, então, o controle social sobre o uso desses recursos, mas, fundamentalmente, se os municípios receberam e se os recursos foram suficientes. As flexibilizações advindas dessa medida, no uso dos recursos e sua destinação, só revelam as insuficiências da política e o quanto ela segue distante do seu formato público guiado por princípios republicanos.

A urgência na contratação de pessoal temporário denuncia o quanto o trabalho na Assistência é precarizado, constituído, em sua maioria, por contratos temporários decorrentes da ausência de concursos públicos. Uma outra medida, também por parte do governo, no enfrentamento da pandemia é a portaria nº. 58, de 15 de agosto de 2020, que aprovou a nota técnica nº. 20, de 2020, que traz orientações gerais acerca da regulamentação, gestão e a oferta de benefícios eventuais, além das orientações sobre o processo de regulamentação ou aperfeiçoamento normativo e da oferta de benefícios eventuais. A portaria apresenta ainda aspectos relevantes para a observação dos gestores estaduais e municipais e do Distrito Federal, sobretudo, no que diz respeito ao financiamento e cofinanciamento de tais benefícios, considerando para tanto o disposto da Lei Orgânica de Assistência Social, quanto a competência dos entes Federados. Devido a crise sanitária, muitas famílias estão numa situação de maior risco social, enquanto outras que já estavam anteriormente, agravaram a situação devido ao isolamento social. Complica ainda, o fato de o isolamento social ser a única medida para redução dos impactos da doença e recomendada pelas maiores autoridades em saúde mundial, porque, inevitavelmente, os impactos econômicos não estão sendo compensados integralmente com medidas governamentais, como o auxílio emergencial, em uma dinâmica de ampliação do escopo do contingente populacional demandatários das ações socioassistenciais.

O estado de calamidade pública acarreta ao público a obrigatoriedade de se reconhecer a necessidade da população quanto a perda, riscos da integridade pessoal e familiar. Requerendo,

para tanto, respostas imediatas como a prestação de benefícios eventuais, que passa, contraditoriamente, a serem requeridos, no caso da atuação profissional, aos assistentes sociais, neste momento, a distribuição das cestas básicas, por exemplo. Destaca ainda, como necessidade, o fortalecimento da frágil função que a assistência social tem como uma de suas funções que a vigilância socioassistencial, como estratégia fundamental para o reconhecimento do território para dimensionar a gravidade do fenômeno em cada localidade, seja fundamental para o planejamento das ações, na perspectiva da articulação intersetorial, especialmente, em relação à saúde, trabalhando com uma base de dados segura e promovendo ações descentralizadas e preventivas. Para concluir, diante da gravidade da situação em que vivemos, é pouco provável que a política de Assistência Social, nos termos que ela vem operando, seja capaz de enfrentar as consequências da pandemia, cujo maior talento foi revelar a barbárie a que nos encontramos.

Debatedora: Aline Pereira Dias

Sou Aline Dias, assistente social do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), em Santa Rita do Tocantins, trabalhadora do SUAS há quase quatro anos e meio. Enquanto trabalhadora do SUAS, mulher negra, militante do Movimento Feminista. Minha fala será pautada na minha experiência profissional, minha vivência acadêmica. Trabalho em Santa Rita do Tocantins há quase 3 anos, no âmbito da Proteção Social Básica, e dialogar sobre a política de Assistência Social é um grande desafio, principalmente, em tempos de pandemia.

Quero agradecer, primeiramente, a minha amiga Alana Rodrigues que me fez o convite e está participando da *live*; agradecer as professoras Rose Santos, Leana e Micheli, que estão conosco e que são idealizadoras desse projeto de extensão, provocando importantes debates para nós profissionais, acadêmicos e sociedade em geral

A política de Assistência Social compõe o tripé da Seguridade Social e está circunscrita na Constituição Federal de 1988, todavia, ela vem sendo implementada de forma tardia, dizendo muito sobre como o estado enfrenta os problemas relacionados às questões de classe, gênero e raça.

A Assistência Social é marcada pela benevolência, pela caridade e não pela perspectiva de direitos sociais, mas, a partir do momento em que ela foi circunscrita na Constituição Federal de 1988, veio avançando de forma tardia, marcada por processos históricos, que nos diz muito sobre nosso país, sobre as condições de vida que vivenciamos enquanto trabalhadores. Sposati, em 2016, afirmou que a política de Assistência Social, especialmente na gestão, é marcada por camadas de arcaísmos históricos, que se antepõe e permanece no colonialismo e no escravismo.

E essas camadas de arcaísmos históricos indica qual é o público da política de Assistência Social, com o envolvimento de ligações suntuosas entre a religião e a república, compaixão e direito, público e privado. Enquanto não se consegue superar esses ranços históricos, não avançamos e não mostramos a intenção da política de Estado. Infelizmente, não conseguimos avançar da forma que deveríamos com essa política. Enquanto trabalhadora, desde 2016, vivenciei o golpe de Temer contra Dilma, assim vivenciei o aprofundamento do sucateamento da política de Assistência Social que veio desde então. Porque no governo, ou desgoverno de Temer, há um maior aprofundamento na política neoliberal, com as contrarreformas. Essa política passou a desfinanciar a Assistência Social, que já vinha numa perspectiva tardia de implementação. A Normativa Operacional Básica (NOB), a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) e a Tipificação dos Serviços Socioassisten-

ciais foram implementadas em 2009, e antes, em 2005, muito atrás das outras políticas sociais, que compõem a Seguridade Social. Percebe-se, justamente de que forma a política de Assistência Social é encarada pelos governos com os ranços desses arcaísmos históricos.

No governo Temer, como comentei, além do aprofundamento das contrarreformas, houve o desfinanciamento dos programas, projetos, benefícios e serviços socioassistenciais. O Programa “Criança Feliz”, de 2009, por exemplo, não pode ser tipificado como serviços socioassistenciais. Esse governo não fortaleceu os programas, projetos, benefícios e serviços assistenciais que são tipificados como tal.

Da mesma forma, o desgoverno Bolsonaro, que extinguiu o Ministério de Desenvolvimento Social. Isso, para mim, enquanto trabalhadora do SUAS, significou que estamos sendo assassinados por esse governo. Porque sendo assassinados? Porque não temos onde recorrer. É assim que me sinto, enquanto trabalhadora do SUAS. Além de não termos a quem recorrer, a política de Assistência Social é considerada invisível. Para além desse governo neoliberal, que coloca a responsabilidade que é do Estado nas famílias e investe na privatização, investe no fascismo, isso significa que o público, que é o mandatário da política de Assistência Social, nesse governo, é inexistente. Significa uma política genocida da população que mais necessita e que é demandária da política de Assistência Social. Para além da inexistência do Ministério, temos o não investimento no controle social e nas conferências. Durante esse tempo todo, é a primeira vez que não temos o financiamento da conferência, devido ao governo Bolsonaro. Em 2019, assistimos e ficamos mais de seis meses sem recursos do Governo Federal.

Como a professora Leandra apontou, os municípios de Pequeno Porte I, praticamente, sobrevivem do dinheiro do Governo Federal, mesmo sendo a responsabilidade de todos os entes federados, funcionando precariamente apenas a Proteção Social Básica (PSB) e a Proteção Social Especial (PSE), PSE). Por vezes, quem faz somos nós, que estamos na PSB, e isso sucateia e desregula aquilo que deveria fazer no âmbito da prevenção dos riscos sociais, na efetivação dos serviços básicos, no Trabalho Social com Famílias, etc. Com a extinção do investimento do Estado, vemo-nos na situação de angústia, enquanto trabalhadoras, principalmente com a pandemia, que a situação se torna mais grave.

A crise sanitária, que agravou os problemas resultantes da crise estrutural do capital, que envolve e intersecciona gênero, raça e classe social, porque a maioria dos mandatários da política de Assistência Social, são a classe trabalhadora. Sabidamente, os pobres estão situação de risco, especialmente, as mulheres negras, mães solas, que estão em trabalhos precarizados como diaristas, empregadas domésticas, etc. Então, quando vemos essa situação de precarização, relacionamos com o ranço do arcaísmo histórico. Ao invés de avançar, a política de Assistência Social, para garantir um mínimo de Proteção Social para as famílias, a situação se agravou durante a pandemia. Precisamos, mesmo assim, desbravar os esquecidos, os invisíveis por essa sociedade excludente e, de fato, nós estamos tentando reconstruir, resistindo a duras penas, enquanto trabalhadores da assistência social.

Eu penso que agora está em voga a questão da violência doméstica, é isso não é uma questão provocada pela pandemia, embora esteja mais visualizado nesse contexto, pelo isolamento. Penso que é uma situação que já vem acontecendo. O que acontece agora é só uma ampla visualização, porque há mais denúncias, e isso não é resultado da pandemia, mas uma relação histórica que, nós profissionais do SUAS, atendemos diariamente. Não atendemos na Proteção Social Básica, mas com a articulação com as profissionais técnicas de referência da Proteção Social Especial.

Enquanto trabalhadora da Proteção Social Básica, o que vem nos afetando, independente de pandemia, é a crise estrutural do capital, que acirra o confronto entre as classes e, portanto, os problemas que nós enfrentamos para mediar a oferta dos serviços e garantir um mínimo de Proteção Social Básica. São problemas decorrentes dessa estrutura. Nós não temos EPIs, aliás, somente agora, no mês junho de 2020, que estamos recebendo esses equipamentos de segurança.

O financiamento que a professora Leana citou saiu agora o mês de junho de 2020. Mas estamos, desde o início da pandemia, trabalhando com os equipamentos pessoais individuais, tanto máscaras quanto álcool em gel. Vale ressaltar que não temos nem condições de espaço físico, não temos um plano de cargos e carreiras de acordo com as nossas atribuições. Não temos recursos humanos e materiais suficientes para atender com qualidade, para manter as condições éticas e técnicas. A maioria dos profissionais dos Pequeno Porte I não são concursados. O concurso não existe nesses municípios, e quando existe, há uma ampla defasagem, justamente por conta dessa precarização do trabalho. Além dos problemas que enfrentamos diariamente para atender e mediar a oferta das políticas sociais, existem outras dificuldades enfrentadas por ser mulher negra e trabalhadora do SUAS.

A saída, durante a crise sanitária, considerando a crise estrutural do capitalismo é política, é continuar fortalecendo as políticas sociais e a Política de Assistência Social.

Então, hoje, temos as políticas públicas substitutivas, porque quando falamos em benefício de transferência de renda, como o Bolsa Família e o próprio BPC, estamos falando em concepção de política substitutiva, mas enquanto trabalhadores(as) do SUAS, temos que fortalecer essas políticas e o acesso aos serviços socioassistenciais. A luta por política social é importante e tem papel decisivo na luta de classes, já que o reconhecimento dos cidadãos e de seus direitos, especialmente das mulheres negras, que são a maioria, usuárias dessas políticas, passa pelo reconhecimento das injustiças sociais e desigualdades que assolam o país.

7. VIOLÊNCIA, EXPLORAÇÃO SEXUAL, RAÇA/ETNIA E GÊNERO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Vanda Micheli Burginski e Débora de Paula Bolzan

Notas introdutórias para o debate

O último encontro virtual realizado no dia 16 de julho de 2020 abordou-se o tema “Violência, exploração sexual, raça/etnia e gênero em tempos de pandemia” e teve expressiva participação da comunidade acadêmica, de assistentes sociais e profissionais que atuam no âmbito das políticas sociais. A violência contra as mulheres e contra crianças e adolescentes carrega marcas históricas do período colonial, escravocrata e de dependência que forjou a sociedade brasileira, portanto, possuem caráter estrutural. Assim, a violência contra as mulheres e contra crianças e adolescentes estão circunscritas às desigualdades de gênero e suas interseccionalidades entre raça/etnia, geracional. As duas estão assentadas sobre bases de dominação patriarcal, capitalista e do racismo estruturais. Embora, a segunda tenha um componente intrínseco que é o não reconhecimento de crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, sem autonomia ou possibilidade de decisão.

Foi nessa perspectiva e direção ético-política que se deram as exposições de Mônica Pereira Brito, assistente social do Ministério Público do Tocantins, membro do Conselho Ético Fiscal da Rede Latino-americana e Caribenha de Defesa de Crianças e Adolescentes e Milena Carlos de Lacerda professora do curso de Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos (UFT). Ambas possuem trajetórias acadêmico-profissionais e de militância em defesa dos direitos humanos.

No dia 13 de junho se comemorou os trinta (30) anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) no Brasil. Embora seja uma conquista importante, o ECA não se efetivou plenamente, em garantir o direito à vida, à saúde, ao esporte, à convivência familiar e comunitária às crianças e adolescentes, tampouco garantiu a efetividade no reconhecimento de que esses e essas são titulares de direitos.

No aspecto da violência sexual há uma naturalização dos abusos, o que dificulta as denúncias desses crimes, sendo uma grande preocupação nesse período de pandemia. Pois, antes da pandemia, as pesquisas já apontavam que geralmente os abusos contra crianças e adolescentes acontecem nos finais de semana no período noturno. Com a pandemia e o isolamento social há maior convivência dessas crianças com pessoas que, ao contrário de protegê-las, são geralmente as que cometem violações. As estatísticas já demonstravam que a maior parte dos casos ocorrem no ambiente doméstico por pais, mães, padrastos e outros parentes que são responsáveis por 70% das violações registradas no Brasil.

Entretanto, as estatísticas vêm apontando que devido ao isolamento social as denúncias sofreram reduções, o que é bastante preocupante, pois trabalha-se com a hipótese de que a violência

contra crianças e adolescentes não reduziu o que de fato aconteceu foi um processo de silenciamento e subnotificação. No caso do Tocantins não há dados sobre a redução, mas no Disque Denúncia do Paraná houve uma queda de 37,7% nas comunicações de abuso e exploração sexual no período da quarentena, comparado com o mesmo período do ano passado. Os números de atendimentos nos hospitais, ou seja, o número de atendimento das crianças vítimas caiu pela metade em abril de 60 internações para 30 internações.

O Estado de exceção pelo qual passa o Brasil e a vigência de pandemia produzirão efeitos nefastos às crianças e adolescentes que perdurarão depois da pandemia, implicando nos direitos duramente conquistados pelos Movimentos Sociais, bem como no atendimento humanizado na Rede de Proteção à Crianças e Adolescentes vítimas de violência.

Em relação à violência e a pandemia cabe destacar que a contaminação pelo vírus e o número de mortes não são processos democráticos, ou seja, o vírus não atinge as pessoas da mesma forma. A parte mais rica da população que tem acesso às condições de isolamento social, à saúde e à hospitais possuem uma taxa menor de letalidade. Nessa direção, é de extrema importância considerar as questões de raça, gênero, sexualidade como conceitos materializados na vida social. A necessidade, portanto de problematizar o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, a divisão social, racial e sexual do trabalho como componentes da sociedade burguesa. Isto significa que qualquer discussão de política social e de Estado no capitalismo envolve os debates da raça, do gênero e da sexualidade.

Outro aspecto consiste na problematização do discurso de retorno à normalidade. Uma normalidade que desconsidera a barbárie cotidiana contra a classe trabalhadora e as populações pobres, materializadas nos ataques recorrentes aos direitos humanos, no projeto de privatização, sucateamento e mercadorização das políticas sociais, em especial da Saúde e da Educação, na precarização do trabalho, na escalada conservadora e na agudização da miséria.

Assim as desigualdades de gênero, raciais e geracionais que se tecem nas entranhas da sociedade burguesa são bem anteriores à crise capitalista pandêmica. Na realidade brasileira se agrava o contexto de redução de políticas sociais, em uma perspectiva ultraneoliberal direcionada pela ascensão bolsonarista que se sobressai nos debates públicos a partir da demonização de grupos sociais, como nos fala Milena: “que afrontam o paradigma da nação, o paradigma da família no singular, porque não entende os arranjos familiares e estabelece uma caça às bruxas, uma cruzada anti-gênero à todas as pessoas que não se encaixam nessa linha do sexo-desejo-sexualidade, através da heteronormatividade que é compulsória também”.

Nessa direção, a partir dos debates realizados no âmbito do projeto de extensão, urge a necessidade de se aprofundar nos estudos, reflexões e socialização dessas temáticas em diálogo permanente com os Movimentos Sociais, com o estatuto teórico-político indissociável da perspectiva de classe, da ação feminista, do Movimento LGBTI e do Movimento Negro.

Debatedora: Mônica Pereira Brito

Olá a todas e todos! Boa Noite, obrigada Débora, obrigada Rose, Micheli e Milena por essa oportunidade. Vocês que são as grandes formadoras dessa nova geração de assistentes sociais, é um prazer estar nesse espaço que me leva, que me promove a fazer todas essa minha narrativa sobre o direito da criança e do adolescente. É um prazer estar neste espaço e agradeço muito o

convite de vocês, do Curso de Serviço Social. Quero dizer que eu estou numa chácara e podemos ter algum problema de conexão, pode cair um pouquinho, mas nós vamos tentar, vamos torcer para que tudo dê certo. Mas, é algo muito novo, todo esse processo tecnológico, eu creio que faz parte desta construção. Eu estou falando do lugar de militante dos Direitos Humanos das crianças e dos adolescentes, do lugar do Centro de Defesa da Criança e do Adolescente - CEDECA, que é uma organização da sociedade civil que tem um papel marcante na proteção jurídico-social de crianças e adolescentes, sobretudo, daquelas crianças e adolescentes que não têm acesso à justiça e as políticas sociais, ambientais e econômicas culturais.

Eu começo falando sobre os 30 anos do ECA. A minha palavra de início é que nós, nesses 30 anos do ECA, precisamos reconhecer que as crianças e adolescentes são titulares de direitos. E, por outro lado, dizer da nossa luta contra o Estado de Exceção e o estresse pós-traumático que vivem às nossas crianças e adolescentes antes e depois da pandemia. Nosso recorte vai ser na pandemia, mas nós não queremos dar essa evidência de que as violações aos direitos da criança e do adolescente é peculiar à pandemia, porque esse tema nesses 30 anos, infelizmente, teve poucos avanços na intervenção da família, do Estado e da sociedade à qual o ECA deu a missão de zelar incondicionalmente pelos direitos fundamentais de crianças e adolescentes: direito à vida, à saúde, ao esporte, à profissionalização à convivência familiar e comunitária.

E, nesses 30 anos, infelizmente, nós falhamos no reconhecimento de que crianças e adolescentes são titulares de direito. Finalmente, nós tivemos, no dia 18 de Maio, que é um dia mundialmente e nacionalmente reconhecido, porque trata do enfrentamento e do combate à violência contra a criança e o adolescente.

Mas, a nossa avaliação deste dia 18 de maio sempre é uma avaliação no sentido de que nós temos falado muito sobre os canais de denúncia que são importantes. Mas não se fala sobre a participação e o acesso à informação dos povos tradicionais, das periferias, dos pobres, dos negros e das meninas que sequer sabem que existe um dia nacional de combate ao abuso e exploração sexual.

E nesse dia 18 que, infelizmente, virou um evento e que talvez para as políticas públicas é o único dia em que se fala ou que talvez se faça alguma coisa sobre o enfrentamento à violência e à exploração sexual de crianças e adolescentes.

Outro ponto, para começo de conversa, é a questão da naturalização dos abusos contra crianças e adolescentes. Isso tem causado um silenciamento de quem assiste e sabe destes casos, ou seja, muitos desses casos não são notificados por preconceitos, por mitos, pelo machismo e pelo enfoque de raça. Há uma dualidade na avaliação desses casos de abuso sexual, por exemplo, ouvimos muito quando uma menina de seis (06) anos é abusada em casa, a sociedade enxerga como vítima porque é uma criança. Agora, se essa mesma menina aos 13 anos está de *short*, de *top*, de roupas ditas “insinuantes”, ela é tida como prostituta e a abordagem do sistema de justiça, e do sistema de proteção atua nessa mesma direção, tratando-a como uma pessoa inferior como um objeto e não dando o devido cuidado. Historicamente, o registro dos casos de violência à criança e adolescente aumenta mais no período noturno e nos finais de semana, justamente quando as crianças e o adolescentes estão em casa com as famílias.

Ou seja, antes da pandemia, nós já tínhamos uma série histórica que nos avisava que os abusos de crianças e adolescentes aconteciam com maior recorrência no período noturno e nos finais de semana, quando estavam com suas famílias. Portanto, o legado da pandemia, com o

isolamento que é necessário para conter a infecção em série, temos a exposição da criança e adolescente, porque a criança está em isolamento social e convive com as pessoas que, ao invés de protegê-las, geralmente são as que mais violam os direitos humanos de crianças e adolescentes. E as modalidades de violência são várias: violência física, violência psicológica, violência parental, violência sexual, abuso sexual, exploração sexual e comercial, tráfico de pessoas e a violência institucional que são o substrato da violência contra a criança e o adolescente. Sobretudo, isto é resultante desse modelo de desenvolvimento econômico.

O capitalismo impõe toda essa violência contra crianças e adolescentes, nas suas diversas modalidades. Eu quero passar rapidamente sobre esses dados, porque, na verdade, no Brasil há uma grande subnotificação de casos de violência contra crianças e adolescentes e há uma superposição dessas informações, que são informações que vêm de várias fontes: a fonte do Conselho Tutelar, do Disque 100, as fontes da Secretaria de Segurança Pública, as fontes da educação e também das organizações da sociedade civil. Não existe uma centralização dessas informações, mas os dados que nós utilizamos é de 2017, no qual a cada três crianças, que é um dado universal: três crianças em cada quatro de 2 a 4 anos no mundo (cerca de 300 milhões de crianças e adolescentes) são regularmente submetidas a disciplinas violentas como a punição física e a agressão psicológica por parte de seus pais e outros cuidadores, 300 milhões de crianças e adolescentes em 2017, já eram tratadas com uma disciplina violenta.

A violência sexual contra crianças e adolescentes correspondeu a 11% de 154 mil registros feitos pelo disque-denúncia nacional conhecido como “Disque 100” em 2019. Ou seja, foram 17000 ocorrências, 73% dos casos de abuso sexual ocorre na casa da própria vítima e o suspeito é o pai ou padrasto que corresponde 40% das denúncias. Segundo os dados, do Fórum de Segurança Pública entre 2017/2018, 4 meninas de até 13 anos são estupradas a cada hora no país.

Então, vejo que a decretação do isolamento social como medida necessária para reduzir a contaminação da covid-19, trouxe reflexos indesejados, como a maior exposição da criança ou adolescente ao risco de sofrer o abuso sexual e a exploração sexual. Observem que, antes da pandemia, os casos ocorriam dentro de casa e eram feitos por pessoas que tinham relações de afetividade e relação biológicas com aquelas crianças e adolescentes.

O temor, portanto, existe porque as estatísticas demonstram que a maior parte dos casos ocorrem no ambiente doméstico, : são pais, mães, padrastos e outros parentes que são responsáveis por 70% das violações registradas no Brasil. Como reflexo, do isolamento social, as denúncias tiveram uma redução e isso é posto. Nós não temos esses dados no Tocantins dizendo exatamente qual é o nível, o dado da redução. Mas, está sendo observado, por exemplo, que no Disque 100 do Paraná houve uma queda de 37,7% nas comunicações de abuso e exploração sexual no período da quarentena, comparado com o mesmo período do ano passado. Os números de atendimentos nos hospitais, em relação às crianças vítimas caiu pela metade em abril, de 60 internações para 30 internações.

Nós temos acompanhado bastante um Relatório que foi feito por uma organização não-governamental que chama *World Vision* que estima que até 85 milhões de crianças e adolescentes entre 2 e 17 anos poderão se somar às vítimas de violência sexual, emocional, sexual em todo o planeta durante a pandemia. Este número representa um aumento que pode variar entre 20 e 32% da média anual das estatísticas oficiais.

O que estamos querendo dizer é que não somos contra essa estratégia, mesmo porque nós não temos outra para a conter a proliferação da covid-19, mas temos que pensar no lugar da família. Longe de criminalizar a família, porque nós temos um processo do ciclo vicioso e geracional da violência que é “o pai violentar filho, o filho violentar o neto”. E assim, nós chamamos isso de ciclo vicioso da violência, sem nenhum tipo de intervenção estatal e nenhum tipo de responsabilização criminal. E isto tem aumentado, segundo essa organização World Vision, aumentou 20 a 32% na média nacional.

Infelizmente, a casa não é um lugar seguro para todas as crianças, pois muitas famílias, muitos membros da família, precisam compartilhar esse espaço com uma pessoa que os abusam. No Brasil, nós não temos essa projeção pelos órgãos brasileiros, quem fez essa projeção foi essa organização não-governamental que diz que no Brasil, a violência durante o isolamento social aumentou no volume de 18% de denúncia da violência doméstica. No Chile, avalia-se que 75 %, no Líbano 50% e nos EUA 21%. As projeções para a América Latina é que aqui deve aumentar entre 2,9 milhões a 4 milhões de número de crianças vítimas de violência doméstica. Nesse contexto, nós temos o aumento de número de casamentos forçados de crianças e adolescentes que podem envolver 13 milhões de vítimas no mundo.

Com o reflexo só da pandemia, são 4 milhões de crianças e adolescentes que serão forçadas a casar, numa idade menor de 16 anos no mundo inteiro. Num outro relatório muito interessante publicado também pela Europol (polícia europeia) mostra que a demanda pelo conteúdo pornográfico envolvendo criança e adolescência aumentou bastante durante a pandemia da covid- 19.

A nossa maior preocupação, qual é? nesse cenário? desses dados? Vocês estão vendo estamos reportando a dados de estudos feitos por Organizações Internacionais, porque não temos estudos brasileiros, sobre a projeção, que diz de fato se os dados aumentaram ou não, se as notificações aumentaram ou não, se os atendimentos na rede também aumentaram. A nossa preocupação é a piora na oferta dos serviços públicos que são os que deveriam detectar e prevenir a violência e mesmo assegurar o atendimento adequado às vítimas, justamente por causa da redução dos serviços públicos durante a quarentena. Nós, do CEDECA, estamos recebendo muitas denúncias de que os serviços não estão funcionando, por exemplo, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), o Serviço de Atenção Especializada às Pessoas em Situação de Violência Sexual (SAVIS), o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que são os órgãos de referência da comunidade e, que devem ter uma escala, mas essa escala não está sendo divulgada para comunidade, a forma como está sendo feito o atendimento, os telefones, os contatos e etc. As pessoas, até mesmo, buscam serviços e não encontram ninguém.

Então, estamos percebendo que esses serviços que já não funcionavam antes, porque tinham investimento público baixíssimo, na média de 0,6% de investimento público governamental em políticas de enfrentamento que envolve a detecção, a prevenção e o atendimento às pessoas e testemunhas de violência. Tanto que, em 2017 uma Lei foi sancionada pelo Governo Federal, sobre o Sistema de Garantia de Atendimento às Pessoas, Crianças e Adolescentes Vítimas e Testemunhas de Violência. E, em 2018 saiu o decreto nº 1603 tratando de como deveria ser realizado esse serviço.

PPor um lado, temos serviços que tinham estrangulamentos na rede de atendimento, sem o investimento público financeiro. Agora temos, de acordo, com as denúncias recebidas pelo CEDECA, que a maioria desses órgãos não estão funcionando ou estão funcionando com capa-

cidade reduzida, sem profissionais, muitas vezes, sem equipamentos necessários, por exemplo, de equipamentos como EPI, previsto pela OMS.

De certa forma, isso está nos preocupando muito, dado os impactos. Quais são os órgãos de frente? A delegacia de polícia nos municípios? Não temos as delegacias de polícia, não temos espaços para fazer os exames, como por exemplo, o Instituto Médico Legal (IML), as crianças do Bico do Papagaio tem que vir para Palmas. Isso é perigoso em tempos de pandemia e é totalmente inconstitucional, porque o próprio ECA fala da municipalização do atendimento.

Nós recomendamos, dado o cenário de redução de informação sobre a violência, a redução da comunicação, a redução do atendimento nos hospitais e a redução do número de procura na rede de proteção. O que nós sugerimos? Que tenha a continuidade e a disponibilidade do serviço de proteção infantil, principalmente naquelas áreas mais vulneráveis socialmente, a manutenção do Disque 100, o acesso ao apoio psicossocial e de saúde mental para as crianças, adolescentes e cuidadores que sofreram ou sofrerão a violência, o auxílio financeiro a essas famílias, a assistência alimentar, estruturar um fluxo de atendimento, que não existe no Estado do Tocantins, compartilhar informações intersetoriais que também é “curto-circuitada”. Não existem informações compartilhadas, temos que construir protocolos e prevenir a revitimização institucional,. Exatamente porque na visão de parte da sociedade, crianças que são maiores de 10 anos, de 13 anos são prostitutas e para elas o atendimento não deve ser pleno e nem digno. Temos que capacitar a equipe, a celeridade no atendimento, criar um Comitê de Gestão de Crise específico para estabelecer a rede de cuidado da criança e do adolescente. Dentro desse contexto todo, permeando a pandemia e também em não pandemia, temos que insistir no protagonismo juvenil, pois as crianças e adolescentes precisam ser empoderados sobre os seus direitos, sobre as políticas públicas, sobre os recursos públicos.

Nós precisamos construir uma rede de afetividade comunitária, onde envolva vizinhos, padrinhos e pessoas que têm afetividade com aquela criança para observar indícios de agressões e violações, que seriam aquelas que teriam o papel de protetora para avisar as autoridades sobre essas situações, que as crianças estão dentro de casa, sofrendo violações, convivendo com os supostos autores e sem às vezes ter esse empoderamento sobre que é de fato uma violação e sem ter o protagonismo juvenil.

Por fim, o Brasil e o Tocantins precisam ter uma agenda política para enfrentar a violência contra a criança e o adolescente. Nós estamos falando dessa agenda política intersetorial há no mínimo 30 anos aqui no estado do Tocantins. Nós não conseguimos ver políticas públicas que tenham um enfoque de gênero, o enfoque racial, o enfoque do campo também, porque muitas crianças que estão no campo e não têm acesso a essas políticas, ocorrendo a violência e sequer as pessoas ficam sabendo, por questão da subnotificação.

Nós precisamos ter uma agenda política no estado do Tocantins, tendo como objeto de intervenção não o “menor”, mas como sujeito de direito, como pessoa humana, que é essa a causa de todas estas violações a criança e ao adolescente. Obrigada pela oportunidade, estamos sempre à disposição para outros debates e também para continuar o nosso diálogo.

Debatedora: Milena Carlos de Lacerda

Oi, boa noite a todos e a todas. Antes de iniciar, eu quero saudar as companheiras da *live* e quero fazer um agradecimento especial ao GEPPSFAM e ao GEPSI que são grupos de estudos vinculados ao Curso de Serviço Social e ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFT. Eu vou tentar estabelecer um diálogo com a Mônica e apontar alguns elementos, ainda que aproximativos, devido o limite de tempo que nós temos para refletir sobre a feição cotidiana e institucionalizada do racismo, da LGBTfobia e do sexismo diante dos processos políticos que são intensificados com a atual crise sanitária no país. Em meio ao acirramento do neoliberalismo e da escalada conservadora da extrema-direita.

Vale dizer que, nesse momento, de acordo com o último Relatório da Organização Mundial de Saúde (OMS), registramos cerca de 574 mil mortes pelo mundo e mais de 75 mil mortes no Brasil e esse número deve aumentar até o final do dia. É importante dizer ainda, que esses dados são subnotificados no Brasil, considerando que ele ocupa o segundo lugar no número de mortes e contaminação. O Brasil teria chance de ganhar a corrida dos países com maior número de mortes e contaminação por covid-19 e só não ganha porque esconde seus corpos através de um processo de subnotificação dos dados. Essa metáfora é interessante porque o Brasil está num processo tanto de esconder os corpos, quanto de alterar os números. Faz isso ao não realizar testes, que é para não sabermos o tamanho do problema.

Temos um número alto de mortes incógnitas da pandemia, que se parecem com covid-19, mas sequer entram na conta oficial do Ministério da Saúde. A gente tem o caso das mortes decorrentes da Síndrome Respiratória Aguda Grave (Srag). Olha só, o Brasil sempre teve mortes incógnitas por Síndrome Respiratória Aguda Grave. Porém, este ano, o número explodiu. Equivale a 13 vezes a média dos cinco anos anteriores e não é por acaso, pois existia um padrão diferente antes da pandemia.

Vale mencionar que esse é apenas um dos elementos de subnotificação: nós temos a falta de disponibilidade de testes de confirmação da infecção pela covid-19, o deslocamento temporal entre o registro de óbitos e a confirmação de casos, ao passo que nem todos os óbitos foram interpretados como causa do covid-19. De acordo com os dados, a média dos últimos sete dias é de mais de mil mortes por dia. A título de exemplificação, vamos dizer, se nós pegarmos um avião mais popular do Brasil que é o Boeing 737 e que cabe mais ou menos 250 pessoas seria como se caísse quatro aviões por dia. Isso nos revela que a covid-19 está muito longe de ser uma gripezinha.

A minha pergunta inicial é quem são essas pessoas? E quem são essas pessoas ditas inumeráveis, quando a gente apresenta esses dados, ainda tão abstratos? A minha indicação é que nós nunca saberemos o real impacto das mortes e na vida das pessoas. Tudo isso é acirrada pela completa omissão do Estado no enfrentamento ao vírus numa crescente subjetificação dessas mortes e pensando ainda que há uma concentração muito maior na falência do mercado do que nos falecimentos. Temos tudo isso impulsionado por um discurso mistificador, irracionalista e puramente econômico. Além disso, há um sarcasmo frente ao sofrimento alheio, uma minimização dos efeitos da pandemia que se objetiva numa completa instabilidade no Ministério de Saúde (MS) e numa propaganda de caráter obsessivo com um medicamento que sequer tem reconhecimento científico nas nossas comunidades médicas.

A legitimidade das questões de raça, gênero, sexualidade e classe social não serão tomadas abstratamente, como conceitos descolados da realidade social. Porque quando nos reportamos a

esses números, estamos falando das vítimas, nós estamos falando da corporalidade também. Tanto as pessoas que morreram, quanto as que estão dizimadas e marginalizadas pela brutalidade do vírus capitalista. E por isto que estou partindo de uma perspectiva de materialidade da vida social. Então, essa é a abordagem que eu trago para pensar quem são as vítimas do coronavírus e quem é cotidianamente de marginalizados e dizimados pela brutalidade do vírus capitalista. Neste sentido, que vou falar sobre o capitalismo, porque o capitalismo é o modo de produção e reprodução que nós vivemos e que nós nos reproduzimos, é onde gesta a nossa vida social. Quando a gente fala de dinâmicas de opressão há uma indissociabilidade com a exploração, principalmente quando a gente remete a nossa formação social brasileira, nesse cenário de crise política e econômica que impõe uma série de desafios para interpretá-la. Por esse motivo que a gente precisa apreender um projeto conservador autoritário e totalitário na atual fase do capitalismo, mas também o movimento do capital. Só que não podemos olhar só do ponto de vista do capital, mas também do ponto de vista do trabalho.

Então, a gente precisa reconhecer a defesa das diversidades, das liberdades democráticas, reconhecer e fortalecer os movimentos de massa, pois temos inúmeras iniciativas de solidariedade de classe. Essa análise que eu estou fazendo, mais abrangente, sem fatiar os corpos, porque não estou falando como se fossem questões dissociadas, não é para fatiar o povo negro, fatiar o corpo LGBT. Por isto, que estou partindo de uma perspectiva de totalidade social para entender que a classe trabalhadora é múltipla, são genericadas, sexualizadas e racializadas, inseridas nas dinâmicas das classes sociais. Temos que problematizar o racismo, o sexismo, a LGBTfobia, a divisão social, racial e sexual do trabalho como componentes da sociedade burguesa. Isto significa que qualquer discussão de política social, de estado no capitalismo envolve os debates da raça, do gênero da sexualidade. E mais: nós precisamos entender e problematizar as dimensões do privilégio, problematizar e criticar os ideais de branquitude, da cisgeneridade, do patriarcado, da heteronormatividade como componentes de um sistema social de poder.

A primeira constatação é que o espalhamento do vírus e das mortes não há absolutamente nada de democrático. É um equívoco político, social e econômico abordar uma suposta “democratização” do vírus como se ele atingisse todas as pessoas da mesma forma. Se a gente pegar o estudo de quem se contagiou e quem morreu, vamos perceber que é a população pobre que tá sendo dizimada. A população mais rica tem acesso e condições de fazer isolamento social, acesso aos melhores hospitais, a equipe médica. Isso tem um significado no impacto e na taxa de letalidade do vírus nesse segmento.

Então, na linha do que a Mônica disse, nós temos que pensar o cotidiano do racismo, do sexismo e da LGBT, entendendo a forma que essas questões eram tratados antes da pandemia no Brasil, antes de nos tornar o país com maior número de mortes de contágios na América Latina. Como é que essa população era tratada? Não conseguiremos falar sobre isso, sem falar do conjunto de abusos governamentais em torno dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos raciais, na radicalização da questão social, na disseminação de um projeto obscurantista, nessa ideia de escola sem ideologia e sem partido, na defesa axiológica da neutralidade (que não existe), numa perseguição dos debates de gênero nas universidades, associada a um projeto reacionário, um projeto neoliberal de diálogo com as políticas de extermínio e de barbarização da vida social.

Temos que apreender que as dificuldades e a impossibilidade do acesso a saúde e as políticas sociais de uma forma geral, vinculam-se a invisibilidade e exclusão de determinados sujeitos sociais, cujos indicadores são sequer mapeados por parte do poder público. Os dados são sub-

notificados e em geral são catalogados e mapeados pelos movimentos sociais, principalmente pelo Movimento LGBT, pelo Movimento Feminista. Estou falando de pessoas que sequer tem um direito ao nome garantido e respeitado, ainda que se tenha uma legislação que assegura o direito ao nome social que é um direito de personalidade, a porta de entrada para os outros direitos.

Precisamos registrar que esse aumento galopante na realidade brasileira se agrava no contexto de redução de políticas sociais no contexto neoliberal, indicando que o coronavírus e suas expressões adjacentes e representam algumas voltas a mais no parafuso da LGBTfobia, do Racismo, do Sexismo, uma vez que a situação de extrema segregação é acentuada nos momentos de crise. Revelando que a desigualdade marca não somente a vida, mas também marca a morte de determinadas pessoas.

Mas, que crise é essa? Quando falamos de crise será que se trata apenas de uma crise sanitária? A minha indicação é que a crise de proporção mundial não se trata exclusivamente da pandemia do novo coronavírus. A atual crise que estamos passando agudiza as contradições fundamentais do sistema de produção e reprodução das relações sociais. Por este motivo, nós temos que tomar cuidado com esse discurso de retorno à normalidade porque essa normalidade desconsidera o patriarcado, a escravidão, o genocídio da população negra, as desigualdades raciais as desigualdades de gênero.

Então, não podemos naturalizar seus processos, esses retrocessos no campo dos direitos sexuais, das políticas de gênero e raciais que não temos condição de detalhar aqui. O fato é que os ataques se fortalecerão com a ascensão de um governo ultraconservador que recorrentemente propagam um discurso nacionalista calcado no fundamentalismo religioso, através de uma máquina de manipulação da verdade baseada em *fake news*.

Eu vou parafrasear o Mauro Iasi, que destaca que este conservadorismo não é um desvio cognitivo ou moral, fruto de uma má educação ou de preconceitos vazios de significados, mas a expressão da consciência reificada, pois se trata de uma expressão cultural particular de um tempo e um espaço sócio históricos muito precisos e que não é restrita ao Brasil, pois se desenha numa cartografia mundial. Pois, temos a ascensão da extrema-direita em outras partes do mundo.

Desde o golpe político parlamentar, precisamos falar sobre isso também, a gente observa a intensificação das medidas de austeridade, de desmonte, de privatização, de sucateamento, de perseguição, com a Reforma Trabalhista, com a Reforma da Previdência, com o congelamento dos gastos públicos. Essa escalada conservadora agrega uma agenda ideológica que elege à população LGBT e o Movimento Feminista, o Movimento Negro como inimigos da nação, como bodes expiatórios, através de um pânico moral para assegurar e preservar os privilégios do sujeito universal. E aí, faço um contraponto, articulada com demais pesquisadores de gênero e sexualidade, de que isso não é uma cortina de fumaça, é muito perigoso irmos por este esse caminho, porque essa argumentação tende a mistificar a propagação de um projeto conservador, com fortes traços eugênicos, que autorizam e incitam um conjunto de violências contra os sujeitos dissidentes da norma.

Não podemos simplificar esse projeto de poder somente à pauta moralista, conservadora, chamada de “pauta dos costumes”, que, sem dúvida, alavancou a sua carreira política no âmbito do poder legislativo. Pois, a legitimação deste projeto está submetida/alinhada ao capital financeiro que se projeta em um compromisso com as reformas neoliberais, no âmbito do trabalho e das políticas sociais. Muito embora, a perseguição da pauta de gênero e sexualidade tenha alavancado a carreira política no âmbito do legislativo, sua legitimação está inteiramente aliada e submetida

à lógica do capital financeiro e isso a gente vê no conjunto de reformas no âmbito do trabalho, no âmbito das políticas sociais.

Por outro lado é inegável que a ascensão bolsonarista soma-se a visibilidade persecutória das questões de gênero e sexualidade nos debates públicos e de uma militância em torno da ideologia de gênero. A ideologia de gênero entre aspas. Temos uma espécie de demonização de grupos sociais que afrontam o paradigma da nação, o paradigma da família no singular, porque não entende os arranjos familiares e estabelece uma caça às bruxas, uma cruzada anti-gênero à todas as pessoas que não se encaixam nessa linha do sexo-desejo-sexualidade, através da heteronormatividade que é compulsória também.

Na altura desses acontecimentos, temos a cultura do ódio, a agenda anti-gênero que repercute diretamente na vida das pessoas negras, na vida da população LGBT, na vida das mulheres, propondo um conjunto de ações estratégicas voltadas para o “cidadão de bem” que é o paladino da moral e dos bons costumes, o sujeito que projeta as feições da raça branca, heterossexual, conservador e cristão.

Essa ideologia de gênero que cabe tudo, tem uma imprecisão teórica e adquire contornos particulares na América Latina, por que ela quer recuperar os valores da família nuclear burguesa, projeta uma limpeza da corrupção, um expurgo da infiltração comunista na máquina pública.

A extrema direita fomenta a violência, o racismo, a homofobia e o sexismo com fortes traços fascistas, com uma recordação saudosa do Golpe de 1964, através de um revisionismo histórico chamado de contra-golpe, motivados por uma espécie de redenção nacional do que lhes caberia por direito. Estamos vivendo um momento de propagação da supremacia racial, uma expansão de núcleos nazistas no Brasil conforme aponta o estudo da antropóloga da Unicamp, Adriana Dias registrando cerca de 334 células nazistas em funcionamento. Por células ela entende um grupo formado por mais de três pessoas.

Então, esse momento de recrudescimento do conservadorismo demonstra que há muito o que se construir para enfrentar a letalidade do vírus nos corpos que são considerados descartáveis. A discriminação, por exemplo, sofrida nos espaços públicos pode ser um fator que impossibilite a procura por atendimento na rede socioassistencial, na rede de saúde.

Quando falamos a população LGBT, a vida das pessoas trans são ainda mais precárias e passivas de extermínio. Tem um dado do da Articulação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), que revela que mesmo no isolamento social, os crimes de ódio contra as pessoas trans foram dez vezes mais letais que a covid-19, entre janeiro e abril deste ano.

A impossibilidade do isolamento social é outro fator intensificador de risco para contaminação pelo vírus, pois 90% das mulheres trans e travestis não conseguem acessar o mercado formal de trabalho e, por consequência, necessitam recorrer à prostituição como a única fonte de renda. Além disso, a gente precisamos entender qual é o significado e as consequências do confinamento com famílias que são homofóbicas, que são LGBTfóbicas, tendo em vista a trajetória pregressa de rejeição e histórico de violência intrafamiliar. Então, é responsabilidade do estado garantir abrigo seguro, acolhimento, proteção em caso de vulnerabilidade e violência doméstica. Incluindo, a garantia das condições de saúde e alimentação nesse contexto.

Neste contexto, temos o aumento exponencial da violência doméstica, saiu um Relatório chamado “Violência doméstica durante a pandemia da covid-19”, que diz que os casos de femini-

cídio aumentaram 22,2 por cento em 12 Estados no período de março e abril. Isso significa que, ao mesmo tempo em que as mulheres são mais vulneráveis durante essa crise sanitária devido a convivência mais imediata com seus agressores e, para além do comprometimento das redes de apoio, as mulheres têm muito mais dificuldades de formalizar a queixa contra os agressores e, portanto para se proteger.

Além disso, temos que entender também que as mulheres estão sobrecarregadas com as atividades e com a economia do cuidado da reprodução social. Precisamos pensar, por exemplo, na primeira morte aqui no Rio de Janeiro, decorrente do vírus. Foi uma mulher que sequer foi nomeada nas notícias e essa anonimização não foi para proteger as elites, como no caso do menino Miguel. Nós sabemos que era uma empregada doméstica, que se contaminou no trabalho, que sequer deveria ser considerada atividade essencial e ela morreu porque não avisaram que a patroa estava doente. E se avisasse, talvez, ela não teria condições de escolher, porque ela não teve direito nem a escolher, ela não teve direito ao envelhecimento, ao luto, a previdência, a saúde. Então, nós precisamos nomear de violência, de espoliação, o que essas pessoas vivem. Dona Cleonice tinha 63 anos. É importante dizer que ela morreu movendo a economia do cuidado como afirma a pesquisadora Debora Diniz. Isso não pode ser naturalizado, precisamos problematizar, porque não é um dado da natureza.

É nesse sentido, que eu reitero aqui o fortalecimento do SUS. Essa crise poderia estar muito pior se a gente não tivesse o SUS. Nós precisamos fortalecer e mais: precisamos requerer e exigir que as questões de gênero, sexualidade e raça/etnia sejam devidamente salientados e consideradas nas ações de enfrentamento ao vírus. Precisamos estabelecer um diálogo permanente com o movimento LGBT, com o movimento feminista, com o movimento negro que desempenhou um papel fundamental na avaliação, no monitoramento, na construção e fortalecimento de políticas, não somente na saúde empreendidos em âmbito nacional e estadual. Essa experiência de diálogo foi fundamental, por exemplo, na década de 80, durante a epidemia de HIV/AIDS, na materialização da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBT.

Para finalizar, nós precisamos de uma direção crítica nas nossas análises, nas nossas lutas sociais, entendendo que após a pandemia haverá táticas de reestruturação da economia para mitigar esses efeitos. Posto isso, a emancipação política e emancipação humana são inegociáveis e a gente precisa afinar a nossa luta de classes, entendo que não se deixa ninguém para trás. Comprometer que a luta feminista como antirracista, anti-LGBTfóbicas e anti-capitalista, articulando com as redes comunitárias, com as experiências das periferias. Temos que continuar lutando, requerendo e reivindicando uma democracia que seja substantiva, uma liberdade em condições reais, distante desses marcos capitalistas neoliberais e sem exploração de classe e opressão de gênero de raça e sexualidade.

Considerações finais

O projeto de extensão intitulado “Atentos/as e fortes na quarentena: tecendo resistências em defesa dos direitos, das políticas sociais e das liberdades democráticas”, para além da contribuição com a sociedade, precisa ser considerado uma parte integrante fundamental do processo formativo profissional, pois os trabalhos apresentados pelos/as profissionais nas lives contribuíram, sobremaneira, para levar os discentes a uma reflexão sobre a profissão em tempos de pandemia e a perceberem-se como trabalhadores e trabalhadoras, profissionais cujo papel é planejar, avaliar, monitorar e executar as políticas sociais. As intervenções tiveram como foco o caráter formativo da universi-

dade pública, sua contribuição através de pesquisas, estudos e reflexões sobre as diversas temáticas tratadas nesse período de crise, agravada, sobretudo pela pandemia da covid-19. Entende-se que a extensão universitária é uma função acadêmica e social da universidade que visa garantir os valores democráticos, com foco nos Direitos Humanos, e, ainda, disseminar o conhecimento, além de favorecer a troca de saberes entre as instituições e a sociedade, num processo dinâmico de construção da realidade social.

Aceitamos o desafio de propor uma atividade de intervenção que garantisse o isolamento social e proporcionasse uma troca de conhecimentos coletivos que, mesmo singela, contribuísse com o processo formativo. Entretanto, as atividades desenvolvidas, em formato de *lives*, exigiram um preparo cuidadoso, a organização, a divulgação e, sobretudo, alguns conhecimentos tecnológicos nunca antes utilizados pelas docentes responsáveis pelo projeto e, tão pouco, por alguns dos demais membros dos grupos de pesquisa envolvidos. Todavia, com o desafio posto, o projeto se fez em forma e proporção, de forma que vimos os objetivos propostos serem atingidos e a dimensão intelectual que os debates nas *lives* conseguiram atingir.

As transmissões das *lives* ao vivo, via canal do *youtube*, no período de junho e julho de 2020, foram transcritas e apresentadas em forma de artigos que ora apresentamos como o resultado do projeto, direcionado aos estudantes e profissionais da área, trazendo não só os debates sobre a conjuntura política e social, mas também informações importantes sobre a pandemia, em um momento em que a desinformação é um aspecto importante a ser considerado para evitar o agravamento da crise sanitária. Criamos um espaço de reflexão sobre as diferentes perspectivas da profissão, com seus limites e avanços em tempos de pandemia, cujos debates teóricos se encontraram e teceram vínculos de solidariedade entre os profissionais das diferentes universidades e instituições, abordando temas caros para a formação dos/as assistentes sociais, abrangendo o Serviço Social, as políticas públicas, as políticas sociais associado a temas transversais, no contexto da crise estrutural do capital.

Os impactos da pandemia da covid-19 vão perdurar por anos e a nossa contribuição precisa ser perenizada pelas análises de conjuntura ousadas e pontuais, que não se furtam a análise e a crítica acerca das condições de vida da população, sobretudo da classe trabalhadora, a mais afetada pela pandemia, mas sem deixar de abordar as dimensões de gênero, étnico-racial e geracional.

Houve uma grande adesão aos encontros virtuais por parte dos/as estudantes do curso de Serviço Social, como também dos/as assistentes sociais e profissionais da saúde. O projeto teve projeção nacional e envolveu pesquisadores/as e estudantes de outras regiões do país, chegando a ter encontros que ultrapassaram o número de 90 participantes. Também foi muito importante a troca de saberes e conhecimentos com núcleos e grupos de pesquisas de outras universidades, que nos propiciaram pensar em parcerias futuras para outros projetos de extensão. Os encontros virtuais - as *lives* - estão alojados na página <https://www.youtube.com/GEPPSFAMUFT> e com acessos que, hoje, já ultrapassaram a casa das 2000 visualizações.

Agradecemos a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, da Universidade Federal do Tocantins, representada pela nossa Pró-Reitora Professora Dra. Maria Santana Milhomen, que também contribuiu, gentilmente, com a participação em uma das *lives*, apresentada textualmente neste livro.

Referências

- BEHRING, E. R. *Brasil em Contrarreforma: desestruturação do Estado e perda de direitos*. São Paulo: Editora Cortez, 2ª edição, 2008.
- BURGINSKI, V. M; CARIAGA, M. H. Extensão universitária e movimentos sociais: resistência em defesa do Projeto Ético-político do Serviço Social. In: *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v.29, n. 2, p. 779-807, 2019.
- BRASIL. *Política Nacional de Extensão Universitária*. Fórum de Pró- Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, 2012.
- CALIL, G. *Números da pandemia*. disponível em <https://esquerdaonline.com.br/tag/numeros-da-pandemia> acesso em setembro de 2020.
- DURIGUETTO, M. L. Movimentos sociais e Serviço Social no Brasil pós-anos 1990: desafios e perspectivas. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FARAGE, E. Experiências profissionais do Serviço Social nos movimentos sociais urbanos. In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Indignação – cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.
- MANDEL, E. *A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo, Editora da Unicamp/Editora Ensaio, 1990.
- MARRO, K. I. O que a universidade pode aprender quando coloca seus pés em um acampamento sem-terra? In: ABRAMIDES, M. B.; DURIGUETTO, M. L. (orgs). *Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária*. São Paulo: Cortez, 2014.
- MÉSZÁROS, I. *A Crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- UFT, Pró-Reitoria de Extensão cultura e Assuntos Comunitários – PROEX. <https://ww2.uft.edu.br/index.php/proex>
- SALVADOR, E. Fundo Público e Financiamento da Política de Saúde em tempos de austeridade fiscal. In: ANDRADE, R. F. C. de; PINHEIRO, H. A; VALLINA, K. de A. L. (orgs). *Campo Minado: as investidas do capital contra a Seguridade Social Brasileira*. Alexa Cultural: São Paulo: Manaus, 2020.
- TRASPADINI, Roberta & STEDILE, João Pedro. (orgs.) *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2ª edição, 2011.

